

ESPAÇO FEMININO

CADERNO



— Leonor Schwindt —

CADERNO ESPAÇO FEMININO	UBERLÂNDIA-MG	VOLUME 16	N. 19	p.1-144	Jul./Dez.2006
-------------------------	---------------	-----------	-------	---------	---------------

ISSN 1516-9286

CADERNO ESPAÇO FEMININO

ISSN 1516-9286

EDITORA

Profa. Dra. Vera Lúcia Puga (INHS/UFU)

CONSELHO EDITORIAL

Profa. Dra. Eliane S. Ferreira (DECIS/UFU)
Profa. Dra. Jane de Fátima Silva Rodrigues (Uniminas/UDI)
Prof. Dr. João Bosco Hora Góes (UFF/RJ)
Profa. Dra. Kênia M. de Almeida Pereira (Unitri/UDI)
Profa. Dra. Maria Lygia Quartim de Moraes (Unicamp/SP)
Profa. Dra. Mirian Goldenberg (UFRJ/RJ)
Profa. Dra. Mônica Chaves Abdala (DECIS/UFU)
Profa. Dra. Vera Lúcia Puga (INHS/UFU)
Profa. Dra. Vânia Aparecida Martins Bernardes (Católica/UDI)
Profa. Dra. Suely Gomes Costa (UFF/RJ)
Profa. Dra. Suely Kofes (Unicamp/SP)
Profa. Dra. Eli Bartra (UNAM/México)
Profa. Dra. Margara Millan (UNAM/México)

CONSELHO CONSULTIVO

Profa. Dra. Eni de Mesquita Sâmara (FFLCH/USP)
Profa. Dra. Glória Careaga (PUEG/México)
Profa. Dra. Joana Maria Pedro (UFSC/SC)
Profa. Dra. Luzia Margareth Rago (IFCH/Unicamp)
Profa. Dra. Maria Izilda Santos de Matos (PUC/SP)
Profa. Dra. Rachel Soihet (UFF/RJ)
Profa. Dra. Sônia Missaggia Mattos (UFES/ES)
Profa. Dra. Sonia Montecino Aguirre (CHILE/ Fac. Ciências Sociales)
Profa. Dra. Tânia Navarro Swain (UNB/DF)

COMITÊ EDITORIAL

Profa. Ms. Cláudia Costa Guerra
Profa. Ms. Dulcina Tereza Bonati Borges
Prof. Ms. Edmar Henrique Dairell Davi
Profa. Ms. Marta Regina Alves Pereira

TRADUÇÃO: Sandra Chaves Gardellari

CAPA: Maria José da Silva **DIAGRAMAÇÃO:** Eduardo M. Warpechowski

CADERNO ESPAÇO FEMININO é uma publicação do Núcleo de Estudos de Gênero e Pesquisa sobre a Mulher, do Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDHS), da Universidade Federal de Uberlândia – EDUFU.

Revista Indexada em Data Índice de Ciências Sociais (IUPERJ) – CLASE-CICH-UNAM e Hispanic American Periodicals Index – HAPI
Portal Feminista www.portalfeminista.org.br
Qualificada pela CAPES

 **UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**

REITOR: Arquimedes Diógenes Cilone **VICE-REITOR:** Elmiro Santos Resende

DIREÇÃO EDUFU: Maria Clara Thomaz Machado

EDUFU – Editora da Universidade Federal de Uberlândia
Av. João Naves de Ávila, 2121 – Bloco A, Sala 1A – Santa Mônica
Cep 38408-100 – Uberlândia-MG
Telefax: (34) 3239-4293 / Fone: 3239-4512
www.edufu.ufu.br / e-mail: livraria@ufu.br

CADERNO ESPAÇO FEMININO, v. 16, n. 19, Jul./Dez. 2006
Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de História, Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDHS), NEGUEM.
Semestral (publicada em Janeiro de 2007)

SUMÁRIO

Apresentação 5

ARTIGOS

O trabalho feminino “doméstico” em escolas 11
Fátima Machado Chaves

Mulheres negras no mercado de trabalho:
empregadas domésticas 45
Marta Helena Rosa da Silva

A co-educação como política pública:
a manutenção da escola mista com o
advento da igualdade de gênero 57
Daniela Auad

Uma cartografia da imprensa feminista no Brasil 77
Elizabeth da Penha Cardoso

O feminino retratado: fotografia e representação
do corpo na pós-modernidade 105
Ângela Prada de Almeida

BIOGRAFIA

Leonor Schwindt: primeira miss de Uberlândia 121
Jane de Fátima Silva Rodrigues

NOTAS

Mortalidade de mulheres em idade fértil em
Uberlândia – MG no período de 2001 a 2005 127
*Aloísio Gomide, Cláudia Rodrigues Pereira Roque,
Hermínia Mendonça Pereira Resende, Rúbia Pereira Barra*

Pede-se permuta
Pédese cange
On demande échange
We bitten um austausch
Si richiede lo scambio

NEGUEM

Av. João Naves de Ávila, 2160, Bloco Q – CDHIS
Campus Santa Mônica – Uberlândia – Minas Gerais
Cep: 38400-902 – Telefones (34) 3239-4236 | 3239-4204 | 3239-4501
E-mail: neguem@inhis.ufu.br ; cdhis@ufu.br
Site publicações: www.neguem.ufu.br

Universidade Federal de Uberlândia

Instituto de História
Centro de Documentação e Pesquisa em História – CDHIS
Núcleo de Estudos de Gênero e Pesquisa sobre a Mulher – NEGUEM

Periodicidade: Semestral
Tiragem: 600 exemplares

APRESENTAÇÃO

Recebemos no final do ano de 2006 com grande satisfação um ofício comunicando a decisão do Comitê de Seleção da Direção Geral de Bibliotecas da Universidade Nacional Autônoma do México em aceitar a inclusão da publicação *Caderno Espaço Feminino* em sua base de dados **Clase**. Devido ao caráter multidisciplinar das pesquisas na área das Ciências Humanas, temos interesse em publicar trabalhos produzidos nas diferentes disciplinas, e realizar o intercâmbio junto a outras universidades fazendo circular o conhecimento. Recentemente temos dinamizado nossa troca de pesquisas com o México o que vem enriquecido nossas produções. Continuamos com o objetivo de manter o padrão de excelência que foi conseguido até agora, melhorando ainda no que for possível nossa avaliação, discutindo os temas mais debatidos no momento no campo dos estudos de gênero e sexualidades.

Neste número trazemos trabalhos mais aprofundados sobre questões ainda polêmicas da descoberta prático-teórica da multiplicidade feminina. A partir destes estudos não dá mais para fixar isolando o gênero de outras determinações sociais, de outras variáveis independentes, de outras pertencas coletivas das mulheres. A nova exigência passa a ser que estas análises não podem ignorar o fato histórico-empírico-existencial de que a experiência de gênero, está intrinsecamente vinculada com outros aspectos significativos de pertença cultural — a classe e a raça — sob pena de não se dar conta da verdadeira relação de opressão que o próprio sexismo representa.

Nesse sentido, o artigo de Fátima Machado Chaves, “*O Trabalho Feminino ‘Doméstico’ em Escolas*” investiga como as desigualdades sócio-econômicas na trans-

Apresentação

versalidade com as raciais e as de gênero contribuem para o processo saúde/doença de serventes e merendeiras em escolas municipais da cidade do Rio de Janeiro. De acordo com a autora são, em geral, mulheres negras e pobres, ex-empregadas domésticas, com dupla, ou te tripla, jornada de trabalho. O texto de Marta Helena Rosa da Silva, “*Mulheres Negras no Mercado de Trabalho: empregadas domésticas*”, amplia esta discussão remontando à história do preconceito no Brasil e sua relação com o mercado de trabalho.

O artigo, “*A Co-Educação como Política Pública: a manutenção da escola mista com o advento da igualdade de gênero*”, partindo de uma extensa pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo, traça as linhas gerais de uma política pública de co-educação com a qual seja possível construir relações de gênero mais igualitárias nas atividades das salas de aula e nos jogos e brincadeiras dos pátios. Pensar as relações no espaço escolar requer refletir sobre as relações sociais de gênero, que formam nossas concepções de bom aluno, aprendizagem, sexualidade, saúde, disciplina, infância além de contribuir na construção de diversos discursos que extrapolam os muros escolares.

Sobre a imprensa feminista editada no Brasil pós-1974, Elizabeth da Penha Cardoso responde a três questões fundamentais, no seu artigo, “*Uma Cartografia da Imprensa Feminista no Brasil*”: quantos são os registros de publicações feministas editadas em território brasileiro, quais Estados e cidades as sediaram e qual o perfil dessas publicações, de que assuntos trataram.

Em “*O Feminino Retratado: fotografia e representação do corpo na pós-modernidade*”, Ângela Prada de Almeida analisa trabalhos de artistas mulheres contemporâneas realizados em três suportes: fotografia, performance e vídeo. Para tanto, utiliza uma abordagem teórica multidisciplinar, combinando teorias da linguagem fotográfica com abordagens na área de gênero sobre a representação do corpo feminino.

Na sessão BIOGRAFIA o Caderno conta com mais

Apresentação

uma contribuição da historiadora Jane de Fátima Silva Rodrigues trazendo a experiência de vida de “*Leonor Schwindt*” que nasceu em 04 de outubro de 1898, na cidade de Jabotical, SP, mas chegou a “Uberabinha” em meados da década de 1910. Em dezembro de 1915, aos 17 anos, foi eleita miss Uberabinha.

Na sessão NOTAS o Caderno traz um “*Levantamento da mortalidade de mulheres em idade fértil em Uberlândia-MG, no período de 2001 a 2005*” feito por Aloísio Gomide, Cláudia Rodrigues Pereira Roque, Hermínia Mendonça Pereira Resende, Rúbia Pereira Barra.

A todos(as) uma boa leitura!

O COMITÊ EDITORIAL



ARTIGOS



O trabalho feminino “doméstico” em escolas

Fátima Machado Chaves

Resumo: Investigamos como as desigualdades sócio-econômicas, na transversalidade com as raciais e as de gênero contribuem para o processo saúde/doença de serventes e merendeiras em escolas municipais da cidade do Rio de Janeiro. São, em geral, mulheres negras e pobres, ex-empregadas domésticas, com dupla, ou até tripla, jornada de trabalho.

Palavras-chave: Desigualdades Sociais. Relações de Gênero. Relações Raciais. Saúde da Trabalhadora. Educação Pública.

Abstract: We studied how the social-economical differences, in conjunction with the ethnical and gender dissimilarities contribute to the process of health/illnesses of servants and snack preparers in municipal schools in the city of Rio de Janeiro. They are, in general, poor black women, whose previous job was as house maids, with double or triple work journey.

Keywords: Social Differences. Gender Relationships. Racial Relationships. Health of the Working women. Public Education.

Fátima Machado Chaves. Doutora em Saúde do Trabalhador na Escola Nacional de Saúde Pública /FIOCRUZ, em 2004.

O trabalho feminino “doméstico” em escolas

¹ Dissertação de Mestrado em Saúde do Trabalhador na Escola Nacional de Saúde Pública/FIOCRUZ, 2004.

² Desde esse início, decidimos não grafar com aspas a categoria raça. O uso analítico dessa categoria é discutido por Silva “na América Latina, de um modo geral, desenvolveu-se um conceito de raça mais baseado nas características fenotípicas e socioeconômicas do indivíduo [...] raça seria melhor definida como “raça social”, dado que se refere a um grupo de pessoas que é julgada como similar em sua natureza essencial socialmente definida, do que resulta as relações raciais serem mais relações de estrutura social do que de raça geneticamente concebida”. SILVA, Nelson do Valle. Uma nota sobre “raça social” no Brasil. In: *Estudos Afro-Asiáticos*. Rio de Janeiro: Centro de Estudos Afro-Asiáticos. Universidade Cândido Mendes, 1994, p. 69.

³ A expressão merendeira para designar este tipo de profissional na escola seria uma característica sendo apenas do Rio de Janeiro. Em Minas Gerais, chamam-nas de “serventes” e em alguns estados de “cantineiras”. Decidimos manter a terminologia “merendeira”, apesar de sabermos que está contestada pelas trabalhadoras escolares, pois desenvolvem atividades que é própria de cozinheira.

⁴ Gramaticalmente, usaremos o feminino para designar “funcionárias administrativas” ou “funcionárias de apoio”, referindo-se apenas às merendeiras e serventes, pois, em geral, são mulheres. Especificaremos, porém, as diferenças e/

No mestrado pesquisamos¹ a transversalidade das desigualdades sócio-econômicas, com as de gênero e as de raça², problematizada nas atividades de trabalhos de serventes e merendeiras³ e seus processos de saúde/doença, funcionárias administrativas⁴ responsáveis pela limpeza e pelo preparo e distribuição da alimentação em escolas municipais da cidade do Rio de Janeiro.

Na coleta de dados, usamos a metodologia da história oral com entrevistas semi-estruturadas. Nosso campo de observação foram quatro escolas municipais, situadas em locais sócio-geográficos distintos, nomeadas ficticiamente: as escolas “Centro”, “Sul” e “Sudeste”, respectivamente, encontram-se nos bairros do Maracanã, Urca e Copacabana, social e economicamente de elites, enquanto a escola “Oeste”, localizada em Realengo, representado como periferia urbana. O universo de entrevistados, cujos nomes são fictícios, foi de vinte e um trabalhadores — dezoito mulheres (dez merendeiras públicas, três serventes públicas e seis terceirizadas) e dois homens (serventes terceirizados). Nas escolas Centro, Sul e Oeste, foram classificados racialmente por nós⁵, a partir dos fenótipos mais comuns: cor da pele, aparência facial e tipo de cabelos, mas alguns declararam a cor que socialmente possuíam. Os depoentes, na escola Sudeste, em número de treze — onze mulheres (seis merendeiras e cinco serventes) e dois homens (dois serventes) —, demonstrando nossa variedade de cores, auto-classificaram-se assim: a) “brancas”: duas merendeiras e uma servente; b) “clara”: uma merendeira; c) “negras”: três merendeiras e uma servente; d) “morenas/os”: três serventes; e) “pardas”: duas merendeiras e uma servente; f) “preta” uma servente; g) “mulata”: uma merendeira. Classificamos de “brancas” as merendeiras que se auto-identificaram como “parda” e “mulata”.

Partimos, em nossa investigação, das premissas da coexistência das relações de gênero e de classe, bem

como da centralidade do trabalho, incorporando o trabalho doméstico, o formal e informal como modalidades singulares, mas complementares do processo de produção⁶. Ressaltamos a relação interna entre a realidade do trabalho e a do mundo reprodutivo e a permanência das relações sociais de gênero⁷. A utilização dos conceitos “relações sociais de sexo” e “relações sociais de gênero”, surgidos a partir de 1980, respectivamente, na França e na Inglaterra, implica uma preocupação tripla: ruptura radical com as explicações biológicas das diferenças entre as práticas sociais masculinas e femininas; afirmação de que estas diferenças são construídas socialmente com bases materiais, devendo ser apreendidas historicamente e, por fim, que estas relações sociais se baseiam numa hierarquização, portanto, numa implicação relacional de poder⁸.

Na medida que se admite a dinâmica da totalidade social, o ponto de vista “das especificidades das práticas e culturas femininas tende a privilegiar a subjetividade e as inter-relações produção-reprodução, caminhando para o paradigma da transversalidade das relações sociais”⁹. Percebemos que “a relação entre os sexos não se esgota na vida conjugal, mas é ativa no lugar do trabalho, enquanto que a relação de classes não se esgota no lugar de trabalho, mas é ativa, por exemplo, na relação com o corpo ou na relação com as crianças”¹⁰. Assim, descobrimos, também, que as relações raciais não se exaurem nos contatos extra-econômicos, mas permeiam as relações de trabalho¹¹. Logo, se “uma mulher se pensa também dentro de uma rede de relações sociais. Como trabalhadora [...] como jovem ou velha, como, eventualmente, mãe ou imigrante”¹², a mulher classifica-se como branca ou como negra. Ela exerce ou vivencia a subordinação, constrói sua identidade individual e coletiva, assim como elabora suas práticas de acordo com a posição ocupada também nas relações raciais. Por conseguinte, as mulheres negras brasileiras vivenciaram uma subordinação tripla: gênero, raça e classe social¹³. Em

ou semelhanças encontradas no universo masculino e no feminino desses servidores. Esses nomes oficiais da Secretaria Municipal de Educação, no entanto não são apropriados para caracterizar, de forma rica, suas atividades e contribuições educativas.

⁵ Distinguimos, semelhantemente ao IBGE, pretos e pardos, porém, quando nos referimos ao conjunto dos mesmos, utilizamos a terminologia “negra”, de acordo com a discussão intelectual atual.

⁶ HIRATA, Helena. *La marche du temps. Paradigmes du travail, un “point de vue transversal”*. Futur Antérieur, 1993, p. 5-10; KERGOAT, D. Relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho. In: LOPES e WALDOW (Org). *Gênero e Saúde*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996, p. 19-27.

⁷ BRITO, J. C. de. *Saúde, trabalho e modos sexçados de viver*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999, p. 19-20.

⁸ KERGOAT, Danièle. Lutas Operárias e Relações Sociais de Sexo: da construção do sujeito coletivo no universo do trabalho operário. In: *ANAIS. Seminário Internacional: padrões tecnológicos e políticas de gestão, comparações internacionais*. São Paulo: USP/BID, 1989, p. 271; CASTRO, Mary Garcia. Trabalho, gênero, raça: quais os desafios políticos? In: ROCHA, Maria Isabel Baltar da (Org). *Trabalho e gênero. Mudanças, permanências e desafios*. Campinas: Unicamp / São Paulo: Ed. 34, 2000, p. 100-101.

⁹ BRITO, J. C. de. Enfoque de gênero e relação saúde/trabalho no contexto de reestruturação produtiva e precarização do trabalho. *Cadernos de Saúde*

O trabalho feminino "doméstico" em escolas

Pública. Rio de Janeiro, 2000, p. 201-214.

¹⁰ KERGOAT. 1996. *Op. Cit.* p. 23.

¹¹ BENTO, M. A. S. Trabalho, gênero, raça: quais os desafios políticos? In: ROCHA, Maria Isabel Baltar da (Org.). *Trabalho e gênero*. Mudanças, permanências e desafios. Campinas: UNICAMP; São Paulo: Ed. 34, 2000, p. 367-378.

¹² KERGOAT. 1996. *Op. Cit.* p. 22.

¹³ CRUZ, Isabel C. Fonseca da e PINTO, A. Soares. Condições para a saúde e o bem-estar? Inquérito sobre as mulheres negras do Estado do Rio de Janeiro. *Cadernos de Saúde Pública*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2002, p. 1.

¹⁴ STOLCKE, Verena. Sexo está para gênero assim como raça para etnicidade? *Estudos Afro-Asiáticos*. Universidade Cândido Mendes, 1991, p. 101-119.

¹⁵ BRASIL. *Brasil, gênero e raça: todos unidos pela igualdade de oportunidades*. Brasília: Ministério da Justiça/ Programa Nacional de Direitos Humanos, 1998.

¹⁶ Bento, *Op. Cit.*

¹⁷ MINAYO, Maria Cecília de Souza. Condições de vida, desigualdade e saúde: a partir do caso brasileiro. In: *VIII CONGRESSO da Associação Latino-Americana de Medicina Social e XI Congresso International Association of Health Policy*. Havana, Cuba, julho (mimeo), 2000, p. 12.

nossa pesquisa, preocupamo-nos em verificar como a diferença racial se constrói através do gênero, como o racismo divide a identidade e a experiência de gênero, e como a classe é moldada por gênero e raça¹⁴. Situação contada pela merendeira Mila:

a vida da mulher negra é mais sacrificada, sabe por quê? Porque ela tem preconceito duas vezes: por ela ser mulher e por ela ser negra. O homem só carrega o preconceito dele ser negro, e a mulher não, a mulher tem esses dois preconceitos. Então, ela tem a vida muito mais difícil, muito mais sacrificada. E, além disso tudo, ainda mora na periferia das cidades.

A tripla relação de gênero, de raça e de classe funciona de modo co-extensivo, sua articulação torna-se fator fundamental para o aumento de práticas discriminatórias e de maiores desigualdades no mercado de trabalho para as mulheres negras: o maior subemprego, a ocupação nos postos mais baixos da escala salarial — primordialmente os trabalhos manuais e/ou domésticos —, a remuneração desigual em ocupações de igual categoria, a discriminação na admissão, na promoção e na qualificação, as demissões injustas¹⁵, assim como a desqualificação das identidades as quais pertencem.¹⁶

Ao relacionar o trabalho das merendeiras e serventes às situações de gênero, raça e classe demonstramos que estas sofrem as decorrências das desigualdades sociais que exacerbam as dificuldades das classes subalternas brasileiras, em grande parte negra e parda, na apropriação da parcela de bens, serviços e direitos sociais, políticos e culturais produzidos¹⁷. Por serem mulheres e negras, as disparidades sócio-econômicas e políticas são potencializadas pelas assimetrias de gênero e raça, assentadas usualmente em preconceitos e discriminações.

Tradicionalmente, a identidade masculina hegemônica na sociedade ocidental baseia-se na possibilidade do homem ser "genitor" e "provedor" e, na função

de “chefe de família”, manter a autoridade moral e a honra da casa, adquirindo o “direito” de controlar a sexualidade das mulheres — esposas, irmãs, filhas. Essa dominação masculina seria uma das modalidades de violência de gênero vinda do controle social e “das formas ‘ideacionais’ de socialização e domesticação das mulheres”¹⁸. A normatização cultural de gênero, acarretando discriminação e submissão feminina, como a desvalorização profissional da mulher, embora não compreenda atos de agressão física, configura uma modalidade de violência simbólica. Não se admira, portanto, que o controle da sexualidade feminina pelo homem através do casamento e do nascimento dos filhos foi uma das razões de algumas merendeiras e serventes terem sido impedidas de continuar a estudar, assim como entrarem no mercado de trabalho remunerado, anteriormente ao da escola, conforme seus depoimentos:

eu casei e meu marido não deixou eu trabalhar. Estudar e trabalhar, ou... achava que eu tinha que ficar em casa. E engravidei [...] três meses depois já estava grávida do meu primeiro filho [...] Ele tinha ciúme. Na época eu tava com 22 pra 23 anos, eu era relativamente, não muito bonita de rosto, mas eu tinha um corpo muito bonito, umas perna muito bem torneada. Ele achava que se me deixasse muito, assim, estudar, fazer faculdade, de repente... Mas aí, ele era uma pessoa ciumenta. Tanto que eu, quando eu fazia o científico, [...] ele me esperava até as quatro aulas [...] Então, eu optei pra ficar em casa. E depois surgiu esse concurso, eu fiz. Eu não estudei porque [...] era primeiro grau, eu tinha condições de fazer (Gilda).

Com esse raciocínio, a merendeira acredita que a escolha de ficar em casa foi sua e demonstra a interiorização da construção ideológica de gênero que permite que o homem seja o protetor da honra feminina. De acordo com esta ideologia o marido admitiu a possibilidade dela trabalhar na função de merendeira em escola pública, atividade laboral menos qualifica-

¹⁸ SAFFIOTI, Heleieth I.B. Violência de gênero no Brasil atual. *Estudos Feministas*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994, p. 444.

da comparada à sua escolaridade (ensino médio completo), significando um local de trabalho feminino e, por ventura, não propiciador da infidelidade conjugal.

A trajetória de vida da merendeira e também fonoaudióloga resume a situação submissa da esposa que fica em casa, cuida de filhos(as), incentiva a profissão masculina, mas, violentando seus anseios, descuida da sua, conscientizando-se disso, às vezes, bem mais tarde. Auto-avaliando-se, conta que a "mulher quando fica apaixonada, fica burra":

quando eu me formei eu tive muitas oportunidades, mas infelizmente eu fui me envolver com a pessoa errada [...] o pai do meu filho, ele tinha já dois filhos, então o que que ele fez? Morávamos longe. Ele me tirou do trabalho que eu fazia, daquela minha vida, aquela coisa que eu tinha assim de acadêmico, de correr atrás [...] Ele me tirou disso pra ficar dentro de casa, como dona de casa, cuidando das crianças. Então isso me prejudicou muito, muito, muito. Enquanto eu coloquei ele lá em cima, que ele não tinha nem o segundo grau direito na época que me conheceu, tava terminando, e eu coloquei ele dentro de uma faculdade, incentivei, claro, né, pra ele poder melhorar, e hoje em dia ele tem uma profissão boa, conseguiu se formar em Geografia, acho que tá fazendo mestrado ou [...] já fez uma especialização. Quer dizer, ele tá só melhorando, melhorando, enquanto que eu fiquei parada no tempo, porque eu fui abdicar da minha vida em função dele (Mila).

A produção e a reprodução social das formas de controle da sexualidade feminina pelo homem seja pai, marido ou irmão, faz parte da criação da mulher, sendo controlada e mediada no ambiente privado da casa pela própria mãe. Porém, como sujeito ativo, parte das mulheres consegue romper com a relação dominada/dominante, na medida que "a construção da identidade de gênero envolve um processo permanente de acomodação e resistência"¹⁹. A mesma depoente confirma isso:

¹⁹ ANYON, Jean. Intersecções de gênero e classe: acomodação e resistência de mulheres e meninas às ideologias de papéis sociais. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, 1990, p. 13; SAFFIOTTI. *Op. Cit.* p. 453.

aqui em casa a minha mãe criou a gente, que a mulher tem que ser aquela submissa, aquela coisa assim voltada pra, pro marido, pra casa, pros filhos, e tudo, né. Eu já tô até rebelde, porque eu arrumei um filho sem casar [...] fui morar com o pai dele, me separei, entendeu? Voltei pra casa, agora tô com namorado [...] Eu sou até um pouco rebelde pra, pra formação que eu tive. Entendeu? Os meus irmãos! Ih! me recriminavam à beça. Mas aí eu falei assim: 'Ah, eu, a vida é minha!' (Mila).

Uma servente, embora admitisse que o trabalho doméstico é “dobrado. Ser dona de casa, é filho, é marido, pra lavar, passar e cozinhar pra essa turma toda [...] éramos cinco”, por necessidade econômica, trabalhou também em escola pública, local mais fácil de conciliar ocupação remunerada com sua responsabilidade doméstica. Os dois serventes entrevistados nada declararam sobre outros trabalhos. Porém, para isso, ela resistiu ao controle do marido e aos apelos da mãe:

Eu sempre tive vontade de trabalhar fora porque eu acho que mulher não é pra ficar em casa. Só cuidando de casa, marido e filho. [...] o meu marido nunca, nunca, admitiu. Eu fui, com o risco até duma separação. Mas eu falei: 'Eu vou trabalhar, eu não vou ficar dentro de casa. São quatro filhos pra gente dar conta. Não é mole não'. [...] A minha mãe mesmo era contra: [...] 'você não não tem necessidade'. 'Eu não sei o dia de amanhã, eu tenbo que ir também. Não sou aleijada. Eu tenbo que trabalhar também'. Graças a Deus eu sou perfeita, né. Aí fui à luta, contra a vontade dele. Era dois contra um: a minha mãe e o meu marido contra mim. [Diziam] que tava com vontade de largar os filhos. Hoje em dia eu digo pra ele: 'Tá vendo? Se eu não fosse, como é que ficava, hein?' Eu não gosto de ficar dependendo [...] acho que ele não era obrigado a ficar ali sozinho, se matando, e eu... Dava tempo também de eu ir, por isso eu fui. Falei: 'Vou trabalhar em escola, não é o dia todo, venho pra casa ajeito a minha vida, cuido dos meus filhos' (Maria).

Constata-se, após as décadas de 1970, um amplo

²⁰ BENERÍA, Lourdes. *Mujer, salud y trabajo: una visión global*. Quadern Caps, Madrid, 1994.

²¹ SOIHET, Rachel. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In: DEL PRIORE (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: UNESP, 1997, p. 379-280.

acesso das mulheres ao mercado de trabalho com modalidades, ritmos e amplitudes diferentes. A feminização da força de trabalho deve ser vista apenas no setor remunerado, porque as mulheres sempre trabalharam em atividades domésticas, agrícolas, artesanais ou mesmo em serviços voluntários e assistenciais, mas que não foram registradas nem valorizadas nas economias nacionais²⁰. Historicamente, muito antes das mulheres das classes médias, as das classes subalternas ininterruptamente trabalharam em dupla jornada. Desde o século XIX, na cidade do Rio de Janeiro, foram as mulheres negras e pobres, caracterizadas como "populares", vivendo mais como autônomas do que assalariadas, que improvisaram as fontes de subsistência de suas famílias porque, numa diferença entre os sexos, as mulheres arrumavam trabalhos mais facilmente que os homens, na medida que tinham maior possibilidade de venderem seus serviços: lavar, cozinhar, costurar, bordar, fazer e vender doces e salgados, prostituir-se, empregar-se como domésticas. "Por sua vez, os homens pobres encontravam nas mulheres um abrigo seguro em face dos dissabores da existência, marcada pelo desemprego ou pelos poucos ganhos"²¹. Essa situação histórica repete-se hoje com as serventes terceirizadas:

eu acho que mulher é mais fácil de arrumar trabalho [...] porque a gente tem mais opção. [...] pode trabalhar de babá, fazer isso, fazer aquilo, o homem já fica mais difícil. E é mais fácil a gente correr atrás do que eles, pra gente fica mais fácil, [...] mais peituda. A gente corre mais atrás [...] É! Ainda mais como nós temos os filhos [...] pensa mais do que eles [...] o pai das minhas filhas, o tempo que eu fiquei com ele, eu trabalhava mais do que ele. Ele conseguia ficar três, dois meses no serviço, enquanto [...] eu fiquei um ano e sete meses [...] ele ficou três meses. Ele entrou juntinho comigo. Pra tu vê. O serviço dele era mole, o meu não [...] eu tomava conta dum senhor de idade, tinha que dar banho, carregar ele no colo, pra passear. O meu era mais duro. E trabalhava de segunda a domingo (Carmem).

A gestão da esfera doméstica, modalidade de trabalho central na vida do conjunto das mulheres e estratégia no funcionamento da sociedade, é o exemplo-arquétipo de trabalho não assalariado, não remunerado, não profissional, não formal e não estatutário²². O capitalismo calculou o custo com a reprodução do trabalho, considerando certa a contribuição invisível, não remunerada do trabalho doméstico das mulheres²³. Os dados a seu respeito são pouco sistemáticos. De forma geral, sabe-se que a ausência de socialização doméstica entre o casal significa um empecilho nas condições em que a mulher pode trabalhar fora de casa, reduzindo sua autonomia material, pois há uma correlação entre o trabalho feminino a tempo parcial e a carência em infra-estruturas para o cuidado de crianças. Embora venha acontecendo uma mudança lenta no domínio da socialização das obrigações familiares, o trabalho essencial da reprodução fica a cargo das mulheres, visto que ainda asseguram gratuitamente as tarefas domésticas, mesmo em países desenvolvidos: em 1991, na França, as mulheres dedicavam de 27 a 33 horas semanais enquanto os homens, de 3 a 5 até 18 horas.²⁵

Entretanto, verifica-se no trabalho doméstico uma desigualdade de classe, de raça e inter gênero feminino, pois quando realizado como remunerado, é reservado às mulheres dos segmentos de baixa renda, que têm opções limitadas de inserção no mercado de trabalho dado seu baixo nível de qualificação²⁶. Na verdade,

*As empregadas domésticas pertencem a um grupo profissional formado por uma divisão seletiva obrigatória do trabalho, cujos critérios são selecionados por alguns grupos sociais que reservam e privilegiam outros grupos com profissões melhor reconhecidas socialmente e marginalizam outros grupos, levando em conta para isso, a cor da pele, a religião, a língua etc. [...] os grupos discriminados não conseguem, em geral, modificar os limites destas barreiras.*²⁷

²² BENERÍA. *Op. Cit.*

²³ STOLCKE, Verena. Mulher e Trabalho. *Estudos Cebrap 26: Trabalho e dominação*. São Paulo: Editora Brasileira de Ciências, 1980, p. 106-109; SOIHET. *Op. Cit.* p. 363.

²⁵ VOGEL, Laurent. Um contributo do Quebeque para um debate indispensável ao movimento sindical na Europa. In: MESSING, Karen (Org.) *Compreender o trabalho das mulheres para o transformar*. Portugal: CITE, 2000, p. 15.

²⁶ AGUIAR, Neuma. *Rio de Janeiro plural: um guia para políticas sociais por gênero e raça*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos: IUPERJ, 1994, p.49.

²⁷ SANTOS-STUBBE, Chirly dos, 1998. Cultura, cor e sociedade: a questão da etnicidade entre as empregadas domésticas. *Estudos Afro-Asiáticos*. Rio de Janeiro: Centro de Estudos Afro-Asiáticos, Universidade Cândido Mendes, 1998, p. 58.

A discussão sobre o trabalho doméstico remunerado apresentou-se necessária não apenas pela comparação e representação no cotidiano escolar sobre as atividades exercidas por merendeiras e serventes como semelhantes às das empregadas domésticas, pela assimetria entre masculino e feminino nesta responsabilidade, "mas também pela importância que isso tem no condicionar, desde a infância, atitudes e estereótipos na criança brasileira a respeito da posição "natural" da mulher de cor na sociedade".²⁸

²⁸ PINTO, L. A. C. *O negro no Rio de Janeiro*. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998, p. 117.

Contrariamente à afirmação que o trabalho doméstico remunerado diminuiria, ou até desapareceria, pesquisas demonstram a expansão do mesmo nos Estados Unidos, porque se ampliaram as oportunidades econômicas oferecidas às mulheres escolarizadas, geralmente da classe média alta e em grande parte brancas, sendo justamente o grupo social que procura e tem condições de pagar por serviços domésticos de outrem, revelando as "desigualdades raciais, étnicas e de cidadania entre mulheres"²⁹. Historicamente, imigrantes latino-americanas e mulheres de cor sempre foram importantes fontes de oferta de mão-de-obra para essa ocupação, na medida que "os empregadores muitas vezes preferem contratar mulheres de outra raça ou etnicidade como domésticas, porque a diferença de status favorece a negociação das relações de trabalho na intimidade da casa".³⁰

²⁹ MILKMAN, R., REESE, E. e ROTH, B. A macrossociologia do trabalho doméstico remunerado. *Revista Latino-americana de Estudios del Trabajo*, 1998, p. 144.

³⁰ Idem, p. 155-156.

No Brasil, "o trabalho das empregadas domésticas [...] configura uma situação-limite de desvalorização do trabalho e, mais ainda, do trabalho feminino em especial, desvalorização que atinge a identidade das mulheres que o realizam"³¹. O valor negativo pelo trabalho doméstico no Brasil, diferentemente de países europeus, tem a ver com a escravização africana e com as relações raciais brasileiras após abolição e durante o século XX. Semelhante às sociedades escravistas nas quais a distinção social se confundia com o não se sujeitar a tarefas consideradas humilhantes, o desprezo ao trabalho em troca de salário, seja qual

³¹ MELLO, Sílvia Leser de. *Trabalho e sobrevivência: mulheres do campo e da periferia de São Paulo*. São Paulo: Ática, 1988, p. 9.

fosse, era fundamental para marcar uma diferença social básica. Assim,

*devido a sua íntima associação com a escravidão, o trabalho braçal, no Brasil, é considerado uma condição socialmente degradante e humilhante. O serviço de casa, considerado fundamental na vida doméstica nos Estados Unidos [...] é encarado no Brasil, como impróprio e inadequado para as pessoas de classe média. Em vez disso, essas tarefas — juntamente com cozinhar e cuidar das crianças — são designadas a empregados domésticos mal-remunerados ou pessoas contratadas para estes serviços. O fato central da vida da classe média é que ela representa uma fuga do mundo do trabalho braçal, do mundo do povo, degradado e associado à pobreza.*³²

Como após a abolição da escravatura o negro permanecesse marginalizado, cabendo-lhe ainda somente trabalhos pouco remunerados, foi fácil e socialmente importante para as famílias com alguma possibilidade econômica, mesmo pequena, continuarem a desprezar o trabalho doméstico, porque a mão de obra do mesmo era abundante e de baixo custo financeiro, em geral, de mulheres negras e pobres. Situação diferenciada com a de outros países, notadamente os mais industrializados, onde as famílias quase não têm auxiliares, tendo uma maior socialização das tarefas de casa.

Na transversalidade das relações sociais, o valor negativo do trabalho doméstico para os brasileiros poderia também estar ligado às próprias relações de gênero, na medida que a questão da execução desse trabalho é um dos pontos dos conflitos familiares. Considerado de responsabilidade feminina, os homens, de forma geral, recusam-se a fazê-lo, sendo, nas classes médias e alta, em grande parte, transferido para as empregadas domésticas, reduzindo assim a tensão entre marido e mulher. Contudo, as desigualdades de gênero e de raça se entrecruzam com as de classe, reforçando-as. O que ocorre entre as famílias mais pobres? O trabalho doméstico não é dividido e não é

³² ANDREWS, George Reid, 1998. *Os Negros e brancos em São Paulo (1888-1989)*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 1988, p. 264-265.

transferido para outros. Logo, a responsabilidade quanto à sua execução, com maiores dificuldades devido ao pouco acesso aos equipamentos eletro-domésticos, recai totalmente sobre a mulher que, normalmente, já tem uma ocupação mal remunerada, caracterizando uma efetiva dupla jornada de trabalho. Esse comportamento demonstra que as relações de gênero nas classes subalternas são ainda mais perversas. Exemplifica-se pela trajetória da merendeira:

Eu não conseguia aceitar aquela coisa dele ser mulherengo e eu ficar dentro de casa tomando conta dos filhos dele e ele com mulher na rua... Então, isso me desequilibrou. Eu fiquei emocionalmente desequilibrada [...] Eu morava com os dois filhos dele. Além do meu, os dois dele. Ai, me deixou totalmente desequilibrada, e as crianças eram influenciadas pela mãe [...] mandava eles fazerem uma série de maldades comigo, sabe. Sujava roupa demais, o que eu fazia de comida eles comiam tudo, acabavam com tudo. Eu tinha uma vida horrível, sabe. E não abria mão daquela vida porque eu era apaixonada. Tanto que eu — isso foi desde praticamente do início do nosso relacionamento —, só consegui me desligar dele quase nove anos depois. Entendeu? Quer dizer, então, esses nove anos que eu fiquei com ele até [...] arrumei trabalho de "fono" também, mas não foi aquela coisa que eu pudesse me dedicar, porque eu era dona de casa e ainda tinha que tá fazendo tudo isso (Mila).

Embora avanços teóricos, ainda não se tem avaliado eficientemente, nos processos de saúde de mulheres, a dominação masculina com seu padrão de sexualidade ativa, exercitada publicamente desde cedo, nem de suas práticas e culturas subjetivas, como a manutenção das relações de dominação entre homens e mulheres e a dificuldade do acesso ao trabalho remunerado, construídas na responsabilidade feminina com a família configurada na dupla jornada de trabalho. Mila, separada, obteve, judicialmente, pensão alimentícia para seu filho e continua a lutar para manter e melhorar sua posição social:

ele passou a ajudar agora há pouco tempo [...] eu consegui uma pensão, que ele trabalha no IBGE e também é funcionário do Estado, sendo que a pensão do Estado até hoje não recebi, porque acho que não chegou até lá o ofício do juiz. Então, eu vou ter que recorrer pra poder ganhar essa pensão [...] Também, ele não ajuda em mais nada, só isso. [...] pra manter o menino, com o meu salário de merendeira e mais os R\$ 180,00 que ele acha que já é muito pra dar. E o padrão de vida que a gente tem é um padrão razoável, porque o menino estuda no Colégio Pedro II, eu não posso deixar ele ser inferior às outras crianças de lá. Então, eu tenho que procurar manter o nível. Então, eu tenho que tá sempre fazendo compra com cheque, cartão de crédito, pra poder ter uma vida mais ou menos organizada (Mila).

A maioria das funcionárias de apoio entrevistadas localizaram no trabalho doméstico a desigualdade entre os gêneros, pelo qual elas são ainda responsáveis, embora trabalhadoras remuneradas: “Responsabilidade da mulher é marido, ela tem que dar conta na rua e tem que dar conta em casa, da educação, nas tarefas da casa, é complicado isso aí, sacrifica muito a mulher” (Marlene). Uma servente terceirizada revela o fenômeno feminino da dupla jornada de trabalho da mulher pobre:

Porque nós [...] trabalhando fora [...] ainda tem que cuidar dos filhos, quem tem marido, tem que cuidar do marido, da casa, ainda fazer compras [...] organizar dentro de casa, que é passar roupa, lavar roupa [...] Botar criança pra escola, ver dever de criança de escola. E o marido? Muitos deles não tem... (Carmem).

As experiências de vida conjugal de funcionárias mostram que os homens “ajudam” em casa: “ele trabalha também, ele me ajuda bastante. Ele lava louça, ele lava banheiro, ele me ajuda... no que ele puder me ajudar ele me ajuda” (B). Outros nada fazem, no máximo, ajudam a conservar. Logo, a vida de mulher

é diferente! Muito diferente. Ih, não tem nem comparação! Não é? É diferente. Com certeza! Homem não tem aquele compromisso de limpar casa, de lavar uma louça, de fazer comida. Pelo menos o meu não tem, se não fazer ele fica com fome. (risos) Faz não (risos) (Marta., grifos da depoente)

As funcionárias explicam as relações de gênero no casamento: seus maridos, cansados, repousam após o trabalho, todavia, “a gente mulher, né!? Além de cansada [...] temos que fazer ainda mais, ainda cansar mais um pouco em casa. Mas ele não, chega, toma o banho dele, janta e vai dormir, né!? Então, é assim que funciona” (Elisa). Eduardo, solteiro, concorda que “mulher ‘rala’ mais. Só enfrentar um tanque, não é? Enfrentar um tanque, fazer o almoço. Mulher trabalha mais. Cuidar dos filhos”. As mais pobres apresentam uma tripla jornada de trabalho, pois executam também outras atividades informais, consideradas tipicamente femininas: faxinas, passar roupa e congelar alimentos. Pode até acontecer de terem, simultaneamente, dois empregos: “Entrei para o município por concurso [...] trabalhava de manhã na escola e a tarde eu continuava na casa [de família] [...] meus filhos estavam [...] 11 anos e 12 (Marlene). Entretanto, os dois serventes entrevistados nada declararam sobre outros trabalhos.

Logo, na forma que se apresentam as desigualdades de gênero e as de classe, o trabalho doméstico acaba tendo um papel de manutenção das relações de dominação entre homens e mulheres, simbólica e concretamente, devido aos efeitos gerados pelas dificuldades femininas no plano do trabalho remunerado, na sobrecarga de responsabilidades, acarretando e ampliando problemas de saúde às mulheres pobres. A desvalorização do trabalho doméstico não é marcadamente relacionada à sua naturalização? No Brasil, 100% dos empregados domésticos são do sexo feminino, cuja escolaridade vai do ensino fundamental (84%) até o ensino médio (16%), sendo variada a classe social, indo do nível B (4%), C (29%), D (49%) a E (17%), portan-

to, a a maioria pertence aos níveis sócio-econômicos inferiores, pois 66% compõem as classes “D” e “E”. Em relação à raça social, com uma percentagem de 3% sem respostas, majoritariamente apresentam a cor negra, num total de 61%, sendo 37% de pardas e 24% de pretas, enquanto 33% são de cor branca e 3%, amarela³³. Dito de outra forma, a categoria de trabalhadores nos serviços domésticos forma o segmento inferior do mercado de trabalho urbano, congregando as pessoas menos escolarizadas e pior remuneradas. Além do mais, “a combinação dos termos ‘preta’, ‘pobre’ e ‘empregadinha’ se refere a uma categoria social considerada por muitos como de baixíssimo status social, opondo-a ao empregador ‘branco’ e ‘rico’³⁴. Contemporaneamente, verifica-se, entre as empregadas domésticas, uma

*tentativa de embranquecimento que funciona psicologicamente como degrau para maior aceitação social com base em uma ilusão de mudança de posição sócio-econômica, assim como a tentativa de alcançar maior poder social. Constatamos ainda o poder psicológico que a escala sócio-econômica provoca nestas mulheres pertencentes ao grupo afro-brasileiro; escala esta que representa o branco em cima, rico, poderoso e socialmente aceito e o negro embaixo, pobre, marginalizado e socialmente rejeitado.*³⁵

Parte desse fenômeno geral aplica-se no particular, quando descortinamos, nas escolas municipais, caracteristicamente femininas, a existência de uma maior incidência de mulheres negras nas atividades escolares tipo “domésticas” consideradas extensão do lar, como cozinhar e limpar. Na escola oeste, dentre dezoito professoras brancas, haviam três pretas e quatro pardas, enquanto das cinco serventes, existia só uma branca e uma parda. A situação das merendeiras e serventes guarda resquícios da situação discriminatória da escravização: de escravas negras, quitandeiras e criadas domésticas tornaram-se funcionárias subalternas, responsáveis pela merenda, limpeza e venda de seus

³³ SANTOS-STUBBE, Chirly dos. *Op. Cit.* p. 53.

³⁴ FRY, Peter. O que a Cinderela negra tem a dizer sobre a política racial no Brasil. *Revista USP*, São Paulo, 1996, p. 130.

³⁵ SANTOS-STUBBE, Chirly dos. *Op. Cit.* p. 55.

quitutes. Uma professora definiu a cozinha de escolas: "como se fosse uma grande cozinha de fazenda. A imagem que me vem mais próxima, por causa dos panelões e aquelas mulheres negras trabalhando, cortando e fazendo..."³⁶. Tais constatações permitem "sugerir que no Brasil os negros passaram diretamente da senzala para o trabalho doméstico"³⁷. Em muitas escolas, as atividades de merendeiras e serventes são vistas como de empregadas domésticas:

³⁶ CHAVES, Fátima Machado. *O trabalho de serventes e merendeiras de escolas públicas da cidade do Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado. Niterói: Faculdade de Educação. Universidade Federal Fluminense, 1998, p. 52.

³⁷ MELLO, Sílvia Leser de. *Trabalho e sobrevivência: mulheres do campo e da periferia de São Paulo*. São Paulo: Ática, 1998, p. 98.

Muitas [professoras] se acham patroas da gente e até as vezes estipulam coisas que até é contra a natureza, vê que tá errado, e muitas vezes, para não ficar pior na situação de trabalho a gente muitas vezes até cumpre as normas, mas elas se, se acham donas, patroas da gente (I).

Essa equivalência é tão comum, que os cursos de treinamento dados pela SME no momento da contratação, ensinam: "Vocês estão ali para servir aos alunos, tem vocês ali para preparar a merenda, não é para fazer comida preparada para ninguém; não é para dar 'uma' de empregada doméstica, porque vocês são funcionárias públicas"³⁸. Há merendeiras que reagem e negam essa representação:

³⁸ CHAVES, *Op. Cit.* p. 77.

*As pessoas não lbe respeitam. Quem está dentro de uma direção da escola confunde as coisas: acha que você tem que largar o seu serviço pra fazer comida diferente pra elas; ir na rua pra elas; é como se fosse uma empregada doméstica. Tem muita empregada doméstica que é muito mais bem tratada dentro da casa dos seus patrões do que dentro de uma escola, a gente sendo funcionária pública. Aí, eu sempre lutei por esse direito, eu sou uma funcionária pública.*³⁹

³⁹ Idem, p. 52.

Se a precariedade sempre esteve associada ao trabalho feminino⁴⁰, desvalorizado nas estruturas econômicas e nas simbólicas, mais ainda o é o trabalho desqualificado reservado às mulheres pobres e negras, como as merendeiras e serventes. De fato, suas vidas

⁴⁰ BRITO. 2000, *Op. Cit.*

refletem as tramas de relações sociais de gênero, classe, de raça, que exigem abordagens transversais. Anteriormente às atividades escolares, iniciaram ocupações laborais também femininas típicas de mulheres negras e pobres — faxineiras, cozinheiras ou auxiliares de enfermagem. Muitas (14 entre as 19) foram empregadas domésticas: “E aí eu estava desempregada, tinha o concurso, eu resolvi fazer [...] Eu era doméstica, cozinheira, depois de dez anos congelando, fazendo comida congelada, até fazer o concurso” (Ângela). A servente Lene disse: “antes deu trabalhar para o município eu trabalhava muitos anos numa casa de família [...] eu tinha 14 anos”.

Logo, ser merendeira ou servente é antes de tudo não ser empregada doméstica. Entretanto, se tanto as condições do trabalho quanto os salários dessas funcionárias, em geral, parecem ser bem mais precários⁴¹ que os do serviço doméstico em casas de família, questionamos porque preferem trabalhar nas escolas? As serventes terceirizadas foram explícitas ao mostrar as desvantagens e dificuldades de serem empregadas domésticas ou seja, não há ilusão, em casa de família vivencia-se uma maior exploração que ser servente, mesmo terceirizada, em escolas precarizadas:

Bom, na... casa de família paga mais, mas só que a gente somos mais explorada, porque a gente tem que dormir lá e aí a gente tem que acordar lá, não tem hora para dormir. Aqui não, aqui é bem melhor. A gente ganha menos, mas não é tão explorado como lá. Mas valeu a pena, dá para estudar e... sei lá (risos). Dá para gente fazer as coisas que a gente quer, não é? Em casa de família quase não tem tempo (Paula).

acho que é bem mais difícil trabalhar em casa de família do que trabalhar em firma de limpeza [...] Porque em casa de família você, às vezes, não todas, mas, às vezes, assim, o pessoal desconfia muito de você, não tem confiança em deixar você sozinha dentro de casa, porque não te conhece. E aqui não [escola], vai fazer três anos já que eu trabalho aqui, conheço tudo mundo, o pessoal gosta de mim, eu não tenho do que reclamar daqui não (Bianca).

⁴¹ BRITO, J., ATHAYDE M. e SILVA, E. *Trabalho de merendeiras: relações entre atividade de trabalho nas escolas e produção de saúde/doença*. Rio de Janeiro: DP&A., 2004; CHAVES, Op. Cit.; CHAVES, F. M. *Vidas negras que se esvaem. Experiências de saúde das funcionárias escolares em situações de trabalho*. Tese (Doutorado). Escola Nacional de Saúde Pública. Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro, 2004; NUNES, B., BRITO, J. e ATHAYDE, M. Experiência, desenvolvimento profissional e saúde das mulheres-merendeiras-serventes. In: ATHAYDE, M, et al. (Org.). *Trabalhar em escolas? Só inventando o prazer*. Rio de Janeiro: IBUP/CUCA, 2001, p. 51-70.

Assim, sem formação profissional, evitando o estigma social de empregadas domésticas, as serventes terceirizadas aceitaram como suas as atividades de limpar em escolas, mesmo com pouca segurança de emprego. Preferiram o espaço de trabalho público, mesmo que tão precarizado, reafirmando, de certa forma, as relações conflituosas existentes no serviço doméstico remunerado e a exploração da trabalhadora, devido à indefinição da jornada de trabalho.

De forma geral, o local feminino de trabalho assalariado é o dos setores de serviços, sendo essa preferência explicada pela naturalização de "qualidades" femininas, tais como, paciência, perspicácia, cuidado, responsabilidade, obediência, disciplina, organização, docilidade, rapidez, sacrifício, desinteresse etc., desprezando-lhes a inteligência e a criatividade. Ou seja, o trabalho feminino é concebido pelo sistema de "qualidade" em vez de qualificação⁴². No entanto, no decorrer da vida humana, existem qualificações específicas que não deixam entrever quando se deram, como, por exemplo, aprender a cozinhar, a limpar e a cuidar. A essas atividades, ligadas aos valores morais, espirituais, às emoções e ao afeto e, portanto, economicamente desvalorizadas, não se permitem reivindicações, porque fazem parte delas a entrega, o sacrifício e a doação, considerados, na nossa sociedade, inerentes ao sexo feminino.

Entretanto, as qualidades/qualificações específicas femininas, resultam "de anos de treinamento e aprendizado, desde meninas até se tornarem mulheres, no trabalho doméstico"⁴³. As merendeiras e serventes, de famílias numerosas e miseráveis, aprenderam suas funções escolares em suas tarefas domésticas, desde crianças, com familiares e patroas ou porque gostam de cozinhar:

E também não fiz nenhum curso especial fui aprendendo na prática cozinhar para muita gente. Antes, quando a gente fez o concurso a gente fez uma aula, um teste prático e eu, até no meu

⁴² LOPES, Marta Júlia Marques. Divisão do trabalho e relações de sexo: pensando a realidade das trabalhadoras do cuidado de saúde. In: LOPES e WALDOW. (Org). *Gênero e Saúde*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996, p. 57.

⁴³ NUNES et. al. *Op. Cit.* p. 67.

dia, do meu teste prático, eu me dei bem. Eu sempre fui filha assim de família grande, de família que gosta de se reunir. Os nordestinos têm isso, gosta de se reunir e cozinhar para muita gente, gosta de comer, de beber. Pra começar, eu tinha uma base...para cozinhar para muita gente (Isabel).

no ano passado me interessei em fazer concurso. Primeiro porque eu gosto de cozinhar, adoro cozinhar, não é? Sempre cozinhei (risos) [...] Venho de uma família muito grande (risos) Somos onze irmãos, aí já viu, não é? E como eu trabalhei a minha vida inteira em casa de família, eu comecei a cozinhar com 15 anos de idade, [...] minhas patroas me ensinaram a cozinhar, me explicava e eu aprendi. Sempre fui muito curiosa em relação a comida, não é? Que gostei e gosto. E desde então, eu estou sempre na cozinha, não é? Sempre cozinhando, fui aprendendo. Quer dizer, fui não, estou aprendendo ainda aprendendo em questão de grande quantidade, porque a gente... Eu acho que quem faz para um, para dois, faz para mais, não é? E a gente vai... Como é que se diz? Fazer por amor, gostar. Porque se você gosta de fazer um serviço, você não tem problema. Não vai ter problema nenhum executar aquele, porque você está fazendo o que você gosta de fazer, não importa a quantidade ou a qualidade do material que você tem, você vai procurar melhorar, dar o melhor de si para conseguir aquilo (Amanda).

Sabia cozinhar [...] aprendi com a minha mãe. Em casa [...] A lição que ela me dava de, de cozinha, eu aprendi muito, porque ela cozinha muito. A comida dela era muito gostosa, muito temperadinha. Tudo assim, temperada de um dia pro outro, pra pegar o sal, pra pegar o gosto. E eu segui essa linha dela. Tanto que lá no colégio, aonde eu trabalho, as pessoas adoram minha comida (Gilda).

As brincadeiras infantis foram verdadeiros treinamentos: “a gente brincava, a gente fazia aquela casinha, fazia panelinha de barro com cabinho, fazia aquelas mesinhas de tabuinha, aí preparava os matinhos e dizia que era legumes, que era legumes. E as pedrinhas branquinhas era o arroz”⁴⁴.

⁴⁴ Idem, p. 205.

Na realidade, esse aprendizado da arte de cozinhar ao longo de suas vidas garante-lhes um saber que não

lhes é desapropriado, nem pelo mercado capitalista ou pela administração escolar. Ao analisar as atividades dessas mulheres, verificamos que no dia a dia fazem mais do que lhes foi prescrito, cozinhar e distribuir refeições, têm o domínio pleno desse processo de trabalho, pois, mesmo que o cardápio da merenda seja definido por outros, elas só contam, na prática, com a experiência, quer dizer, com a "inteligência" delas, através de uma lógica própria desenvolvida e aprendida no trabalho real, cozinhando várias refeições diárias. Por exemplo, fazem o controle do total das merendas distribuídas, sabem verificar se a quantidade de gêneros alimentícios está adequada e se a comida será suficiente para o número de alunos, servindo-os de tal forma, que não falte a nenhum e ajustam os cardápios às características de seus usuários. Enfim, são elas que dão as informações necessárias para a equipe de direção elaborar o "mapa da merenda". Assim, o trabalho real que executam na confecção da merenda, embora seja desenvolvido sob as relações de trabalho capitalistas, não pode ser enquadrado simplesmente como "manual". Suas atividades são desenvolvidas

*seguindo uma organização de trabalho bem peculiar, com a formação de coletivo de trabalho, com regras específicas, onde a experiência e os saber-fazer dessas mulheres são mobilizados para dar consecução ao esperado. O alto nível de variabilidade do trabalho na cozinha faz com que as merendeiras engendrem modos operatórios reguladores (constituindo assim sua atividade) e vivenciem coletivamente as repercussões do trabalho sobre a saúde.*⁴⁵

⁴⁵ BRITO et. al. *Op. Cit.* p.2

Essa atividade de trabalho é associada às habilidades femininas, marcadas pelas desigualdades de gênero, de raça e de pobreza, quer dizer, as merendeiras e serventes prepararam-se ao longo da vida para as atividades que desenvolvem, tornando-se competentes pela forma que são socializadas/ educadas como mulheres pobres e negras. Logo, são pouco compreendi-

das e valorizadas não somente pelos educadores, mas também pelos pesquisadores das questões do trabalho. A compreensão desta atividade, através da análise do trabalho real, pode contribuir para sua afirmação como trabalho profissional e qualificado.

Todos espaços escolares modelam a construção das identidades de seus usuários, principalmente para a camada subalterna que a frequenta. Nas unidades escolares municipais cariocas, o trabalho de merendeiras e serventes apresenta um sentido de “produção de vida”, contribuindo na formação escolar da futura força de trabalho. Desempenham um papel importante na educação pública, o qual não se limita à preparação de alimentos e de higienização dos ambientes, na medida que essas funcionárias têm percepção, compreensão e sensibilidade para outras dimensões da vida dos(as) alunos(as), ligadas à problemática de gênero na sociedade brasileira, socializando-os numa afetiva atividade concreta maternal de ensinar, cuidar e disciplinar⁴⁶. Detecta-se homologias entre as tarefas da alimentação e da limpeza do lar com as atividades do preparo da merenda e da limpeza escolar, assim como entre a dedicação, o carinho e o cuidado dos(as) filhos(as) e o zelo pela conduta dos(as) alunos(as), explicitadas espontaneamente pelas funcionárias: “eu achava que se eu faço pros meus filhos, porque que eu não vou fazer pros alunos?” (Maria).

⁴⁶ NUNES et al. *Op. Cit.* p. 56-57.

eu me ponho no lugar de mãe mesmo deles [alunos]. Eu fico até pensando nos meus filhos, tento preparar a merenda como se fosse preparar merenda para os meus filhos. Porque a minha filha uma vez falou para mim que a comida do colégio dela era ruim [...] merendeiras faziam a comida com má vontade. A comida não saía a gosto das crianças. É falavam! Davam a opinião deles e não se importavam com isso sabe!? Não procuravam melhorar. Ela falou pra mim: “mãe a senhora vai trabalhar de merendeira, faz comida com carinho para as crianças”. E eu nunca mais esqueci disso, entendeu!? É que eu achei isso assim [...] me ponho no lugar delas. Como é que você vai comer

O trabalho feminino "doméstico" em escolas

uma comida sem carinho? Acho que vai fazer até mal para a pessoa né!? (Elisa).

As merendeiras conhecem o comportamento dos alunos durante o recreio, bem como suas preferências alimentares, então utilizam "competências práticas" para melhorar o sabor, o aspecto e a qualidade da merenda oferecida aos alunos, colocando "amor na panela, por isso que a comida sai gostosa" (Gilda.). Então,

galinha preparada em grande quantidade, para servir 300 alunos em panelas enormes poderia estar fadada a não ter cor nem sabor, não possuir nenhum dos atrativos essenciais para seduzir as crianças. Faz-se necessário, portanto, o uso da inteligência sutil, astuciosa, é cheia de nuances. Ela acrescenta, então, ingredientes mágicos para despertar o apetite dessas crianças, inicialmente, a partir do olfato e da visão, de sensações que invadem seu corpo e que continuam quando os alunos, prazerosamente, saboreiam a comida [...] a cozinheira queima açúcar e, nessa calda, frita a carne antes de acrescentar os demais temperos, para, só então, cozinhá-la; o resultado é irresistível.⁴⁷

⁴⁷ Idem, p. 204.

Participando do currículo oculto, disciplinam os hábitos alimentares, ensinando os alunos a aceitar determinados alimentos e evitar o desperdício, mostram regras de etiquetas, tornando-as responsáveis pela saúde nutricional e socialização dos alunos:

nós também somos educadores, porque desde o momento que uma merendeira chega perto dum aluno, diz assim 'Está errado, essa caneca não é pra ser colocada aí, é pra ser colocada aqui', né? 'Oh, o resto da comidinha não é pra deixar dentro do prato, tem [...] a lata de lixo, você bota o restinho de comida ali'. Nós tamos educando a criança a chegar num lugar, ou em casa mesmo, ter esse mesmo procedimento (Gilda.).

Além disso, dependendo de suas experiências, são também conselheiras pessoais de alunos ou responsáveis por atividades educacionais extra-classe:

A gente fica sabendo de namoradas, pede opinião. 'Ah, você mandou uma carta pro [...] Olba, cuidado, que ele já tem namorada, a namorada dele está grávida'. Sabe, a gente conta história absurda, de aluno [...] conversa, a gente faz confidante deles (Marlene).

Olba, lá dentro da escola, eu criei um grupo de dança. Eu já participei já de várias mostras de dança pela CRE⁴⁸, com concurso. Eu já ganhei, em segundo lugar, ali no [clube] América, um concurso de dança com as crianças. Entendeu? Então eu faço muitas coisas. Dia de sete de setembro eu vou com as crianças pra parada. Meu irmão, ele é percussionista, então ele ensaia a banda. Então, eu tenho um papel muito importante na escola. Eu me fiz importante na escola (Mila).

⁴⁸ Coordenadoria Regional de Educação, ou seja, a divisão administrativa da SME/RJ.

Além da limpeza, existem outras dimensões educativas do trabalho de serventes que, pela maior mobilidade dentro dos estabelecimentos de ensino, conhecem melhor os comportamentos dos alunos: os que fogem da sala de aula e perambulam pela escola ou que se escondem no banheiro, os que chegam sempre atrasados e ficam insistindo para que abram o portão, os que brigam no recreio, batem e são temidos pelos colegas. O lado carinhoso e maternal também é uma constante: “as criança me tratam com muito carinho, eu gosto [...] Eu trato como se fosse meus filho [...] Gosto, gosto. Os da oitava série então, quando todo mundo tá com problema com eles... Aí, eles só falta me botar no colo. Isso eu me sinto feliz” (L.). Ao percorrer os espaços escolares, sentem-se responsáveis pelo cuidado com a criança pequena em situações de emergências, tarefa construída como “inerente” ao sexo feminino:

A criança caiu, eu levei ela pro banheiro e passei uma água, fui procurar um gelo, e depois levei pra Direção, [...] resolver o que que ia fazer com ela. Mas não foi nada grave [...] que tinha que levar pro hospital, nem nada não. Podia ser, como é, uma emergência não, como é que fala? Quando é assim um socorro rápido? (Risos). Eu não vou deixar, largar a criança chorando. [...]

mas isso é de mim mesmo. Mas, se eu vou ver uma criança [cair] eu não vou acudir? Não tem como! (Carmem).

Porém, o prazer de cuidar de crianças pequenas em situações perigosas, ampliando o sentido do trabalho dessas mulheres, configura-se, às vezes, como desvio de função, podendo ser interpretado como uma intromissão na atividade docente. Por isso, essa servente terceirizada foi advertida pela direção.

Portanto, existe uma desvalorização, tanto educativa quanto social, das atividades de merendeiras e serventes. Acreditamos que seja porque seus trabalhos "tipo domésticos" assemelham-se ao de empregadas domésticas que têm um valor social negativo e também porque, não havendo, em geral, espaços de trocas de experiências, a comunidade escolar ainda não reconheceu seus conhecimentos e suas competências práticas sobre a organização escolar, despercebendo o papel pedagógico dos mesmos.⁴⁹

⁴⁹ CHAVES, 1998. *Op. Cit.*; NUNES, *Op. Cit.*; NUNES et al. *Op. Cit.*

A construção feminina do espaço escolar permite problematizações sobre divisão sexual do trabalho. Embora inexistam tarefas prescritas diferentes para merendeiras e serventes, no cotidiano do trabalho real surgem situações que "naturalmente" são de homens: "quando é para pegar alguma coisa pesada a gente então afasta [as mulheres] e fica com nós que somos homens" (Adailton); "o homem pode fazer é, por exemplo, furar uma parede, elas não pode [...] a gente fazer esse serviço de homem [...] Colocar mural, é isso. Isso elas não tem aquela especialidade, não tem para pegar naquela máquina furadeira, não é? Aí tem que ser um homem mesmo (Eduardo). Aliás, "homem é bom assim, quando chega um material pesado, ele, nesse caso, é que 'dá de homem', mas fora disso eu acho que não é certo homem dentro da escola não" (Marlene). Ou seja, nas visões femininas, as atividades que exijam carinho ou confiança, para cozinhar e limpar, a mulher qualifica-se melhor:

eu nunca trabalhei com [merendeiro], mas em matéria de faxina, homem? É horrível! Eu já trabalhei com muito rapaz, pessoal da faxina, são péssimos pra trabalhar. Agora, na cozinha [...] Acho que a mulher é mais caprichosa. Muito mais caprichosa [...] em matéria de faxina, pra homem, é difícil. Apesar que nesse colégio aqui a gente precisava até dum homem, às vezes pegar um peso. A gente que pega, né. Mas os homem que passou por aqui, sei lá, fica dando em cima das menina, é meio perigoso [...] eu penso que sim. Pra botar um homem no colégio assim eu acho muita responsabilidade [...] professor eu não sei, que eu não to dentro da sala de aula (Lúcia).

Já teve muito servente. Agora, merendeiro não [...] Mas, também não dá muito certo homem em escola. [...] Acho que a mulher é mais de cozinha, mais pra tratar com o aluno. Homem não, homem pra tratar com aluno acho que não dá certo não. Homem não tem paciência com o aluno, com as crianças. [...] Ah, porque a mulher tem mais paciência. [...] Já cuida dos filhos [...] vai cuidar das crianças, tem mais paciência (Marlene).

A representação da dicotomia entre trabalho de homens e de mulheres mostra o quanto a divisão sexual do trabalho está relacionada às relações de gênero encontradas em um sociedade específica, logo, as falas têm a ver com a forma como se dão hoje as relações entre homens e mulheres na nossa sociedade. No caso brasileiro, essa distinção ainda é muito forte, o que é coerente com as experiências de merendeiras e serventes no que tange à esfera doméstica e aos preconceitos expressos pelos seus companheiros. Parece que o movimento feminista no Brasil não conseguiu modificar muito a visão que se tem da divisão sexual do trabalho, persistindo a significação tradicional do que é ser homem e ser mulher, no grupo social subalterno.

O problema da relação entre trabalho das funcionárias de apoio e a sua saúde não é apenas a realização da dupla ou tripla jornada — sem descanso, as tarefas escolares ficam mais cansativas e estressantes do que

para os homens —, mas também o conteúdo dos seus trabalhos. Nas escolas, mobilizando o mesmo tipo de trabalho exercido em casa — cozinham, limpam, cuidam de crianças e adolescentes —, prolongam as atividades domésticas de que tentam distanciar-se: tarefas repetitivas, cuidados corporais, e, principalmente, submissão, disponibilidade, flexibilidade. A repetição e a desvalorização das capacidades femininas reduz a função de abertura, descoberta, evolução e construção pessoal que o trabalho proporciona e constitui por si só uma fonte de esgotamento. Esses fenômenos acentuam-se no caso de merendeiras e serventes e se apresentam como possibilidades de sofrimentos.

Em geral, um dos mais graves problemas da relação entre trabalho feminino e saúde, vem sendo a conciliação das responsabilidades profissionais e sociais com as familiares — "trabalho invisível" —, agravada pelas mudanças da estrutura tradicional da família. Essa questão se fez presente na vida de merendeiras e serventes, que submetidas a um trabalho doméstico muito menos socializado, já que seus companheiros estão peçados do sexismo disseminado entre as classes subalternas brasileiras, sempre enfrentaram um dilema: "chefes de família"⁵⁰, precisam trabalhar em escolas, em outras atividades informais e darem conta do trabalho doméstico: "eu trabalhava e ficava preocupada ao deixar meus filho em casa" (Amanda). Geralmente, conciliaram essas responsabilidades pagando meninas/adolescentes ou utilizando os serviços gratuitos de redes femininas de familiares ou da vizinhança, fenômeno comum nas camadas populares: "[meus filhos] ficava no colégio ou a vizinha que olhava pra mim, uma senhora que mora no quintal até hoje, ela que olhava pra mim. Falava pra ele na hora dele ir pro colégio. Eu sempre trabalhei, eles ficaram sempre sozinho" (Lúcia). Ou:

⁵⁰ Carvalho adverte para a complexidade do debate sobre chefia feminina. "O conceito, baseado na responsabilidade da manutenção domiciliar, deveria incluir tanto as mulheres sozinhas como aquelas com parceiros [...] seria possível pesquisar os diferentes processos que levam ao aumento da participação da mulher na manutenção do domicílio e que provocam a diminuição das responsabilidades do homem no sustento de seus dependentes, bem além da mera ausência masculina no domicílio." CARVALHO, L. M. S. A mulher trabalhadora na dinâmica da manutenção e da chefia domiciliar. *Estudos Feministas*. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, 1988, p. 33.

tinha três filhos bem pequenos na época, tanto que quase que eu desisti. Fui trabalhar numa escola na Glória, morava em San-

ta Cruz, pegava meio-dia, saía nove e quinze de casa, pra ir de trem [...] eu pedi [...] amparo especial [...] fui pra uma escola em Santa Cruz. [...] tava ganhando pouco, três meses sem receber, ainda pagava uma moça pra tomar conta dos três (Marlene).

tinha três filhos na época. Tinha esse de um aninho. Depois, não foi fácil não, trabalhar longe de casa. Daí eu arrumei uma pessoa pra ajudar a minha mãe —[...] morava comigo —, tomar conta, já era velhinha também. Mas, logo em seguida, engravidei de outro. Foi uma luta! [...] depois eu comecei a correr atrás pra poder ver se conseguia trabalhar perto de casa [...] E tinha uma menina que ajudava a tomar conta do garoto. Quando eu chegava, ela ia embora. Sempre foi assim até eles ficarem maiorzinho (Maria).

Todavia, vislumbramos situações complexas na conciliação das responsabilidades maternas e a ocupação, no caso da servente terceirizada, nordestina e moradora da favela da Rocinha, que sai de manhã e chega de tarde:

meus filhos ficam no colégio integral [CIEP] eu não me preocupo muito com a alimentação deles [...] São um de 8 e um de 7. São avançados, estão [...] primeiro lugar de sala [...] Em época de férias eu me aperto um pouco. Mas em vez de deixar com uma pessoa na rua, já que eu não tenho parente nenhum aqui [...] Se eu deixar com alguém vai ter aquele problema de... Sei lá! Vai que faz algum uso de alguma coisa que eu desconheço e meu filho vai presenciar? A minha preocupação é tão grande que eu oriento eles a ficar só. Eles sabem a hora de botar comida, eles tomam café, eles fazem tudo sozinho, até a hora que eu chego está uma maravilha em casa. Não ocupo ninguém. Se eu tivesse parente era diferente, não é? Não tenho (Bruna).

É de se perguntar, como é trabalhar nessa situação? Qual será a nocividade dessa preocupação materna à saúde dessa trabalhadora? Como esquecer os perigos que seus filhos vivenciam, tanto na vizinhança quanto nos possíveis acidentes em casa, enquanto

trabalha no ambiente escolar? Ou seja, as responsabilidades delas com filhos e afazeres domésticos interferem na forma de trabalhar e em seus processos de saúde.

Confirmando as diferenças de gênero na educação de filhos, as funcionárias tornaram-se filha/irmã/mãe responsabilizando-se, na ausência de seus pais, pelo trabalho doméstico de suas casas, naturalizando as habilidades femininas, impedindo-as de usufruírem a infância e a adolescência. Numa continuidade dessa atuação feminina, hoje, repartem com as filhas suas obrigações. A merendeira E., estudando e trabalhando, necessita muito da "filha de quinze anos [...] cuida da casa [...] prepara a marmita [...] ajuda olhar os irmãos. Ela que ajuda a organizar..." Uma servente terceirizada mora com o marido, dois enteados pequenos e um filho bebê, mas sempre utilizou o apoio da filha mais velha: "tive a minha primeira filha, ela que cuidava dos irmãos. Arrumava a casa, fazia comida, lavava roupa [...] Meus filhos não moram comigo [...] moram com a minha filha casada [...] Eu pago uma pessoa para olhar [meu nenenzinho]. Tem 16 anos" (V).

Na verdade, o gerenciamento do tempo fora do trabalho escolar das funcionárias denotam uma divisão sexual do trabalho: os entrevistados do sexo masculino, como não se responsabilizam pelas tarefas domésticas, deixa-as por conta das mulheres com quem moram, descansam ou têm lazer, enquanto isso, as serventes femininas executam seus afazeres domésticos após um dia cansativo de atividades escolares: "chego em casa às cinco, cinco e meia. [faço] Tudo. Janta, (risos) almoço do dia seguinte se tiver alguém para ficar em casa para uma necessidade de comer" (Bruna). Ou, quando é impossível, criam estratégias:

Ab! Eu driblo, faço aos pouquinhos, o tempo que dá para fazer, mais final de semana. O sábado e domingo, às vezes, é só pra fazer o serviço de casa [...] Durante a semana não dá. Saio de casa 6 e meia, chego em casa 6 e meia, são 12 horas na rua.

Qual é o tempo que tem? Chego do colégio 10 e meia da noite, cadê mais? (Marta)

Caso tenham filhos pequenos, a jornada torna-se quase ininterrupta: “[acordo cinco e meia] quando chego em casa, vou arrumar a casa, vou cuidar do meu neném, fazer a comida do meu neném, lavo roupa do neném, passo, vou dormir muito tarde. E eu não descanso direito. Ainda venho a pé” (Vanessa). Essa situação não pode ser minorada com a ajuda de terceiros, porque suas condições financeiras não o permitem:

Então a senhora imagina como é que eu chegava em casa [...] Tudo! Lavar roupa, cuidar dos meus filhos, que até então tavam adolescente. O meu segundo marido [...] também fazia. Às vezes, ele me ajudava, mas a parte maior ficava pra mim. Quer dizer então que ficava bastante difícil [...] porque eu não completei o restante do meu, do meu estudo, até, de repente até por cansaço também (Amanda).

Conforme o gênero, um dia de vida mostra-se desigual: para os serventes, o trabalho escolar é fácil, leve e tranquilo, proporcionando um cansaço normal, pois descansam, exercitam na praia ou no futebol e têm lazer:

Ab, tomo café, vejo um pouquinho da novela das seis e saio para rua conversa fiada. Ab, [trabalho] em casa? Em casa eu tenho uma sobrinha de dez anos e tenho a irmã, porque eu moro com uma irmã [...] Lazer é só futebol. Só. Peladinha [...] domingo, sábado. Eu ultimamente estava como diretor de um clube [...] praia só no final do ano que eu vou para Cabo Frio. E me divertir com aqueles assuntos de amigos, não é? Bate papo, toma uma cervejinha aqui, uma cervejinha ali (Eduardo).

Ao contrário, para as serventes, o serviço da limpeza escolar é bastante pesado, cansativo e monótono, na medida que não descansaram em casa. Para as merendeiras, o trabalho da merenda é pesado e muito

estressante, devido não somente à pressão do tempo, da qualidade e da quantidade de refeições servidas, da necessidade de cozinhar o suficiente para todos, as péssimas condições da cozinha etc. A dupla jornada não lhes possibilita tempo para descansar ou para momentos de lazer. Seus divertimentos, em geral, confundem-se com as obrigações familiares — visitas aos pais e a filhos casados, brincar e cuidar de filhos menores na praia, ou praça ou em casa: "lazer que eu tenho no momento é [...] às vezes, no domingo se juntar com os irmãos com sobrinho pra conversar pra beber pra comer" (I.) Dentre as dezenove mulheres, apenas uma revelou inteligência emocional, fazendo pausas no emaranhado de funções femininas, permitindo-se ficar a sós para relaxar:

Ser mulher é ser um diferencial dessas pessoas que acha que é só ser mãe e cuidar de uma cada. Ser mulher para mim é ter uma vida normal, ter o dia do lazer, ter a hora dos filhos, ter a hora do marido e ter a hora do trabalho, distinguir. E tem aquele momento assim: "Eu não quero nada nem ninguém, estou só, acabou! [...] o meu momento!" Sai fora todo mundo, ligo o som bem alto e me deito e acabo até dormindo (Bruna).

Referências

- AGUIAR, Neuma. *Rio de Janeiro plural: um guia para políticas sociais por gênero e raça*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos: IUPERJ, 1994.
- ANDREWS, George Reid. *Os Negros e brancos em São Paulo (1888-1989)*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 1998.
- ANYON, Jean. Intersecções de gênero e classe: acomodação e resistência de mulheres e meninas às ideologias de papéis sociais. In: *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, 1990.
- BENERÍA, Lourdes, 1994. *Mujer, salud y trabajo: una visión global*. Cuadern Caps, 21: 7-16, Madrid.
- BENTO, M. A. S. Trabalho, gênero, raça: quais os desafios políticos? In: ROCHA, Maria Isabel Baltar da (Org.). *Trabalho e gênero. Mudanças, permanências e desafios*. Campinas: UNICAMP; São

- Paulo: Ed. 34, 2000.
- BRASIL. *Brasil, gênero e raça*: todos unidos pela igualdade de oportunidades. Brasília: Ministério da Justiça/ Programa Nacional de Direitos Humanos, 1998.
- BRITO, J. C. de. *Saúde, trabalho e modos sexuais de viver*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999.
- BRITO, J. C. de. Enfoque de gênero e relação saúde/trabalho no contexto de reestruturação produtiva e precarização do trabalho. In: *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 2000.
- BRITO, J., ATHAYDE M. e SILVA, E. *Trabalho de merendeiras*: relações entre atividade de trabalho nas escolas e produção de saúde/doença. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.
- CARVALHO, L. M. S. A mulher trabalhadora na dinâmica da manutenção e da chefia domiciliar. In: *Estudos Feministas*. Rio de Janeiro: IFCS/ UFRJ, 1998.
- CASTRO, Mary Garcia. Trabalho, gênero, raça: quais os desafios políticos? In: ROCHA, Maria Isabel Baltar da (Org.). *Trabalho e gênero*. Mudanças, permanências e desafios. Campinas: Unicamp / São Paulo: Ed. 34, 2000.
- CHAVES, Fátima Machado. *O trabalho de serventes e merendeiras de escolas públicas da cidade do Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado. Niterói. Faculdade de Educação. Universidade Federal Fluminense, 1998.
- CHAVES, F. M. Quando o trabalho é o lar: o caso do funcionário residente. In: ATHAYDE, M. et al (Org.). *Trabalhar em escolas? Só inventando o prazer*. Rio de Janeiro: Edições IBUP/CUCA, 2001.
- CHAVES, F. M. *Vidas negras que se esvaem. Experiências de saúde das funcionárias escolares em situações de trabalho*. Tese (Doutorado). Escola Nacional de Saúde Pública. Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro, 2004.
- CRUZ, Isabel C. Fonseca da e PINTO, A. Soares. Condições para a saúde e o bem-estar? Inquérito sobre as mulheres negras do Estado do Rio de Janeiro. *Cadernos de Saúde Pública*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2002.
- FARGANIS, Sondra. O feminismo e a reconstrução da ciência social. In: JAGGAR, A. M. e BORDO, S. R. (Org.). *Gênero, Corpo e Conhecimento*. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 1997.
- FRY, Peter. O que a Cinderela negra tem a dizer sobre a política racial no Brasil. *Revista USP*. São Paulo, 1996.

O trabalho feminino "doméstico" em escolas

- KERGOAT, Danièle. Lutas Operárias e Relações Sociais de Sexo: da construção do sujeito coletivo no universo do trabalho operário. In: *ANAIIS. Seminário Internacional: padrões tecnológicos e políticas de gestão, comparações internacionais*. São Paulo: USP/BID, 1989.
- KERGOAT, D. Relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho. In: LOPES e WALDOW (Org). *Gênero e Saúde*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.
- HIRATA, Helena. La marche du temps. Paradigmes du travail, un "point de vue transversal". *Futur Antérieur*, 1993.
- LOPES, Marta Júlia Marques. Divisão do trabalho e relações de sexo: pensando a realidade das trabalhadoras do cuidado de saúde. In: LOPES e WALDOW. (Org). *Gênero e Saúde*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.
- MELLO, Sílvia Leser de. *Trabalho e sobrevivência: mulheres do campo e da periferia de São Paulo*. São Paulo: Ática, 1988.
- MILKMAN, R., REESE, E. e ROTH, B., 1998. A macrosociologia do trabalho doméstico remunerado. *Revista Latino-americana de Estudios del Trabajo*, 1998.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. Condições de vida, desigualdade e saúde: a partir do caso brasileiro. In: *VIII CONGRESSO da Associação Latino-Americana de Medicina Social e XI Congresso International Association of Health Policy*, Havana, Cuba, julho (mimeo), 2000.
- NUNES, B. *O sentido do trabalho para merendeiras e serventes em situação de readaptação nas escolas públicas do Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública. FIOCRUZ, 2000.
- NUNES, B., BRITO, J. e ATHAYDE, M. Experiência, desenvolvimento profissional e saúde das mulheres-merendeiras-serventes. In: ATHAYDE, M, et al. (Org). *Trabalhar em escolas? Só inventando o prazer*. Rio de Janeiro: Edições IBUP/CUCA, 2001.
- PINTO, L. A. C. *O negro no Rio de Janeiro*. 2 ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998.
- SAFFIOTTI, Heleieth I.B. Violência de gênero no Brasil atual. In: *Estudos Feministas*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.
- SANTOS-STUBBE, Chirly dos. Cultura, cor e sociedade: a questão da etnicidade entre as empregadas domésticas. *Estudos Afro-Asiáticos*. Rio de Janeiro: Centro de Estudos Afro-Asiáticos, Universidade Cândido Mendes, 1998.

- SILVA, Nelson do Valle. Uma nota sobre “raça social” no Brasil. *Estudos Afro-Asiáticos*. Rio de Janeiro: Centro de Estudos Afro-Asiáticos. Universidade Cândido Mendes, 1994.
- SOIHET, Rachel. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In: DEL PRIORE (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: UNESP, 1997.
- SOUZA, Eros de e BALDWIN, John R. A construção social dos papéis femininos. *Psicologia Reflexiva Crítica*. Porto Alegre, 2000.
- STOLCKE, Verena. Mulher e Trabalho. *Estudos Cebrap 26: Trabalho e dominação*. São Paulo: Editora Brasileira de Ciências Ltda, 1980.
- _____. Sexo está para gênero assim como raça para etnicidade? *Estudos Afro-asiáticos*. Rio de Janeiro: Estudos Afro-Asiáticos. Universidade Cândido Mendes, 1991.
- VOGEL, Laurent. Um contributo do Quebeque para um debate indispensável ao movimento sindical na Europa. In: MESSING, Karen (Org.). *Compreender o trabalho das mulheres para o transformar*. Portugal: CITE, 2000.



Mulheres negras no mercado de trabalho: empregadas domésticas*

Marta Helena Rosa da Silva

Resumo: Embora se afirme que a pesquisa acadêmica não trate do assunto raça com a mesma intensidade com que trata do gênero, a pesquisa sobre desigualdade racial ampliou-se com estudos sobre a relação entre mulher negra e mercado de trabalho (categoria profissional “empregada doméstica”). Em parte, tal ampliação resulta do fato de que as mulheres negras são maioria nessa categoria. Estudos sobre a condição da mulher negra e trabalhadora no Brasil colonial mostram que tal preferência tem motivações histórico-culturais; e estudos mais recentes revelam que essa condição se perpetuou. Ainda assim, as mulheres negras permanecem na luta pelo reconhecimento de sua importância e em busca de seu espaço profissional e ascensão socioeconômica — que se processa mais lentamente que a do homem negro e da mulher branca. Para que essa situação se modifique, é crucial a sociedade admitir o preconceito racial como fato no Brasil e combatê-lo com projetos governamentais de âmbito nacional, estadual e regional para melhorar as condições socioeconômicas da mulher negra e de seus iguais; assim como é crucial o envolvimento da população negra em tais projetos.

Palavras-chave: Preconceito. Escolaridade. Luta. Ascensão Socioeconômica.

Abstract: Although it is stated that academic research doesn't deal with race as it does with gender, research on racial inequality has been enlarged with studies about the

* Este texto resulta de pesquisa bibliográfica para elaboração de projeto de pesquisa para o mestrado História da Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

Marta Helena Rosa da Silva. Licenciada em História e Especialista em Filosofia pela UFU.

relationship between black women and job market (professional category: “maid”). Somewhat such amplification results from the fact that the category is mostly constituted by black women. Studies about black and hard-working women’s condition in colonial Brazil show that such preference has historical-cultural motivations; recent studies reveal that condition has been perpetuated. Nevertheless, black women continue to fight for recognition of their importance in search of their professional space and socio-economic ascension — that is processed more slowly than the one of black men and white women. To modify that situation, it is crucial that society admits the racial prejudice as a fact in Brazil and fight against it with government projects of national, state and regional scope to improve black women’s socio-economic conditions as well as it is crucial the involvement of black population in such projects.

Keywords: Prejudice. Fight. Socio-Economic Ascension.

Introdução

Experiências e projetos apresentados no seminário regional “Racismo e discriminação racial do negro: realidades e experiências locais”¹ suscitaram em nós o desejo de conhecer melhor uma questão que não passava de idéia isolada: a condição da mulher negra no Brasil pelo viés do mercado de trabalho do serviço doméstico.

A categoria “empregada doméstica” ganhou relevo nos estudos sobre a desigualdade racial por serem as negras predominantes no serviço doméstico. De certa forma, essa projeção converge para o que diz Caldwell sobre a necessidade de haver mais pesquisas científicas envolvendo os assuntos raça e gênero, pois, agora que estas discussões estão em evidência na pesquisa acadêmica. No dizer dessa autora, “a falta de pesquisa integrada sobre raça e gênero significa que as experiências de vida das mulheres negras raramente são examinadas”.²

¹ Seminário realizado pela então Coordenadoria Municipal Afro-racial/Prefeitura Municipal de Uberlândia (Coafro)/Secretaria Municipal de Cultura, entre 27 e 28 de abril de 2001.

² CALDWELL, Kia L. Fronteiras da diferença: raça e mulher no Brasil. *Revista Estudos Feministas*, vol. 8, n. 2, p. 92-105, 2000.

Para Caldwell, “[...] o fato de as mulheres negras constituírem uma pequena minoria nas universidades brasileiras tem dificultado o desenvolvimento da pesquisa acadêmica sobre a mulher negra”.³ Com efeito, no Brasil, a população negra — e não só ela — foi e ainda é excluída do processo de desenvolvimento socioeconômico e da formação escolar desde os primeiros momentos posteriores à assinatura da Lei Áurea, quando os(as) negros(as) saíram da condição “oficial” de escravos(as) para entrarem na de escravos(as) “informais”. Como diz Silva,⁴ se a lei liquidou juridicamente a escravidão, não se pode dizer que erradicou o preconceito e a discriminação: fatores que excluem os(as) negros(as) da participação na vida social do país.

Nesse sentido, defendemos uma ampliação das pesquisas sobre o serviço doméstico, pois, no Brasil há uma grande quantidade de mulheres nesse setor e que representam uma porcentagem significativa da População Economicamente Ativa (pea).⁵ Por isso, propomos aqui retomar a condição do(a) negro(a) no país para destacar as raízes histórico-culturais do preconceito racial quanto ao cotidiano da mulher negra e trabalhadora, e assim tanto reconhecer a importância do papel dessa mulher como empregada doméstica no mercado de trabalho quanto entender os conflitos e preconceitos nas relações trabalhistas.

Raízes do preconceito racial

Segundo Gilberto Freyre, quando os portugueses foram à África à procura de negros(as) para trabalharem como escravos no Brasil, encontraram, em certas regiões, povos organizados e culturas consideradas avançadas. “Os(as) escravos(as) vindos das áreas de cultura negra mais adiantada foram um elemento ativo, criador, e quase que se pode acrescentar, nobre, na colonização do Brasil; degradados apenas pela sua condição de escravos.”⁶ Conforme nos diz Freyre, os(as) escravos(as) trazidos(as) ao Brasil ensinaram, aos

³ *Idem.*

⁴ SILVA, Benedita. *Toque de mulher negra*. Brasília: Centro de documentação e Informação, Coordenação de Publicações, 1992.

⁵ SAFFIOTI, Heleiet I. B. *Emprego doméstico e capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1978, p. 17.

⁶ FREYRE, Gilberto. O escravo negro na vida sexual e de família do brasileiro. In: _____. *Casa-grande e Senzala*. 39. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000, p. 364.

portugueses, técnicas do trabalho agrícola, agropecuário e minerador próprias do cotidiano das comunidades africanas. “Ora, a esse trabalho e ao da criação de gado e utilização de sua carne e leite, já tinham afeito várias sociedades africanas donde nos vieram escravos em grandes massas.”⁷

⁷ *Idem*, p. 347.

Foi justamente desse contexto de organização que os(as) negros(as) foram tirados(as) — aproximadamente em 1516, não se sabe ao certo — e trazidos(as) ao Brasil a fim de trabalhar para os portugueses na condição de escravos(as).⁸ De acordo com Freyre, ao chegarem, foram para as lavouras de cana-de-açúcar, cafezais e mineração. Embora as condições de trabalho oferecidas a eles não tenham sido as melhores, “[...] em certo sentido tornaram-se verdadeiros donos da terra: dominaram a cozinha conservando relativamente em grande parte sua dieta”.⁹ Freyre esclarece ainda que o trabalho na lavoura de cana, por ser muito pesado (como os demais trabalhos), exigia força e determinação — determinação não só pelo trabalho, pois tal atividade já era exercida por eles(as) na África; mas se lá eles(as) trabalhavam para a subsistência de suas famílias, aqui trabalhavam como escravos(as).

⁸ MAIA, Newton F. *Brasil: laboratório racial*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1973, p. 22.

⁹ FREYRE. *Op. Cit.*

Ainda no dizer de Freyre, “a escravidão desenraizou o(a) negro(a) do seu meio social e de sua família, soltando-o(a) entre gente estranha e muitas vezes hostil”.¹⁰ E como se não bastasse a captura de homens, os portugueses foram buscar, também, as negras africanas, para trabalhar em regime de escravidão não só nas lavouras; mas, também, no ambiente doméstico, como amas-de-leite, mucamas. “Vieram [...] da África ‘donas de casa’ para [servir aos] colonos sem mulher branca.”¹¹

¹⁰ *Idem, Ibidem*, p. 365.

¹¹ *Idem*.

No fim do século XVII, chegaram a São Paulo as primeiras notícias sobre a descoberta de ouro em Minas Gerais. Na corrida pela descoberta e na busca do enriquecimento, grande parte da burguesia paulista deixou São Paulo e rumou para Minas, à procura de ouro.¹² Nesse contexto de agitação, a presença das

¹² FIGUEIREDO, 1997.

mulheres é definida: aparecem trabalhando nas minas como carregadoras de gamelas cheias de pedras para lavagem das pedras;¹³ representavam personagens anônimos no contexto masculino: era como se lhes coubessem só papéis secundários, invisíveis. Reforçava-se, assim, dentre os valores femininos, o da subordinação social, pois elas foram “[...] excluídas de qualquer exercício de função política nas câmaras municipais, na administração eclesiástica, proibidas de ocupar cargos da administração colonial que lhes garantissem reconhecimento social”.¹⁴

A vida das mulheres trabalhadoras na mineração só poderia ser apresentada em conflitos e negociações entre os grupos empobrecidos de que faziam parte. As instituições representadas pelo poder público procuravam enquadrá-las, proibindo-as de vender quitutes nas ruas das vilas mineiras. Com a crise da mineração, por volta do fim do século xviii, início do xix, a presença feminina cresceu e se acentuou em Minas Gerais, quando alguns indicadores revelam surpreendente predomínio de mulheres. A participação maior da população feminina no exercício do pequeno comércio ambulante nas ruas gerou uma preocupação maior para as autoridades locais — embora estas soubessem da importância das atividades do comércio¹⁵ “[...] para o precário abastecimento daquela população espalhada por vilas e catas de ouro pelos rios e montanhas da região”.¹⁶

Além de atuarem como ambulantes, as mulheres trabalhavam nas vendas como empregadas e até como proprietárias de estabelecimentos, negociando todos os tipos de mercadorias do gênero alimentício, produtos de limpeza e higiene pessoal. Nas vendas e nas ruas, trabalhavam escravas, brancas pobres e negras forras que, de alguma forma, conseguiram se livrar da escravidão. Esses locais eram apropriados para se articularem vários tipos de negócios: “Sob seu teto se tramavam fugas de escravos e aquisição de gêneros para o abastecimento dos quilombos. [Eram] Espaço

¹³ *Idem.*

¹⁴ FIGUEIREDO. *Op. Cit.*, p. 145-95.

¹⁵ FIGUEIREDO. *Op. Cit.*

¹⁶ *Idem*, p. 143.

¹⁷ *Idem*, p. 145-95.

de alegria e lazer, batuques em que se dançava e cantava eram ali freqüentemente organizados e encontros sexuais acertados”.¹⁷ O trabalho feminino tomou força e se espalhou por toda a região mineira, a ponto de representar perigo na visão das autoridades, pois delitos e crimes aumentaram em razão da maior presença das mulheres nas ruas, avenidas e vendas, negociando mercadorias. A repressão se traduziu na cobrança de tributos, no fechamento das vendas e em outras sanções.

Contudo, o comércio feminino continuou a crescer; e com ele a prostituição. Por conseqüência, muitas crianças já nasciam desclassificadas, marginalizadas e órfãs de pai. Devemos esclarecer que algumas mulheres não se prostituíam por livre e espontânea vontade: na condição de escravas, deviam obedecer; além disso, não havia opção de manutenção da subsistência senão a prostituição. E se algumas não eram obrigadas a tal, prostituíam-se para sustentar os(as) filhos(as), pois eram solteiras ou viúvas.

¹⁸ SILVA. *Op. Cit.*, p. 11.

A vida das mulheres brasileiras, em particular das negras, não foi fácil. No entanto, elas foram fortes: viveram três séculos de escravidão sob violência física, psicológica e moral. Resistiram, preservando a cultura africana através da fé, tramando fugas e fugindo para os quilombos.¹⁸ “A mulher negra sofreu toda forma de atrocidades, que vão desde as mutilações, extirpações, deformações até vingança pessoal levada às últimas conseqüências.”¹⁹

¹⁹ *Idem*, p. 27.

Para Gryzbowski, a assinatura da Lei Áurea, em 13 de maio de 1888, condiciona a população negra a ficar à margem da sociedade: sem terras, sem teto, sem perspectivas e sem oportunidades. Isso porque, se a lei aboliu o trabalho escravo, não instaurou a cidadania para a população que conhecia só esse regime de trabalho e estava condenado a ele:²⁰ “neste sentido, a plena libertação de cidadã num Brasil realmente democrático depende da plena libertação cidadã de crianças, mulheres, homens e velhos negros”.²¹

²⁰ GRYZBOWSKI, 2001.

²¹ *Idem*, p. 9.

Resquícios de ontem no Brasil de hoje

A situação da população negra no Brasil, em especial das mulheres, não é muito diferente hoje. Elas continuam a ser discriminadas, embora permaneçam na luta pelo reconhecimento e pela importância de sua raça, com participação nos movimentos feministas e negros, bem como em sindicatos, associações de bairro; onde são ouvidas, combatem um passado cheio de pesadelos, sofrimentos e marcas indelévels.

Aos poucos, as mulheres brasileiras conquistaram espaço na esfera profissional, ainda que se deparem com dificuldades e barreiras próprias de uma educação sexista e por terem sido preparadas com exclusividade para os afazeres do lar. Souza reconhece que, até os anos 1970, o trabalho fora de casa era de responsabilidade do homem: “às moças, para desempenharem futuramente o papel de rainhas do lar, bastava que soubessem lidar com os afazeres domésticos, cuidar das crianças, produzir peças bordadas ou pintadas”.²²

No dizer de Rago, que discute a questão do cotidiano, no começo do século XX — início da industrialização —, o discurso sobre a mulher enfatizava a necessidade de que ela assumisse na íntegra o papel de dona-de-casa e respondesse pela conduta dos(as) filhos(as) e pelo bem-estar do marido. “À mulher cabia [...] atentar aos mínimos detalhes da vida cotidiana de cada um dos membros da família, vigiar seus horários, estar a par de todos os pequenos fatos do dia-a-dia, prevenir a emergência de qualquer sinal de doença ou do desvio”.²³

No caso das mulheres negras, logo após a abolição — como esclarece Silva —, elas são as mais discriminadas pela sociedade e se transformam na viga mestra das famílias negras, arcando com a subsistência de sua comunidade; como os homens negros não conseguiam competir no campo profissional com os imigrantes, não tinham condições de sustentar a família. Silva

²² SOUZA, Vera L. Puga. Internatos. *Caderno Espaço Feminino*, Uberlândia, ano 1, vol. 1, p. 37-61, 1994, p. 43.

²³ RAGO, Margareth L. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p. 62.

diz ainda que, ao trocarem as senzalas pelos cortiços da cidade, as mulheres negras tiveram de encontrar forças para enfrentar novas e complexas dificuldades: agora serviam à patroa, e não à sinhá; deixaram de ser perseguidas pelo senhor para o serem pelo patrão.

Essa autora afirma que, com dificuldade, as mulheres negras estão conquistando espaço profissional e, na mesma intensidade, buscam ascensão social e econômica, embora enfrentem as barreiras criadas pelo preconceito racial — fator que retarda a ascensão e revela a desigualdade entre brancos e negros, seja nas oportunidades educacionais, na participação no mercado de trabalho, na distribuição de renda ou na qualidade de vida em geral. “A ascensão social e econômica da mulher negra se processa em ritmo muito mais lento do que a dos homens negros e da mulher branca.”²⁴

²⁴ SILVA, *Op. Cit.* p. 15.

Essa subordinação feminina relativa à desigualdade do gênero fica mais acirrada quando se trata da mulher negra que precisa competir com o homem negro, com a mulher branca e com o homem branco. Conforme Carneiro,²⁵ a situação das mulheres no Brasil e em São Paulo não é confortável; com base em dados do Censo de 1980, ela diz que as mulheres negras estão em desvantagens sociais por questões raciais relativas ao acesso à educação; logo, há diferenças na participação delas ante a participação das demais mulheres no mercado de trabalho.

²⁵ CARNEIRO, Sueli; SANTOS, Tereza; COSTA, Albertina G. de. *A. Mulher negra; política governamental e a mulher*. São Paulo: Nobel: Conselho Estadual da Condição Feminina, 1985.

Segundo diz Bento, as mulheres negras têm sido apontadas como as trabalhadoras que mais experimentam a precariedade no mercado de trabalho no Brasil, e não só por serem mulheres, mas também por causa da cor da pele. Essa autora comenta que a remuneração delas é muito mais baixa se comparada com a de outros grupos na mesma categoria; e que há uma concentração maior de mulheres negras em dados setores do mercado e em certas atividades cujos salários e cujas condições de trabalho são inferiores, mesmo quando elas têm escolaridade elevada.²⁶

²⁶ BENTO, Maria Aparecida S. A mulher negra no mercado de trabalho. *Revista Estudos Feministas*, vol. 3, n. 2, p. 486-96, 1995.

*Mesmo com altos níveis de escolaridade, as mulheres negras não conseguem atingir as etapas de mobilidade social que normalmente são proporcionadas pelo investimento em educação. A sua presença no estrato não manual baixo é importante e significativa; mas, como já foi colocado, o status desse grupo ocupacional é bastante limitado, o que dá às mulheres negras poucas possibilidades de melhorar sua situação sócio-econômica como os demais grupos.*²⁷

²⁷ *Idem*, p. 489.

No que se refere à situação da comunidade negra, Arzabe²⁸ afirma que é ainda mais desfavorável. Sua pesquisa revela que crianças e adolescentes negros têm remuneração 30% inferior à de crianças e adolescentes brancos (52% da população infanto-juvenil economicamente ativa), e a jornada de trabalho é superior em duas horas. Essa autora relata ainda que, entre adolescentes brancos, o registro em carteira supera em duas vezes o registro entre adolescentes negros e que estes têm menor taxa de escolaridade quando comparados com aqueles.

²⁸ ARZABE, Patrícia H. M. Eradicação do trabalho infantil: perspectivas de proteção às crianças. In: SÂMARA, Eni de Mesquita. *Trabalho feminino e cidadania*. São Paulo: Humanitas/FFCH/USP, 1999.

Segundo Silva, a população negra feminina no Brasil representa quase metade de toda população. Ela admite que, segundo o Censo brasileiro de 1980, 62% das mulheres negras e 58,2% das pardas ganham um salário mínimo ante 34% de brancas que também recebem salário mínimo. Essa autora argumenta ainda que 80% das mulheres negras trabalham em serviços domésticos.²⁹

²⁹ SILVA. *Op. Cit.* p. 27.

De acordo com Melo,³⁰ quase cinco milhões de mulheres brasileiras vivem do serviço doméstico. Essa autora acrescenta que essa modalidade é a profissão mais freqüente da mulher brasileira; e que, mesmo com a crise dos anos de 1990, o emprego doméstico foi o segundo que mais cresceu; perdeu apenas para os ambulantes. Ferreira³¹ corrobora essa constatação ao afirmar que, como campo do trabalho, o emprego doméstico é uma das profissões que mais empregam mulheres no Brasil. Logo, isso contraria a previsão de que o trabalho doméstico desaparecerá com desen-

³⁰ MELO, Hildete P. de. Nas bases da casa e da pirâmide social. *Revista Maria Maria*, ano 4, n. 4, p. 8-11, 2002.

³¹ FERREIRA, Jorgetânia da Silva. *Memória, história e trabalho: experiências de trabalhadoras domésticas em Uberlândia — 1970/1999*. 2000. 155 f. Dissertação (Mestrado em História) — Pontifícia Universidade Católica, São Paulo.

volvimento do capitalismo, pois esse setor continua a crescer no Brasil.

Como quer Silva, visto que as mulheres negras e pobres vivem numa sociedade movida pelo capital e com pouca ou nenhuma qualificação, não vêem outra saída exceto recorrerem às diversas formas de subempregos existentes ou ao serviço doméstico, por ser uma atividade de ocupação que exige menos qualificação. Com efeito, segundo pesquisa feita na cidade de Araraquara (sp), Saffioti aponta que “a ocupação de doméstica é uma das que menos exigem qualificação. Embora as patroas prefiram empregadas alfabetizadas admitem as analfabetas”.³²

³² SAFFIOTI. *Op. Cit.*, p. 75.

Acrescente-se que, segundo diz Ferreira, meninas pobres no Brasil começam a trabalhar fora de casa muito cedo para aumentar a renda familiar e encontram no serviço doméstico uma forma de melhorar as condições de vida da família.³³ Os dados de Drummond³⁴ convergem para a constatação de Ferreira; segundo sua pesquisa, a Região Metropolitana de Salvador (ba) abriga quase 35 mil adolescentes trabalhadoras domésticas e que, segundo pesquisa do Fundo das Nações Unidas para a Infância (unicef), só em Salvador há mil trabalhadoras na faixa etária de 14 anos e 12 mil com idade entre 14 e 17 anos.

³³ FERREIRA. *Op. Cit.*, p. 49.

³⁴ DRUMOND, Kátia. *Vidas de domésticas: direitos e consciência. Afirma*. Disponível em: <<http://www.afirma.inf.br/vidadedomesticas.htm>>. Acesso em: 28 set. 2005.

Em Uberlândia (mg), a realidade socioeconômica da população negra é a mesma, e esta continua em desvantagem se comparada com a população de outras etnias. Como aponta Silva, em “[...] Uberlândia, as oportunidades ocupacionais, bem como as remunerações, são determinadas por critérios tais como adscrição racial e não somente por atributos produtivos ou qualitativos”.³⁵ Para esse autor, a situação da mulher negra é ainda pior porque ela é discriminada no mercado de trabalho: como admitem alguns dos sindicalistas entrevistados por Silva, em Uberlândia, ela é preferida para trabalhar na cozinha.

³⁵ SILVA, Glênio O. da. *O negro no mercado de trabalho em Uberlândia*. 1996. 63 f. Monografia (graduação em Economia) — Departamento de Economia da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, p. 57.

Considerações finais

Como se vê, as novas gerações de mulheres negras herdaram dos ancestrais só a força e a resistência, pois permanecem majoritariamente na condição de filhas(os) bastardos(as) de uma pátria-mãe pouco gentil sem jamais usufruir do berço esplêndido reservado a um seletor grupo de eurodescendentes.³⁶ Isso leva a conclusão de que a situação da população negra brasileira, em especial a situação da mulher, está em desvantagem se comparada com a de outros segmentos populacionais.

Para Bento, imprensa, políticos e sociedade em geral não se preocupam com tais desigualdades; aliás, tendem a negá-las e atribuir as desvantagens experimentadas pela população negra — sobretudo às mulheres — à baixa escolaridade ou ao despreparo profissional. Se a sociedade brasileira não reconhece a discriminação racial contra o(a) negro(a), não se pode negar que esta seja fato; e se não há agressão, exposição nem confronto, isso não esconde um movimento para se pôr a população negra e pobre no devido “lugar”. Eis por que a sociedade deve admitir o preconceito racial como fato no Brasil e procurar combatê-lo com projetos governamentais de âmbito nacional, estadual e regional para melhorar as condições de vida da população negra. Igualmente, essa população deve se envolver em tais projetos para que, ao lado dos(as) proponentes, mudem ou, pelo menos, melhorem suas condições socioeconômicas.

Referências

- ARZABE, Patrícia H. M. Erradicação do trabalho infantil: perspectivas de proteção às crianças. In: sâmara, Eni de Mesquita. *Trabalho feminino e cidadania*. São Paulo: Humanitas/FFCH/USP, 1999.
- BENTO, Maria Aparecida S. A mulher negra no mercado de trabalho. *Revista Estudos Feministas*, vol. 3, n. 2, p. 486-96, 1995.
- CALDWELL, Kia L. Fronteiras da diferença: raça e mulher no

³⁶ SANTANA, Olívia. *O negro no mercado de trabalho*. Quais as Perspectivas em Tempos de Globalização. Disponível em: <http://www.faced.ufuba.br/artigos/artigo_olivia>. Acesso em: 4, nov. 2002.

Mulheres negras no mercado de trabalho: empregadas domésticas

- Brasil. *Revista Estudos Feministas*, vol. 8, n. 2, p. 92-105, 2000.
- CARNEIRO, Sueli; SANTOS, Tereza; COSTA, Albertina G. de A. *Mulher negra; política governamental e a mulher*. São Paulo: Nobel: Conselho Estadual da Condição Feminina, 1985.
- DRUMOND, Kátia. Vidas de domésticas: direitos e consciência. *Afirma*. Disponível em: <<http://www.afirma.inf.br/vidadedomes-ticas.htm>>. Acesso em: 28, set. 2005.
- FERREIRA, Jorgetânia da Silva. *Memória, história e trabalho: experiências de trabalhadoras domésticas em Uberlândia – 1970/1999*. 2000. 155 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo.
- FIGUEIREDO, Luciano. Mulheres nas Minas Gerais. In: priore, Mary Del (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997.
- FREYRE, Gilberto. O escravo negro na vida sexual e de família do brasileiro. In: _____. *Casa-grande e Senzala*. 39 ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- GRYZBOWSKI, Cândido. Desigualdade segundo a cor da pele. *Jornal da Cidadania*, n. 101, p. 9, maio/2001.
- MAIA, Newton F. *Brasil: laboratório racial*. 5 ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 1973.
- MELO, Hildete P. de. Nas bases da casa e da pirâmide social. *Revista Maria Maria*, ano 4, n. 4, p. 811, 2002.
- RAGO, Margareth L. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- SANTANA, Olívia. *O negro no mercado de trabalho*. Quais as Perspectivas em Tempos de Globalização. Disponível em: <http://www.faced.ufuba.br/artigos/artigo_olivia>. Acesso em: 4 nov. 2002.
- SAFFIOTTI, Heleiet I. B. *Emprego doméstico e capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1978.
- SILVA, Benedita. *Toque de mulher negra*. Brasília: Centro de documentação e Informação, Coordenação de Publicações, 1992.
- SILVA, Glênio O. da. *O negro no mercado de trabalho em Uberlândia*. 1996. 63 f. Monografia (graduação em Economia) – Departamento de Economia da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.
- SOUZA, Vera L. Puga. Internatos. *Caderno Espaço Feminino*, Uberlândia, ano 1, vol. 1, p. 37-61, 1994.

A co-educação como política pública: a manutenção da escola mista com o advento da igualdade de gênero

Daniela Auad

Resumo: A partir de extensa pesquisa bibliográfica e intensa pesquisa de campo, o presente artigo objetiva traçar as linhas gerais de uma política pública de co-educação com a qual seja possível construir relações de gênero igualitárias nas atividades das salas de aula e nos jogos e brincadeiras dos pátios.

Palavras-Chave: Relações de Gênero. Co-Educação. *Mixité*. Práticas Escolares. Política Pública.

Abstract. With extensive bibliographical research and intense field research, the present article aims to describe the guidelines of a public policy of coeducation with which it is possible to have equalitarian gender relationships in classroom activities and school games.

Keywords: Gender Relationships. Coeducation. Public Politic

Entre profissionais da área de educação, pesquisadoras e feministas há certo consenso quanto ao fato das práticas escolares ainda se apresentarem polarizadas e hierarquizadas no que se refere a uma desigual

Daniela Auad. Doutora em Sociologia da Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FEUSP). Professora da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), no campus de Guarulhos, no curso de Pedagogia.

valorização do masculino e do feminino. É sabido, a partir de variadas pesquisas e de cotidiano exercício profissional, que a escola, assim como outras instituições sociais, ressalta e utiliza as diferenças e transforma-as em desigualdades. Ao separar, de maneira simbólica e material, adultos de crianças, ricos de pobres, brancos de não brancos, a escola, do modo como é conhecida por nós, fabrica identidades de meninos e meninas, homens e mulheres. Esse trabalho de conformação tem início na família e encontra eco e reforço na escola. Ali são ensinadas maneiras *apropriadas* de se movimentar, de se comportar, de se expressar e, até mesmo, maneiras de preferir, gostar e sentir.

Muitas são as práticas escolares que efetivam esses ensinamentos. Dentre elas, é comum encontrar a separação por sexo entre as crianças para levar a termo a organização das salas de aula e as atividades sistematizadas nos pátios. As diferenças de comportamento entre meninas e meninos, como se masculinidade e feminilidade fossem dados essenciais, é também recorrentemente adotada como facilitadora da condução da disciplina na classe e como organizadora das atividades do pátio.

Do ponto de vista do disciplinamento, numerosas vezes há menor tolerância da indisciplina das meninas e aparente percepção de que meninos indisciplinados podem estar exercendo seu “papel” de independência tipicamente masculino. As meninas, ao contrário, são conduzidas a pensar que sua melhor contribuição é auxiliar a professora na manutenção da ordem da classe, ao executarem todas as demandas da mestra como “ajudantes” desta. Os meninos, assim, são, na maioria das vezes, impelidos a se comportarem na direção contrária à tradicional imagem do quieto e tranqüilo bom aluno, o que pode acarretar um pior rendimento escolar da parte deles.

Geralmente idealizados como os mais agitados, ruidosos e barulhentos, os meninos são aqueles que mais ocupam o “espaço sonoro” na sala de aula. A ocupa-

ção diferenciada pelos meninos e meninas de pátios e quadras também se dá comumente com elas a ocuparem os cantos laterais do pátio, ao pularem elástico, corda e ao conversarem. Eles ocupam mais frequentemente espaços amplos das quadras, ao formarem múltiplos times para partidas de futebol. Assim, ocorre a separação em grupos de meninos e meninas nos jogos na escola, como se os próprios jogos agissem como práticas que ensinassem meninas e meninos que há jogos barulhentos e agitados a serem realizados pelos meninos, e jogos discretos e limitados no espaço a serem realizados pelas meninas. Denomino esse tipo de prática, dentre outras, como *aprendizado da separação*, que pode ser amplamente observado em variadas realidades escolares¹.

Na direção oposta dos exemplos das práticas citadas, se mostram pequenas e cotidianas recusas às tradicionais percepções sobre o masculino e o feminino. Notadamente se expressam os *nãos* ao que é tipicamente masculino ou tipicamente feminino, nos gestos e nas falas, daquelas e daqueles que resistem. Isso se dá cotidianamente pois os sujeitos, meninos e meninas, não são apenas receptores passivos de imposições externas. Ao recusar ou ao aceitar, alunos e alunas reagem às aprendizagens sobre o feminino e o masculino propostas implícita e explicitamente nos processos educacionais.

Uma menina que brinca ao lado dos meninos. Um menino que se recusa a andar na fila destinada aos meninos. Uma professora que não organiza a localização das crianças na classe a partir de uma divisão sexual. Meninos e meninas que passam o recreio cantando e dançando juntos. Uma professora capaz de tolerar igualmente a indisciplina de meninas e de meninos. Todas essas são ações individuais ou em pequenos grupos cujo efeito é a formação de núcleos de resistência às relações de gênero tradicionais. A ação dos sujeitos mostra-se, assim, importante para a transformação da realidade cotidiana. Tais práticas ino-

¹ Sobre o conceito de “aprendizado da separação” e para descrições e análises mais aprofundadas das práticas aqui exemplificadas, consultar a tese de doutorado de autoria de Daniela Auad, *Relações de gênero nas práticas escolares: da escola mista ao ideal de co-educação*, defendida em 2003, na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo/FEUSP.

vadoras e de resistência não são, contudo, o movimento dominante nas escolas.

Os indícios que partem das práticas escolares comprovam que, embora as escolas brasileiras sejam mistas, a mistura dos sexos que nelas ocorre não enseja “naturalmente” práticas e políticas públicas igualitárias do ponto de vista de gênero. Para atingir tal igualdade, além das inovações isoladas de sujeitos e das resistências pontuais de grupos, há de se apostar em uma mudança do sistema de ensino de modo mais amplo e sistemático. Como fazer isso? Como construir um modo sistemático e “oficial” de combater as desigualdades de gênero? O que fazer para que o *aprendizado da separação* se torne a vivência da aproximação, sem oposição e polaridade entre o feminino e o masculino? De que maneira garantir que a coexistência de meninos e meninas na escola mista não acentue e fomente as já desiguais relações de gênero?

Sem que seja uma panacéia, o presente artigo propõe a *co-educação* como um ponto de partida para responder à essas perguntas e um caminho para alcançar a igualdade social entre o masculino e o feminino. E vale atentar a maneira como, no presente texto, é entendido o termo *co-educação*, uma vez que não se trata simplesmente de *juntar fisicamente* meninas e meninos na mesma escola ou mesma classe, o que seria a escola mista já implementada e conhecida.

No presente artigo, utilizar o termo *co-educação* refere-se a um modo de gerenciar as relações de gênero na escola mista, de maneira a questionar e reconstruir as idéias sobre o feminino e sobre o masculino. A *co-educação*, assim, trata-se de uma política educacional, que prevê um conjunto de medidas e ações a serem implementadas nos sistemas de ensino, nas unidades escolares, nos afazeres das salas de aula e nos jogos e brincadeiras dos pátios. Trilhar o caminho da escola mista que temos à *co-educação* que queremos prevê, portanto, uma série de recomendações e princípios sobre os quais há de se refletir. Ao

sintetizar resultados de extensa pesquisa bibliográfica e intensa pesquisa de campo, as próximas páginas cumprem essa função.

Mixité e Co-educação

A noção de co-educação presentemente adotada construiu-se a partir da apropriação do termo *mixité*. Trata-se de conceito primeiramente empregado no âmbito das Ciências Sociais, em pesquisas de campo sobre a coexistência de meninos e meninas no mesmo espaço escolar². Apesar dessa origem, o termo atualmente é utilizado, em alguns países da Europa, predominantemente em pesquisas centradas nas questões advindas da situação de imigrantes no mercado de trabalho e no sistema escolar. Assim, mesmo na França, seu país de origem, ainda são raros os trabalhos de pesquisa que abordam a *mixité* para fazer referência especificamente às relações de gênero na escola³.

Apesar dessa ausência teórica, merecem destaque os escritos das pesquisadoras francesas Claude Zaidman e Nicole Mosconi e a incontestável contribuição das pesquisas espanholas, mais especificamente catalãs, no que se refere aos estudos das relações de gênero na escola, a partir do debate da escola mista *versus* escola separada⁴. As publicações advindas de investigações francófonas e catalãs são representativos exemplos da legítima contribuição de pesquisas que contemplem as relações de gênero nas práticas escolares, no âmbito do debate sobre escola mista e sobre co-educação. Tais produções são ainda referências para o desenvolvimento de políticas públicas co-educativas.

A catalã Marina Subirats Martori — no texto *Educación de la mujeres: de la marginalidad a la coeducación* — após descrever a situação educacional das mulheres na América Latina até a década de 90, propõe uma metodologia para a transformação de uma educação discriminatória no que se refere às relações de gênero. A autora parte da exclusão das mulheres,

² Helena HIRATA, Françoise LABORIE, Hélène LE DOARÉ e Danièle SENOTIER (coordenação). *Dictionnaire Critique du Féminisme*, p. 116.

³ Annick DURAND-DELVIGNE, *Pour la mixité qui travaille*.

⁴ Sobre esse debate e as autoras que o fomentam, consultar livro de autoria de Daniela Auad, *Educar meninas e meninos: relações de gênero na escola*, publicado pela Editora Contexto, em 2006.

⁵ Marina SUBIRATS MARTORI, Educación de la mujeres: de la marginalidad a la coeducación: propuesta para una metodología de cambio educativo, p. 29.

historicamente vivenciada por elas, e chega à redefinição do que ela denomina como um “modelo cultural de caráter co-educativo”⁵. O objetivo fundamental dessa co-educação, postulado pela autora, seria:

*... a redefinição de um modelo cultural que não apenas admita a existência de diferenças, mas que também construa uma forma de universalizar as condutas e capacidades diferentes, que inicialmente tenham sido consideradas como próprias de grupos específicos.*⁶

⁶ *Ibid.*, p. 29.

Assim, Subirats Martori parece prever a extinção do masculino e do feminino do modo polarizado e hierarquizado como os conhecemos, e não necessariamente como uma proposta social de androginia. Para levar a termo tal projeto, a autora adianta que agentes da mudança na direção da co-educação precisam estar em órgãos governamentais (como secretarias e coordenadorias especiais), em sindicatos e em organizações não governamentais. A responsabilidade desses “agentes da co-educação” seria a de trabalhar para a transformação, sobretudo quando se dedicassem a analisar práticas e situações, traçar objetivos, estabelecer metodologias de trabalho e, também, definir tarefas. Entre essas, está a formação de pessoal, a produção de material, o estímulo às pesquisas e propagandas na mídia que sensibilizassem a opinião pública⁷.

⁷ *Ibid.*, p. 30.

Como se nota, Subirats Martori é ambiciosa em seu conceito de co-educação e, em oposição ao patamar de utopia em que coloca seu ideal, a autora catalã aponta etapas estratégicas para trilhar o caminho que vislumbra. São condições para implementação de uma escola co-educativa a extensão da educação formal a todas as meninas e mulheres e a democratização da capacitação profissional para todas as adultas; a unificação do sistema educacional para homens e mulheres; e uma maior visibilidade social às mulheres em espaços diversos dos tradicionalmente pensados para elas. Apesar de existirem dados sobre um melhor de-

sempenho de meninas e mulheres nos diferentes níveis e modalidades de ensino, não se deve abordar esses princípios e condições como metas já alcançadas. Não é difícil perceber que são objetivos ainda a serem atingidos quando são trazidas para o debate as condições de vida das meninas e mulheres jovens, idosas e adultas nas periferias urbanas e nas zonas rurais.

Para alcançar a co-educação, Subirats Martori destaca ainda como dimensões fundamentais as mudanças legislativas para destruir barreiras legais que impeçam o acesso das mulheres à educação e sua posterior permanência; a existência de um processo de entrada delas no sistema educativo, de modo a garantir acesso de todas à todos os níveis e tipos de carreira. São também dimensões a serem trabalhadas: o uso diferenciado por sexo dos espaços escolares, assim como o questionar e redefinição do conjunto de conhecimentos e valores que se inscrevem nos currículos escolares, nos livros didáticos e nas interações em geral entre professoras/es e alunas/os. A autora menciona ainda a importância da formação de professoras e professores consoante ao ideal co-educativo e a paridade do professorado. Tal paridade corresponderia a compor, de maneira equilibrada numericamente, o sistema escolar, com homens e mulheres em todas as posições e tarefas.

Fica evidente, portanto, que agentes de mudança na direção da co-educação, segundo a autora, precisam ser atuantes também nas esferas do poder executivo dos países, estados e municípios. Tais “agentes da co-educação” precisariam estar presentes ainda nos sindicatos, organizações religiosas, civis e ONGs⁸. A presença de agentes nestas esferas não governamentais, segundo meu entendimento, garantiria que o debate sobre as relações de gênero e a educação permeasse todas as políticas de uma sociedade, como a social e a econômica, e não fosse restrito a *guetos*.

Colocada no âmbito da extensa e detalhada agen-

⁸ Marina SUBIRATS MARTORI, Educación de la mujeres: de la marginalidad a la coeducación: propuesta para una metodología de cambio educativo, p. 30.

⁹ Agnes Heller apud Beatriz TEIXEIRA, *Por uma escola democrática*.

da acima citada, a co-educação mostra-se próxima da noção de “*idéia práctico-regulativa*”, originária da obra de Agnes Heller⁹. No âmbito desse conceito, a co-educação pode ser percebida como uma idéia que não existe ainda em fato, do modo como é descrita discursivamente, mas pode vir a existir, até porque é isso que se deseja. E o fato de a co-educação existir como ideal pode, *per se*, transformar as práticas. Tal fato seria possível porque a busca pela co-educação asseguraria a aproximação aos ideais igualitários, ainda que estes não sejam necessariamente alcançados rapidamente em sua plenitude.

Desafios e resistências à Co-educação

Além de nos *fazer sonhar*, o projeto co-educativo tem relevância prática e para implementá-lo há de se conhecer algumas idéias resistentes a ele.

Tais resistências podem tomar a forma do argumento que postula a desigualdade como um elemento presente em todas as sociedades e, assim, não poderia ser algo destruído pela escola. A escola não teria poder e força para tal empreitada. Como contra-argumento é possível sustentar que a desigual percepção sobre o masculino e o feminino precisa começar a ser combatida a partir de algum ponto ou instituição social. A escola poderia ser tal ponto de partida e, mesmo não destruindo as desigualdades por completo, poderia diminuí-las, em parceria com outras instituições.

Outro argumento usual de resistência ao ideal co-educativo igualitário seria afirmar que as crianças já chegam à escola tendo iniciado ou quase completado sua socialização primária no seio da família. Colocar em jogo e em questão o modelo tradicional e desigual já recebido e definido poderia ser maléfico para o desenvolvimento infantil. Para rebater tal argumentação, são úteis os escritos de Montserrat Moreno:

Imagine por um momento que esta mesma atitude de continui-

*dade fosse mantida pelos professores no terreno intelectual. Esses professores, guiados por um não intervencionismo asséptico, decidiriam não influenciar em nada a maneira de pensar de seus alunos em matemática, física, língua e outras matérias escolares (...) esta postura só seria correta se a ciência fosse infusa no caráter dos indivíduos, presente desde o seu nascimento, não experimentando nenhuma modificação por influências externas, ou seja, a escola seria absolutamente desnecessária.*¹⁰

Mesmo considerando os contra-argumentos apresentados às idéias anti co-educativas, não se deve alimentar uma percepção reducionista ou ingênua que, como aponta Guacira Lopes Louro, *supõe ser possível transformar toda a sociedade a partir da escola ou supõe ser possível eliminar as relações de poder em qualquer instância*¹¹. Ainda assim, Louro aponta que é possível interferir nos jogos de poder, problematizar e desestabilizar as divisões entre o feminino e o masculino, dadas como “naturais”. Nesse sentido, tanto Louro quanto Subirats Martori apostam na existência de práticas escolares como historicamente contingentes e como práticas políticas. Vistas dessa maneira, as práticas escolares podem ser transformadas e subvertidas a partir do reconhecimento das formas de instauração das desigualdades sociais e da construção de estratégias de intervenção.

Na mesma direção da advertência de Guacira Lopes Louro, a argentina Glória Bonder afirma que há uma crença comum de acordo com a qual a educação é o melhor e mais acessível meio para superar as desigualdades, obter mobilidade social e modernização cultural. Contudo, tal crença pode ser percebida como “voluntarista”, dado o fato de supor que, uma vez providas de iguais conhecimentos, as pessoas alcançarão iguais oportunidades ocupacionais, salariais e igual prestígio ocupacional. No outro extremo dessa concepção, detectam-se correntes pessimistas que acusam a escola de reprodutora das desigualdades sociais.

¹⁰ Marina SUBIRATS MARTORI, Conquistar la igualdad: la coeducación hoy, *Revista Iberoamericana de Educación*, p. 74.

¹¹ Guacira Lopes LOURO, *Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista*, p. 86.

¹² Glória BONDER, *Género y política educacional: la experiencia argentina*, p. 123. Glória Bonder é Diretora do Programa Nacional de Igualdade de Oportunidades para a Mulher em Educação, do Ministério da Educação e Cultura da Argentina.

¹³ Nadine PLATEAU, *Un parcours inachevé: la mixité scolaire*, *Chronique Féministe*.

Diante disso o que propor? Bonder sugere o desafio de instaurar um equilíbrio entre as abordagens voluntarista e pessimista. Esse equilíbrio seria capaz de abarcar a realidade escolar de um modo mais dinâmico e complexo e, além disso, permitiria visualizar tanto os conflitos e resistências quanto a capacidade de gerar propostas inovadoras¹². Nessa perspectiva “equilibrada”, as linhas de intervenção seriam o questionamento e reformulação dos currículos escolares, a capacitação e formação docente e a produção de pesquisas, a fim de acompanhar e alimentar os currículos.

Os olhares de diferentes autoras são expressos no presente artigo como uma maneira de verificar o ideal de construção de políticas públicas educativas que tenham como centro a igual valorização do masculino e do feminino, sem tomá-los como elementos “dados” e essenciais. A escola co-educativa desponta assim como fértil seara alternativa ao atual modelo de ensino. Este se pretende neutro do ponto de vista de gênero mas, cotidianamente, se utiliza das diferenças construídas entre os sexos de modo a criar e aprofundar as desiguais representações sobre o masculino e o feminino, sobre meninas, meninos, homens e mulheres.

Comumente, os textos oficiais consideram “o aluno” como “entidade abstrata”, desprovido de corpo e colocado em situação de “igualdade formal”¹³. Trata-se de neutralidade que se colocaria como obstáculo ao alcance da igualdade real, possível de ser construída apenas quando as diferenças são percebidas, assumidas e trabalhadas, e não negadas ou rechaçadas. O projeto co-educativo pode, nessa perspectiva, ser entendido como uma maneira de trabalhar a invisibilidade do sexo dos sujeitos, fazer frente à desconsideração do gênero das práticas e eliminar a negação, muito recorrente nas escolas, das necessidades infantis de meninas e meninos.

No âmbito da co-educação é possível pensar como *o ensino não é construído apenas sobre um modelo de futuro, mas seu objetivo é a ‘educação como alimento atual para o*

prazer e a felicidade infantis de crescer, de conhecer, de compreender.¹⁴ Nesse sentido, a partir do ideal de co-educação é possível conceber um projeto educativo que foge às armadilhas adultocêntricas, uma vez que não se preocupa com o desenvolvimento individual das crianças apenas em razão das suas vidas na fase adulta. Trata-se de projeto que prevê uma educação que pode trazer benesses ao promover a igualdade já na infância, no momento em que tal educação se desenvolve.

Cumprе assinalar que, para que haja co-educação, não basta haver escola mista. Apenas “juntar” meninos e meninas na escola difere da co-educação. Esta corresponderia à ampla e aprofundada construção de uma cultura escolar integradora das contribuições dos dois sexos, que colocasse em causa o que é percebido como masculino e como feminino e, conseqüentemente, refletisse sobre as desiguais formas de atribuir significados a partir das relações de gênero como as construímos. Nesse sentido, cabe afirmar que a escola mista já foi implementada nas escolas brasileiras, mas a co-educação permanece ainda como um ideal em construção.

Corroboram para esse constructo, além das abordagens educacionais e pedagógicas, um conjunto de noções elaboradas no interior do movimento feminista. Assim como este movimento social e advindo dele, a co-educação tem como um de seus objetivos primeiros a transformação das relações de poder entre o masculino e o feminino, a relativização da polaridade entre esses dois “grupos” de representações e criação de novas condições de relacionamento entre os gêneros.

Assim, integrar a crítica feminista à educação e às diferentes disciplinas é pressuposto de implementação do projeto co-educativo, o qual se revela aglutinador de professoras, feministas, estudiosas de gênero e pesquisadoras na área de educação, em prol de um objetivo comum: a promoção de políticas públicas de igualdade, no âmbito das quais figure a construção de uma

¹⁴ Idem, *Ibidem*, p. 10. A autora está, nesse trecho de seu texto, citando concepção de educação do que denomina por Conselho de Educação e da Comunidade Francesa.

escola que não seja marcada pelas desigualdades sociais e possa ter em ação uma *pedagogia anti-sexista*:

*Em suma, a idéia de base dessa pedagogia anti-sexista é abolir as obrigações ligadas ao sexo na escolha de um modo de vida, e, na medida em que as exigências que a 'masculinidade' impõem não são poucas, ela pode revelar-se libertária, tanto para homens quanto para mulheres. Porém, é a questão da própria natureza da diferença sexual que é colocada. Por trás do debate em torno da co-educação, projeta-se, às vezes, o temor de um alinhamento do 'feminino' com o 'masculino' e a dominância de um 'masculino neutro'. Mas se considerarmos que o masculino e o feminino, longe de serem essências a preservar, são vertentes subjetivas de relações sociais de dominação entre os gêneros, então veremos na co-educação a oportunidade de sua 'dissolução na alteridade, na qual o sexo não seria então mais do que uma diferença entre outras, sem por isso ser o suporte de uma dominação'.*¹⁵ (traduzido pela autora do presente artigo)

¹⁵ Annick DURAND-DELVIGNE e Marie DURU-BELLAT, Co-educação e construção de gênero, p. 110.

Embora o termo *sexismo* possa ser percebido, no Brasil, como expressão mais ligada ao vocabulário do movimento feminista e, talvez por isso, seja menos usado academicamente, tal reticência excludente (que acaba por colocar também as palavras em pólos e hierarquias) parece não ser seguida em textos de outros países. Além de ser usado pelas autoras da citação acima, o termo *sexismo* é bastante utilizado por várias pesquisadoras e é até mesmo definido por Andrée Michel da seguinte maneira: ... *as práticas, os preconceitos e as ideologias que desvalorizam e inferiorizam as mulheres em relação aos homens.*¹⁶

¹⁶ Andrée MICHEL, *Não aos estereótipos: vencer o sexismo nos livros para crianças e nos manuais escolares*, p. 13. Vale lembrar que as propostas enunciadas por Andrée Michel em sua obra inspiraram grandemente a escrita deste artigo, da mesma maneira que o livro de Claude Zaidman, *La mixité à l'école primaire*.

A despeito da defesa da utilização do termo *sexismo*, ou do combate ao seu emprego, medidas co-educativas se relacionam com o extermínio da desvalorização das mulheres e do feminino interior do sistema de ensino brasileiro. Um exemplo disso é a identificação em livros e manuais escolares de práticas que desvalorizam o feminino e colocam o masculino e o feminino em posições desiguais. Por mais que se diga

que o “livro didático” já foi objeto estudado à exaustão no Brasil, fato é que esses materiais didáticos estão longe de estarem limpos de preconceitos. Assim, o *sexismo* existe por toda a parte no sistema educativo e, para eliminá-lo, urge políticas públicas de co-educação.

Algumas esferas e diferentes desdobramentos de uma Política Pública

Como é possível notar, para se caminhar da escola mista à co-educação são necessárias ações para sensibilizar, formar e legislar em várias instâncias. São necessárias estratégias a serem aplicadas nos sistemas de ensino Federais, Estaduais e Municipais, e, também, nas unidades escolares.

A escassez de políticas públicas educacionais que contemplem as desigualdades de gênero se relaciona com a pouca quantidade e variedade de bibliografia sobre o tema no Brasil. Em comparação ao volume de bibliografia encontrado em países de língua francesa e em países latino-americanos, em nosso país a carência ainda é expressiva¹⁷. Assim, nas buscas bibliográficas, são encontrados poucos textos nacionais com marcante preocupação em preencher tal lacuna. Isso é, em grande medida, o que explica o referencial teórico do presente texto ser constituído em grande parte por pesquisas de origem francesa, espanhola, canadense, chilena, enfim, pesquisas não brasileiras.

Cumprir destacar que países vizinhos ao nosso, da América Latina assim como o Brasil, apresentam produção de conhecimento com marcante preocupação na direção de políticas públicas co-educativas. Tais publicações podem servir, senão de exemplo, ao menos de motivação para que se produza conhecimento que alimente um projeto co-educativo brasileiro. O Chile é uma expressão disso e também os textos de língua espanhola de Glória Bonder¹⁸, ao lado de tantos outros¹⁹, podem se prestar a profícuo debate e

¹⁷ Vale notar que existem indícios que a Universidade do Rio Grande do Sul seja pólo produtor relevante da temática relações de gênero e educação. Assim, as conclusões que atestam pouca quantidade de textos sobre políticas públicas co-educativas não incluem necessariamente o que pode estar sendo produzido pela UFRGS e que influenciou grandemente até mesmo o surgimento de um GT com a temática Gênero na Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação, a ANPEd, em 2004.

¹⁸ Glória BONDER, Gênero y política educacional: la experiencia argentina; Gloria BONDER, Mujer e Educación en América Latina: hacia la igualdad de oportunidades. *Revista Iberoamericana de Educación*.

¹⁹ Dentre os quais, os seguintes: María DONOSO, La situación educativa de las mujeres en Chile; Josefina ROSSETTI, La práctica pedagógica discrimina a las mujeres. Efectos sobre la vida adulta; Rosario Altable VICARIO, El curriculum oculto: la coeducación sentimental.

servem de importante diálogo com países diferentes, caso outras línguas estrangeiras sejam um obstáculo na apropriação dos textos ou caso se tenha algum tipo de reserva quanto à importação de aportes teóricos europeus ou anglo-saxões.

Além desse diálogo e da produção de conhecimento que dele poderá ser fruto, o debate sobre igualdade de gênero mostra-se como mais um elemento indissociável à elaboração e implementação da política co-educativa. Nesse sentido, mais uma vez, os impasses que se apresentam para o movimento feminista parecem ser transpostos para o debate da educação, quando esta é colocada sob o prisma das relações de gênero. Novamente o debate se coloca no interior da tríade *igualdade — diferença — desigualdade*. Para tentar sair dessa conhecida cilada e levar a termo a batalha pelo término das desigualdades entre o masculino e o feminino, há uma posição intermediária entre a igualdade e a diferença, defendida por Bonder:

É uma posição intermediária em que estariam aquelas/es que entendem a igualdade de oportunidades no sentido de 'igualdade de valor social'. O ponto de partida é o reconhecimento da existência de diferenças tanto biológicas como psicológicas e culturais entre os sexos. Porém, para isso, há a necessidade de que as instituições sociais assinalem e garantam igual valor a essas diferenças. Em termos concretos, esta idéia significaria revalidar o valor social e econômico das tarefas que ambos os sexos desempenham e assinalar igual salário para trabalho de igual valor. (...) No plano educativo (a posição intermediária) se expressaria, por exemplo, na revalorização das áreas do conhecimento, habilidades e interesses que têm sido tradicionalmente femininos, como o cuidado com as crianças, com a família, com o meio ambiente e a preservação da vida etc. Estes aspectos deveriam ser componentes tão importantes no currículo quanto o ensino de ciências ou os avanços tecnológicos. (...) Em outras palavras, a proposta implica questionar a hierarquização de saberes e destrezas que divide a escola, entendendo que a mesma reproduz e espelha diferenças hierárquicas entre os gêneros.²⁰ (traduzido e

²⁰ Glória BONDER, *Mujer e Educación en América Latina: hacia la igualdad de oportunidades*. *Revista Iberoamericana de Educación*, p. 35. No Brasil, Fábio Konder Comparato e Maria Victoria Benevides, entre outros, discutem a tríade igualdade-diferença-desigualdade em termos próximos aos de Glória Bonder. Tais autores sublinham a problemática envolvida no debate sobre os fundamentos e a prática dos Direitos Humanos fundamentais. Um bom resumo dessa abordagem pode ser lido no periódico *Cadernos de Pesquisa*, n. 104, de julho de 1998.

grifado pela autora do presente artigo)

A despeito do fato de a autora não ter assinalado que a “*existência de diferenças tanto biológicas como psicológicas e culturais entre os sexos*” também é um dado interpretado e construído socialmente, as suas considerações reforçam a necessidade de garantir igual valor social para o masculino e para o feminino. Tal igualdade é, segundo creio, o objetivo primeiro da co-educação.

Em diferentes países, nos quais ocorreu o traçado de políticas públicas de co-educação ou as denominadas “*políticas públicas de gênero*”, estas são usualmente propostas por grupos de educadoras, pesquisadoras e gestoras influenciados pelo movimento feminista ou a ele relacionados. Nos variados países estudados por Nelly Stromquist²¹ os temas comuns ao debate feminista, como por exemplo *igualdade — diferença — desigualdade*, foram transpostos para as políticas educacionais. A controvérsia dos distintos *feminismos* foi, então, recuperada no interior do debate educacional. As conhecidas polêmicas do interior desse múltiplo movimento social, tais como a reflexão sobre as variadas noções de igualdade e o questionamento da valorização da diferença, se tornaram questões educacionais fundamentais aos princípios das sistemas de ensino.

Nesse sentido, para a área de educação é possível aprender com as feministas não apenas maneiras de abordar conceitos mas também formas de pressionar o Estado e desenvolver, paralelamente, um trabalho coletivo com grupos, comunidades e Organizações Não Governamentais. Apesar de o Estado abrir a possibilidade para uma atuação mais abrangente, ele geralmente se apresenta relutante no engajamento em ações de transformações muito locais e setorializadas. Em contrapartida, apesar de as mulheres em grupos e organizações serem muito propensas às transformações, seu trabalho é de escala micropolítica e limitado geográfica e numericamente. Percebo tal conjunção positivamente, como uma tentativa de “aproveitar o me-

²¹ Nelly P. STROMQUIST, Políticas públicas de Estado e equidade de gênero: perspectivas comparativas. *Revista Brasileira de Educação*, p. 28.

²² Na direção dessa ação conjunta entre Estado e movimento social, Stromquist exemplifica como que as diferenças sociais entre os grupos de mulheres — mulheres pobres, de classe média e “feministas de nível acadêmico” — teriam papel significativo na coletiva tarefa de avaliar a realidade e analisar programas educacionais já existentes. Acrescento aos grupos de mulheres a tarefa de formular e implementar políticas públicas novas e co-educativas. Essas políticas seriam elaboradas em parceria com órgãos do Estado e com todas as pessoas ligadas à educação, como alunas, professores, professoras e alunos, e com as demais esferas da sociedade civil. Caso contrário, correremos o risco de colocar as mulheres ligadas ao movimento apenas para observar a realidade, o Estado para pensar e definir as políticas e as professoras, junto com seus alunos e alunas, apenas para executá-las e vivenciá-las.

²³ O conceito de “cidadania ativa” é objeto do livro de Maria Victoria BENEVIDES, *A Cidadania Ativa*: referendo, plebiscito e iniciativa popular.

lhor” de todas as esferas de poder e de atuação presentes na sociedade²².

O cenário esboçado no presente texto elucida a co-educação como projeto a ser gestado e prática a ser implementada pela coletividade formada por professoras, professores, alunas, alunos, diretoras, coordenadoras, agentes escolares, feministas e pesquisadoras — para quem e por quem tal política dever ser pensada. Nenhum artigo, livro, tese ou relatório, isoladamente, poderá trazer um conjunto definitivo de medidas para tornar a escola melhor, seja no que tange às relações de gênero, seja no que se refere a quaisquer outros fatores que precisem ser questionados e recriados. Devido a essa certeza, o presente artigo não se aventura na inglória missão de prescrever uma política pública de co-educação bem “amarrada” em todas as suas linhas. Apesar disso, as considerações traçadas podem servir de fomento para processos de construção desse projeto de igualdade de gênero.

Da maneira como foi abordada ao longo deste texto, a co-educação como política pública se descortina como uma tarefa conjunta do Estado, das cidadãs e cidadãos, nas variadas instâncias de exercício da cidadania ativa²³. A construção dessa educação, na qual o masculino e o feminino tem igual valor social, poderá ainda colaborar para o aprofundamento da interface entre a Universidade e os Movimentos Sociais, que terão oportunidade de encontro, debate e celebração.

Referências

AUAD, Daniela. Parâmetros Curriculares Nacionais, Temas Transversais e Gênero. *Caderno Educação e Gênero*, São Paulo, SempreViva Organização Feminista/SOF, 1999.

_____. *Feminismo: que história é esta?* Rio de Janeiro, DP&A, 2003.

_____. *Relações de Gênero nas práticas escolares: da escola mista ao ideal de co-educação*. Tese (Doutorado em Educação, área de Sociologia da Educação), São Paulo, Faculdade de Educação da

- Universidade de São Paulo, 2004.
- _____. *Educar meninas e meninos: relações de gênero na escola*. São Paulo, Contexto, 2006.
- BAUDELLOT, Christian; ESTABLET, Roger. *Allez les filles!* Paris, Éditions du Seuil, 1992.
- BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. Educação para a Democracia. São Paulo, *Lua Nova*, n. 38, 1996.
- _____. *A Cidadania Ativa: referendo, plebiscito e iniciativa popular*. 3. ed. São Paulo, Ática, 1998.
- _____. Cidadania e Direitos Humanos. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 104, 1998.
- BOCCHINI, Maria Otília. Relações de Gênero nos Livros Didáticos. *Folha Feminista*. SOF, n. 27, set. 2001.
- BONDER, Gloria. Mujer e Educación en América Latina: hacia la igualdad de oportunidades. *Revista Iberoamericana de Educación*, n. 6, p. 9-48, sept./dec. 1994.
- _____. Género y política educacional: la experiencia argentina. Educación y género: una propuesta pedagogia. Ministério de Educación, Chile, Santiago, *La Morada*, p. 121-129, 1993.
- COLLIN, Françoise. Diferença e diferendo: a questão das mulheres na Filosofia. In: DUBY, George; PERROT, Michelle (Org); THÉBAUD, Françoise (dir.do vol.). *História das Mulheres no Ocidente: o século XX*. vol. 5, Porto, Afrontamento / São Paulo, Ebradil, 1991.
- DELPHY, Christine. Penser le genre. In: HURTIG, Marie-Claude; KAIL, Michèle; ROUCH, Hélène. *Sexe et genre, de la hiérarchie entre les sexes*, CNRS, Paris, 1991.
- _____. *L'Ennemi principal: penser le genre*, t. 2, Paris, Syllepse, 2001.
- DONOSO, María de la Luz Silva. La situación educativa de las mujeres en Chile. Educación y género: una propuesta pedagogia. Ministério de Educación, Chile, Santiago, *La Morada*, p. 109-120, 1993.
- DURAND-DELVIGNE, Annick. Pour la mixité qui travaille. In: MOSCONI, Nicole. *Égalité des sexes em éducation et formation*. Paris, Presses Universitaires de France, 1998.
- _____; DURU-BELLAT, Marie. Co-educação e construção de gênero. In: MARUANI, Margaret; HIRATA, Helena. *As novas fronteiras da desigualdade: Homens e Mulheres no Mercado de Trabalho*.

A co-educação como política pública: a manutenção da escola mista com o advento da igualdade de gênero

- São Paulo, SENAC, 2003.
- DURU-BELLAT, Marie. *L'école des filles: quelle formation pour quels rôles sociaux?* Paris, L'Harmattan, 1990.
- FIGUEROA, Alfredo Rojas. Matemáticas y mujeres en la escuela. Reflexiones sobre las posibilidades de cambio a partir de un caso atípico. In: *Educación y género: una propuesta pedagógica*. Ministério de Educación, Chile, Santiago, *La Morada*, p. 25-36, 1993.
- GIMENO, Amparo Blat. Informe sobre la igualdad de oportunidades educativas entre los sexos. *Revista Iberoamericana de Educación*, n. 6, p. 123-145, sept./dic. 1994.
- GONZÁLEZ, Amparo Tomé. The coeducation versus single sex schools debate. In: MOSCONI, Nicole. *Égalité des sexes en éducation et formation*. Paris, Presses Universitaires de France, 1998.
- HANAFIN, Joan. The debate on co-education in Ireland: findings and interventions. In: MOSCONI, Nicole. *Égalité des sexes en éducation et formation*. Paris, Presses Universitaires de France, 1998.
- HIRATA, Helena Sumiko; LABORIE, Françoise; LE DOARÉ, Hélène; SENOTIER, Danièle. (coordenação). *Dictionnaire Critique du Féminisme*. Paris, Presse Universitaire de France, 2000.
- HORGAN, Dianne D. *Achieving gender equity: strategies for the classroom*. Massachusetts, Allyn and Bacon, United States, 1995.
- KRÜGER, Helga. Les sexes "mixtes" et la structure des institutions. In: MOSCONI, Nicole. *Égalité des sexes en éducation et formation*. Paris, Presses Universitaires de France, 1998.
- LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- _____. (Org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.
- MICHEL, Andrée. *Não aos estereótipos: vencer o sexismo nos livros para crianças e nos manuais escolares*. São Paulo, UNESCO/CECF, 1989.
- MOSCONI, Nicole. *La mixité dans l'enseignement secondaire: un faux-semblant?* Paris, Presses Universitaires de France, 1989.
- _____. *Égalité des sexes en éducation et formation*. Paris, Presses Universitaires de France, 1998.
- _____. Réussite scolaire des filles et des garçons et socialisation différentielle des sexes à l'école. *Recherches Féministes*, Québec, Canadá, Université de Laval, vol. 11, n. 1, 1998.
- NEGRÃO, Esmeralda V., AMADO, Tina. A imagem da mulher

no livro didático: estado da arte. São Paulo, Fundação Carlos Chagas, 1989.

NICHOLSON, Linda. Interpretando Gênero. *Revista Estudos Feministas*. v. 8, n. 2 de 2000.

PLATEAU, Nadine. Un parcours inachevé: la mixité scolaire. *Chronique Féministe* (Dossier Enseignement: égalité et mixité), Bruxelles, Bélgica, n. 53, 1994.

SCHILLING, Flávia Inês. *Estudos sobre Resistência*. Dissertação de Mestrado, São Paulo, Campinas, UNICAMP, Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, 1991.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, n. 16, p. 5-22, 1990.

_____. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*. Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

STROMQUIST, Nelly P. Políticas públicas de Estado e equidade de gênero: perspectivas comparativas. *Revista Brasileira de Educação*, n. 1, p. 27-49, jan./abr. 1996.

SUBIRATS MARTORI, Marina. *Niños y niñas en la escuela: una exploración de los códigos de género actuales*. Barcelona, Universidade de Barcelona, 1985.

_____. Conquistar la igualdad: la coeducación hoy. *Revista Iberoamericana de Educación*, n. 6, p. 49-78, sept./dic. 1994.

_____. Educación de la mujeres: de la marginalidad a la coeducación: propuesta para una metodología de cambio educativo. Santiago, Naciones Unidas/CEPAL, 1998 (Série Mujer y Desarrollo, 22).

_____; BRULLETT, Cristina. Le Sexisme dans l'enseignement primaire: interactions verbales dans des classes en Catalogne. *Recherches Féministes*, Québec, Canadá, Université de Laval, vol. 1, n. 1, 1998.

TEIXEIRA, Beatriz Bastos. *Por uma escola democrática*. Tese de doutorado, Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2000.

VICARIO, Rosario Altable. El curriculum oculto: la coeducación sentimental. Educación y género: una propuesta pedagogia. Ministerio de Educación, Chile, Santiago, *La Morada*, p. 19-24, 1993.

ZAIDMAN, Claude. *La mixité à l'école primaire*. Paris, L'Harmattan, 1996.

_____. La mixité, objet d'étude scientifique ou enjeu politique.

A co-educação como política pública: a manutenção da escola mista com o advento da igualdade de gênero

Cahiers du GEDISST, Paris, IRESO, CNRS, n. 14, 1995.

_____. Mixité et Démocratie. In: MARIE-FRANCE e VALARIÉ-BOY (Org.). *Faites de Femmes: processus identificatoires et contextes sociaux*. França, Éditions les Pluriels de Psyché, 1998.

_____. La mixité en questions: des résistances religieuses à la critique féministe, ou l'actualité de la question de la mixité scolaire. *Raison Présente*. Paris, Nouvelles Éditions Rationalistes, n. 140, 2002.

Uma cartografia da imprensa feminista no Brasil*

Elizabeth da Penha Cardoso

Resumo: Este artigo responde três questões sobre a imprensa feminista editada no Brasil pós-1974. Quantos são os registros de publicações feministas editadas em território brasileiro neste período; quais Estados e cidades as sediaram e qual o perfil dessas publicações, de que assuntos trataram.

Palavras-chave: Imprensa Feminista Brasileira. Imprensa Alternativa. Feminismo. Mulher e Comunicação.

Abstract: This article aims to answer three questions regarding the feminist press edited in Brazil after 1974. The number of feminist publications registered in Brazil during this period; the States and cities that hosted them and the profile of these publications; and the subjects approached.

Keywords: Brazilian Feminist Press. Alternative Press. Feminism. Women and Communication.

Introdução

A ausência de uma pesquisa sobre a imprensa feminista brasileira pós-1974 é um lapso em nossa lite-

Elizabeth da Penha Cardoso. Mestre em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo. Doutoranda em Teoria Literária e Literatura Comparada pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

* Este artigo foi baseado na dissertação de mestrado da autora.

ratura sob a chancela de comunicação, feminismo e relação de gênero. Dentro da literatura sobre imprensa brasileira, imprensa para mulheres e imprensa alternativa, os periódicos feministas não foram estudados em profundidade. Os jornais, suas autoras e realizadoras são ignorados ou figuram rapidamente em subtópicos de trabalhos de grande fôlego sobre a história da imprensa brasileira, como a obra de Sodré, 1999, Buittoni, 1981, e Kucinski, 1991.

Para todos os efeitos a imprensa feminista foi localizada entre os jornais alternativos da década de 70. A existência concomitante com os alternativos e seu engajamento social e político nas questões da época fizeram com que a imprensa feminista fosse classificada como uma expressão da imprensa alternativa. Assim como existiram os alternativos voltados para a ecologia, para o humor, para o prazer, para a política, para a economia, haviam os jornais voltados para a questão feminista (Kucinski, 1991).

Porém pesquisa de campo realizada em alguns dos principais acervos do Brasil sobre movimento social – quais sejam, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), instalado na Unicamp, Campinas (SP); a Biblioteca da Fundação Carlos Chagas, em São Paulo (SP) e a Biblioteca do Centro de Informação da Mulher (CIM), sediada em São Paulo (SP) – revelou que a imprensa feminista brasileira circula até os nossos dias e conta com cerca de 75 periódicos (ver tabela 2).

Outro dado desmistificador é que ela foi editada em todo território nacional, com exceção da Região Norte, o que contraria o senso comum de que apenas o eixo Rio-São Paulo abrigava o movimento feminista. E, levando em consideração os aspectos editoriais dos periódicos feministas, vê-se que seus interesses eram amplos e que podemos dividi-los em duas gerações e subdividi-los em oito categorias principais. Ao desenvolver essas conclusões vamos também responder três questões sobre a imprensa feminista editada no Brasil pós-1974: 1) Quantos são os registros de publicações

feministas editadas em território brasileiro neste período; 2) quais Estados e cidades as sediaram e 3) e qual o perfil dessas publicações, de que assuntos trataram.

A análise dos periódicos levou em consideração a observação da composição e alterações dos conselhos editoriais, equipe de redatores e redatoras, opções de pautas, títulos e paginação. Também foi feito um estudo do conteúdo político-ideológico dos discursos (escritos ou visuais) das capas e das principais matérias das publicações pesquisadas. Os títulos feministas incluídos no trabalho dizem respeito às publicações noticiosas, ou seja, ficaram de fora: livros, cadernos com artigos analíticos ou revistas com conteúdo acadêmico.

Características da primeira e da segunda geração

A tentativa de dividir e caracterizar a primeira e a segunda geração da imprensa feminista não tem o intuito de amordçar as publicações com rótulos, mas sim de enriquecer a leitura deste conjunto de periódicos. A imprensa ligada a um movimento social está inserida num processo contínuo de mudanças graduais, por isso é possível encontrar algumas características da primeira geração em títulos cujo lançamento aconteceu na década de 90. É o caso da revista *Mulher em Movimento*, de Salvador (BA), ligada ao Sindicato dos Bancários da Bahia. A publicação pertence ao Departamento para Assuntos da Mulher, cuja presidente, na época, era Rebecca Serravalle. No editorial da edição número 1, Serravalle afirma: “o problema não está necessariamente na relação homem/mulher. Está sim, numa estrutura social injusta que se reflete nos lares, nas pessoas, na educação que, dizem, nos prepara para a vida [...], ou seja, nos ensina reproduzir o ‘sistema’”. Um argumento corrente na imprensa feminista da primeira geração, editada nas décadas de 1970. Assim como, é possível encontrar características da segunda geração em periódicos da primeira ge-

Uma cartografia da imprensa feminista no Brasil

ração. É o caso do *Nosotras* que apesar de fundado em 1974, trabalhava com questões centrais para o feminismo mais localizado após 1985, inclusive com metodologias de segunda geração, como a formação de grupos de consciência.

Em linhas gerais, porém, foi possível traçar características pertencentes às publicações da primeira geração e características pertencentes às publicações da segunda geração. Nota-se que, enquanto a primeira geração está marcada pelo debate entre “questão da mulher” *versus* “questão geral”, feminismo liberal¹ *versus* feminismo marxista ortodoxo, por reivindicações de ações públicas que coloquem as mulheres em igualdade com homens; pela questão da autonomia partidária e pelo combate a ditadura, já a segunda geração da imprensa feminista incorpora o conceito de gênero², assume os temas relacionados direta e exclusivamente às mulheres (como sexualidade, planejamento familiar e violência contra a mulher); tende para a especialização por temas; luta pelo direito à diferença e opera em parceria com um novo ator social, a sociedade civil organizada, na forma de ONGs e associações voltadas para a questão de gênero. (Veja a tabela 1.)

¹ O conceito de feminismo liberal (reformista) foi definido por Lúcia Avelar, 2001, como a corrente feminista que prega reformas progressistas tendo em vista a igualdade entre os sexos e a valorização da emancipação da mulher, em detrimento a sua libertação.

² Para mais detalhes ver Bruschini e Costa, 1992; Pra e Brito, 1987; Goldberg, 1989; Miguel, 1988.

Tabela 1. Principais características da primeira e segunda geração da imprensa feminista e suas diferenças

Características	Primeira geração	Segunda geração
Conceito principal	Classe	Gênero
Período de surgimento e existência	Entre 1974 a 1980	Entre 1981 a 1999
Temas abordados	Temas gerais, de interesse de toda a sociedade (homens e mulheres), como carestia, creche e injustiça social, notícias dos movimentos sociais em geral, entre outros	Temas específicos da mulher: saúde da mulher, mulher e trabalho, mulher e legislação, violência contra a mulher, sexualidade feminina, notícias do movimento feminista, entre outros
Questões políticas	Anistia, denúncia da repressão da ditadura militar, autonomia partidária, entre outros	Abertura democrática, Constituinte, reforma de leis trabalhistas e cívicas, a maior participação da mulher no sistema partidário e no Executivo
Reivindicação principal	Justiça social para homens e mulheres	Igualdade entre homens e mulheres, com direito à diferença
Entidade-chave	Partidos políticos de oposição à ditadura	ONGs
Financiamento	Doações pessoais, assinaturas e vendas	Patrocínio de entidades internacionais e do Estado

Marco histórico para divisão da imprensa feminista em duas gerações

Dois acontecimentos históricos marcam a divisão entre a primeira e segunda geração de periódicos feministas: O II e o III Congresso da Mulher Paulista, realizados, respectivamente em 1980 e 1981, na cidade de São Paulo³. Apesar de afirmar que esses dois eventos abalaram o relacionamento entre o movimento feminista e os partidos de esquerda/questões de classe, sabemos que outros fatores contribuíram nesta ruptura, porém, com base na literatura e em entrevistas com lideranças feministas⁴, elegemos o II e o III Congresso da Mulher Paulista como ponto chave dessa mudança de postura.

O II Congresso da Mulher Paulista foi cenário de disputa direta entre lideranças de esquerda e as feministas. O evento reuniu cerca de 4 mil mulheres no Tuca, teatro da PUC/São Paulo. A movimentação gigantesca foi vista como momento ideal para os partidos de esquerda (ainda na clandestinidade) conquistarem força política e convencerem as mulheres de que o feminismo era separatista e não contribuía para os ideais de uma sociedade mais justa para todos (homens e mulheres). As feministas, por sua vez, chegavam a 1980 com cinco anos de ativismo no feminismo, já estavam ensaiando a adoção da categoria “gênero” e se distanciando da questão de classe, de modo a perceberem que o Congresso deveria ser apartidário e voltado para as questões específicas das mulheres (Nehring, 1981). Prevendo o impasse, a comissão organizadora tomou todos os cuidados possíveis para garantir a legitimidade das propostas feministas e impedir que o Congresso fosse usado como palanque político. Mas os acontecimentos não saíram como o esperado. Lideranças do PC, do PC do B e do PMDB usaram até de agressão física para fazer valer seus pontos de vista. As feministas se uniram e redigiram um documento executando as atitudes presenciadas por todas as presen-

³ A escolha desses Congressos funciona como a construção de um exemplo que globalize a situação nacional do feminismo no Brasil. Ou seja, os Congressos paulistas refletiram, anteciparam ou repetiram o que havia acontecido no movimento feminista de outras cidades brasileiras. Não há aqui um julgamento de onde o movimento paulista era mais ou menos importante, há apenas a expressão de um exemplo para entendimento de um fato maior: a tendência de independência do movimento feministas das forças de esquerda.

⁴ Para a confecção da pesquisa entrevistamos Danda Prado, militante e editora do jornal *Nosotras*, Joana Lopes, militante e editora do jornal *Brasil Mulher*, Miriam Martinho, militante e editora do jornal *Chanacomchana*, e Michelle Lopes, militante e editora do jornal *Fêmea*. Às quais mais uma vez agradecemos a colaboração.

⁵ Para saber mais sobre o II Congresso da Mulher Paulista, consultar Nehring, 1981.

tes, e o Congresso entrou para a história do feminismo como um momento de cisão do movimento.⁵

Confirmando a tendência apontada pelo II Congresso da Mulher Paulista, no III Congresso da Mulher Paulista, em 1981, também no Tuca, PUC/SP, o racha se aprofundou. Maria Amélia Teles, em *Breve história do feminismo no Brasil* (1993), conta que já na reunião preparatória do evento o grupo de esquerda MR-8 defendeu a proibição da entrada de lésbicas no Congresso. O PC do B convocou um outro Congresso na mesma data (7 e 8 de março, de 1981) para tentar esvaziar o evento feminista e pressionar a dupla militância a se posicionar ao lado do partido. “O motivo principal da divisão foi, sem dúvida, a participação dos partidos políticos e a sua disputa pela hegemonia do movimento, sem respeitar a dinâmica, a organização, o funcionamento e as decisões do conjunto das mulheres. [...] Mas havia também, por parte desses partidos, a não-aceitação de bandeiras específicas, como por exemplo, a que se refere ao direito de a mulher decidir sobre seu próprio corpo” (Teles, 1993).

Com o afastamento dos partidos de esquerda, já a partir de 1981, e o processo de abertura democrática, a fisionomia do movimento feminista é outra. Proliferaram dezenas de entidades feministas ligadas a Universidades, ONGs ou Conselhos Estaduais e Municipais da Mulher. Neste mesmo ano, acontece a fundação do *Mulberio* (uma das publicações feministas com maior tempo de existência, 36 edições), periódico com posição feminista definida. Cada nova entidade feminista que surgia achou por bem fundar uma publicação para divulgar e debater suas idéias. A principal característica dessas entidades e desses jornais é a especialidade na questão de gênero e, dentro disso, a escolha de um tema específico: violência, saúde, sexualidade, educação, pressão política para as causas feministas, entre outros. Fenômeno que explica o surgimento de inúmeros títulos feministas durante o período da segunda geração.

Imprensa feminista: um fenômeno nacional

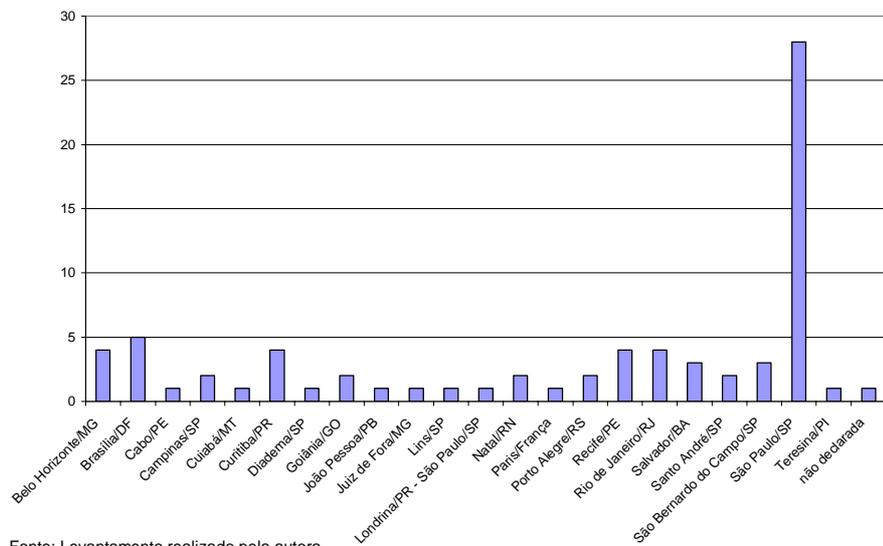
Durante a pesquisa de campo foram encontrados 75 periódicos feministas, entre boletins, revistas e jornais de todo o Brasil (ver Tabela 2). O conjunto de publicações está disponível nos acervos já citados AEL, Biblioteca da Fundação Carlos Chagas e CIM. Esses arquivos são reconhecidamente completos no tema movimento social e guardam uma enormidade de documentos feministas, como folhetos, cartazes, atas de reuniões, ofícios, correspondência, cadernos de pesquisa, livros, revistas científicas, entre outros. Mas este artigo se limita a abordar as publicações que estabelecem características jornalísticas sobre o feminismo, por meio do formato jornal, boletim ou revista. Com esse pressuposto a pesquisa incluiu toda publicação noticiosa/jornalística declarada feminista ou com conteúdo feminista (defesa do aborto/direitos reprodutivos, saúde da mulher, trabalho e mulher, cobertura dos eventos feministas, entre outros) encontrada nos acervos listados.

Do total de 75 títulos, nenhum foi sediado na região Norte; sete títulos foram editados na região Sul (cinco no Paraná e dois no Rio Grande do Sul); oito títulos originários da região Centro-Oeste (cinco do Distrito Federal, um do Mato Grosso e dois de Goiás); foram encontradas 12 publicações feministas editadas na região Nordeste (cinco em Pernambuco, três na Bahia, uma em Piauí, uma na Paraíba e duas no Rio Grande do Norte); e 46 títulos feministas foram publicados na região Sudeste (28 na capital paulista, seis na região do ABCD, três no interior de São Paulo, quatro no Rio de Janeiro e quatro em Belo Horizonte). Ver gráficos 1 e 2.

Segundo o acervo aqui estudado, São Paulo, Minas Gerais, Paraná e Pernambuco tiveram publicações fora de suas capitais. Em São Paulo, a cidade de Campinas editou dois periódicos; a cidade de Lins, um; São Bernardo, três; Santo André, dois, Diadema, um. Em

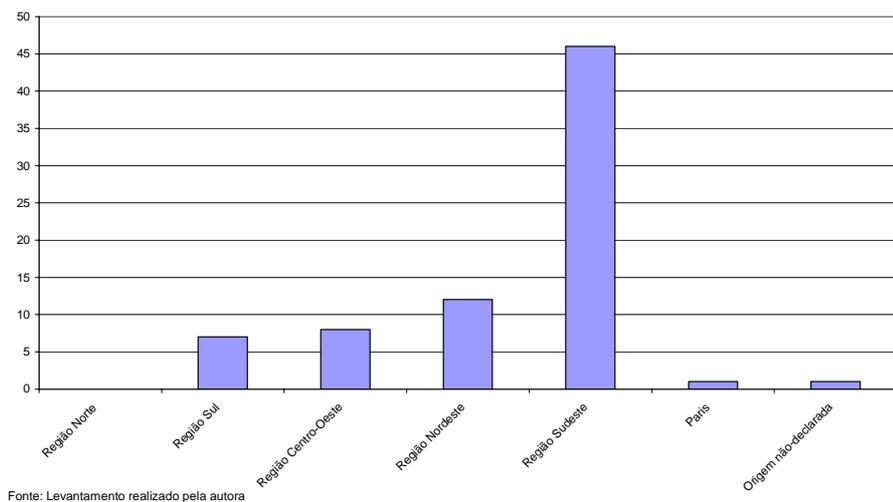
Uma cartografia da imprensa feminista no Brasil

Gráfico 1: Cidades de fundação dos periódicos



Fonte: Levantamento realizado pela autora

Gráfico 2: Distribuição dos periódicos por região



Fonte: Levantamento realizado pela autora

Minas Gerais, a cidade de Juiz de Fora editou um periódico feminista. No Paraná, a cidade de Londrina sediou um jornal feminista. E, em Pernambuco, a cidade do Cabo editou um periódico feminista. Além de um jornal editado em Paris, França, e outro sem procedência declarada.

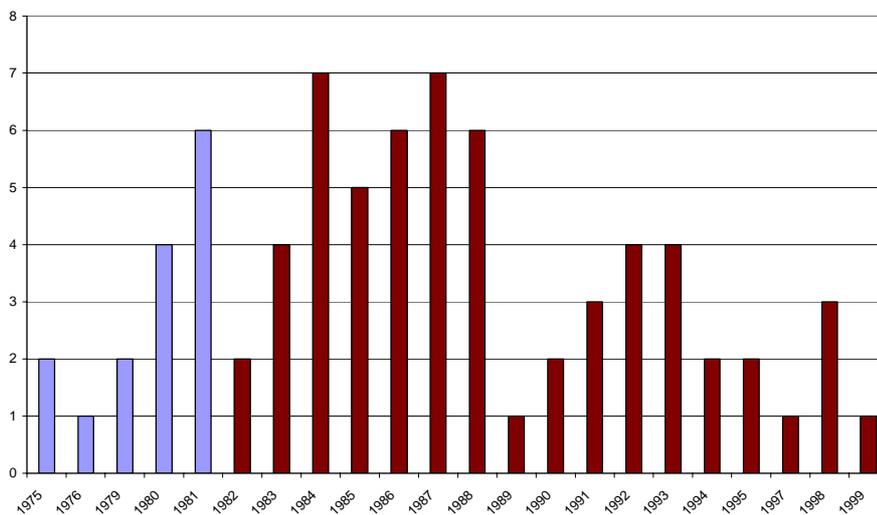
Podemos concluir destes resultados que se de um lado eles confirmam a concentração de periódicos na região Sudeste, São Paulo, por outro lado revelam um número considerável de publicações no interior do Brasil e, principalmente, fora das capitais nacionais, mostrando uma importante ação feminista no interior e nas cidades menores.

Um outro aspecto a ser observado neste conjunto diz respeito a data de lançamento das publicações. Com esse dado podemos perceber que o período de 1974 a 1980 abriga os primeiros jornais feministas (9 no total); o período de 1981 a 1989 vê surgir um grande número de publicações feministas (44 no total) e o período de 1990 a 1999 registra uma queda no número de publicações lançadas (21 no total). Sem contar um periódico sem data declarada. No gráfico 3, as barras de cor azul representam a primeira geração e as vinho a segunda geração.

Essas observações sobre as datas dos periódicos confirmam a hipótese, de que a imprensa feminista reflete o projeto do movimento feminista brasileiro, pois ficam claros os períodos de surgimento, de ascensão e de declínio do movimento feminista no Brasil. “[...] uma retomada no ativismo feminino dar-se-ia no final dos anos 70 e 1980, com movimentos sociais organizados em torno de novos temas, devido, entre outros fatores, à ascensão educacional das mulheres. [...] Ao final da década de 1990, com parte dos débitos pagos às agências financeiras internacionais, alguns países reconsideraram o papel do Estado na sociedade, retomando a dianteira nos programas sociais. Como, então, ficaria o ativismo feminino? Grande parte dele diluiu-se, diante da complexidade dos problemas so-

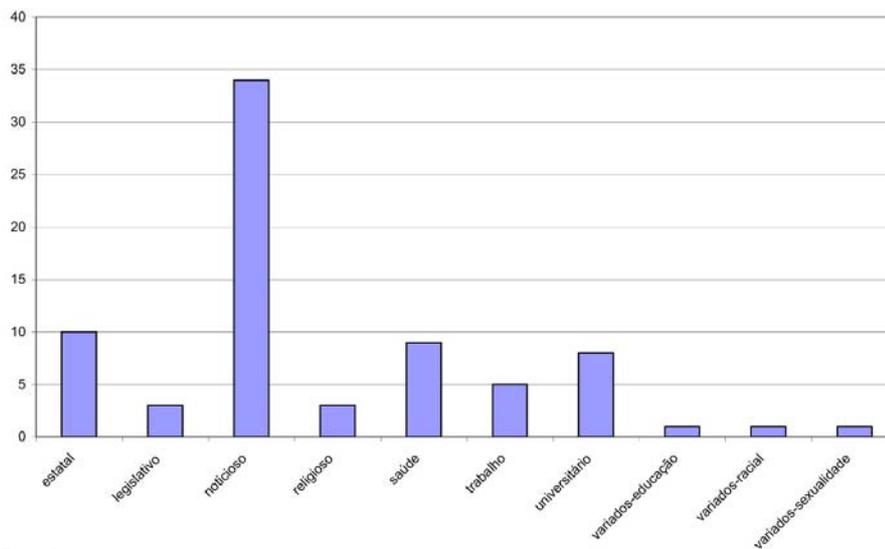
Uma cartografia da imprensa feminista no Brasil

Gráfico 3: Periódicos por ano de fundação



Fonte: levantamento realizado pela autora.

Gráfico 4: Divisão dos periódicos por linhas editoriais



Fonte: Levantamento realizado pela autora

ciais. Mais do que nunca, os mundos das mulheres estariam profundamente diversos, os direitos de cidadania comprometidos e as organizações femininas, assim como outras formas de ativismo, sofrendo claro refluxo” (Avelar, 2001).

Assunto de mulher

Mas qual era a pauta dessas publicações? Quais os temas mais recorrentes na imprensa feminista? Por meio de levantamento de semelhanças de conteúdos editoriais, foi possível dividir a imprensa feminista em oito grupos diferentes: noticioso (*mix* de assuntos, geralmente preocupados em dar um panorama nacional dos temas relacionados à mulher), estatal (jornais com apoio financeiro dos governos estaduais, municipais ou federal e presença de lideranças dessas instâncias em sua pautas e coberturas jornalísticas), saúde (voltados para temas de saúde da mulher), universitário (periódicos noticiosos voltados e feitos por integrantes da comunidade feminista acadêmica), trabalho (publicações voltadas para as questões de trabalho e auto-sustentação da mulher), religioso (publicações voltadas para mulheres, com apoio da Igreja), legislativo (publicações dedicadas à cobertura e análise de formulações, discussões e notícias sobre os temas da mulher no Legislativo) e variados (incluindo educação, questão racial e sexualidade, no sentido comportamental).

O grupo de periódicos noticiosos é mais numeroso, com 34 títulos. Depois vêm os estatais, com 10 títulos, seguidos dos jornais que abordam a saúde da mulher (nove) e os universitários (oito). Os jornais dedicados aos temas trabalhistas somam cinco títulos; os legislativos, três; os religiosos, três, e os que compõem a categoria vários, um cada um. Nos próximos parágrafos cada categoria é detalhada de forma resumida. A começar pelos noticiosos. Lembrando que os dados de cada publicação constam na Tabela 2.

NOTICIOSO — Dos nove jornais que compõem a primeira geração da imprensa feminista, oito são noticiosos, ou seja, não são especializados em um tema. Abordam assuntos em geral, do ponto de vista das mulheres, gerando um *mix* de notícias. Tal fato se justifica pelo que apontamos como uma das características que marcam a diferença entre primeira e segunda geração: os veículos da primeira geração buscavam temas gerais que interessassem a toda a sociedade — homens e mulheres. Já os jornais da segunda geração são marcados pelas especificidades do tema “gênero”, focando suas pautas nos temas relacionados diretamente à mulher.

Dentro da generalização que cerca o conteúdo dos noticiosos, podemos apontar alguns assuntos que aparecem com mais frequência: educação, violência contra a mulher, saúde da mulher, notícias do movimento feminista, resumo do cenário político, matérias comportamentais (incluindo-se dicas de lazer e cultura), meio ambiente, entre outros. Economia e política são temas abordados lateralmente em artigos e matérias com finalidade de denunciar e flagrar a injustiça social.

Um exemplo do que se objetivou com esses jornais está no editorial do número zero, do periódico *Mulher ABC*, fundado em 1980, na cidade de São Bernardo do Campo (SP), componente da primeira geração da imprensa feminista.

“Já não era sem tempo. Chegou um jornal que vai se dedicar aos problemas que surgem constantemente dentro de casa, que vai tratar das coisas que dizem respeito às mulheres e, por tabela, também de seus maridos e filhos. Afinal, todos dormem debaixo do mesmo teto e as aflições e alegrias são compartilhadas por todos. [...] Vamos tratar de tudo, tudo nos interessa. Até política, por que não?”

O trecho também ilustra o fenômeno, já abordado aqui, de as publicações da primeira geração terem a necessidade de se dirigir ao público em geral e não só

às mulheres. Até por isso optam pelo formato de noticiar generalidades e não focar no gênero feminino.

O editorial do número 1, novembro-dezembro de 1990, do periódico *Fala, Mulher*, publicado em João Pessoa (PB), também explica os motivos de se optar por um jornal de linha editorial mais ampla. Além disso, ele aponta outra vocação dos noticiosos: a documentação do movimento feminista.

“Escrever juntas a nossa história, a história das mulheres, FALAR através dos seus passos, atos, gritos, emoções, rebeldia [...] fazer a história, romper o silêncio, transgredir a ordem patriarcal reinante, transformar as relações de igualdade, homens e mulheres livres e iguais! [...] Nossos objetivos serão a documentação, a memória, a formação e a informação do movimento de mulheres da Paraíba, englobando a discussão dos diversos temas que envolvem o movimento de mulheres, o feminismo e a participação efetiva nos movimentos sociais. [...]”

A estratégia de fundar um jornal dentro da categoria dos noticiosos também serviu para publicações que tinham como finalidade a preparação do repertório das mulheres para grandes eventos feministas. É o caso da *Folha da Década – Boletim Informativo do Fórum de Mulheres de São Paulo para Avaliação da Década*. O editorial do número zero deixa claro que “a Folha da Década vai acompanhar todas as atividades do Fórum. Pretende ser um veículo ágil, para que cada vez mais mulheres tenham acesso às informações, todas as mulheres organizadas nos bairros, grupos feministas, comissões de sindicatos e partidos políticos, grupos de mulheres negras, de lésbicas, de teólogas, pesquisadoras e mulheres independentes”.

A categoria “noticiosos” também abriga um subgrupo, os jornais feministas com fins comerciais. São jornais sem ligação política com grupos feministas, mas com conteúdo feminista e administrados por empresas jornalísticas. Nos acervos pesquisados, quatro publicações com esse perfil foram registradas, três per-

tencentos à segunda geração. É o caso do *Correio da Mulher*, de Porto Alegre (RS), editado pela Zero Hora Editora Jornalística S.A., com 30 mil exemplares de tiragem; o *Maria – O Jornal da Maioria*, de Brasília (DF), publicado pela Dublê Comunicação, com 80 mil exemplares de tiragem; e o jornal *Nova Família*, de São Paulo (SP), editado pela Nova Pauta Comunicação e Publicações Ltda., com tiragem não declarada. E um pertencente à primeira geração, o *Mulher ABC*, de São Bernardo do Campo, sem tiragem e gráfica declaradas. Apesar dessas publicações não terem o caráter político das demais, elas traziam agenda dos eventos e atos feministas, artigos sobre o feminismo (o mais comum era o que esclarecia o que é ser feminista, estabelecendo diferenças e igualdades com o que é ser feminina) e entrevistas com lideranças feministas da época. A existência de tais iniciativas comerciais demonstra o interesse crescente da sociedade pelos temas envolvendo o gênero feminino, durante os anos 80 e 90.

ESTATAL — A categoria “estatal” agregou as publicações feministas com financiamento do Estado (prefeitura, governo estadual, governo federal, diretamente ou através de empresas públicas) e com linha editorial voltada para a cobertura das ações de políticas públicas dirigidas para a mulher. Na maioria dos casos, os jornais em questão são dirigidos por Conselhos Municipais, Estaduais ou Federal da Condição Feminina. No total de periódicos pesquisados, 10 deles foram classificados como estatais, todos pertencentes à segunda geração da imprensa feminista. Mesmo porque esta é uma forte característica da imprensa feminista da segunda geração: apoio do Estado, que, a partir da abertura política, adota o tema “mulher” como assunto de prioridade política, junto com segurança, saúde, educação e habitação.

Assim como os Conselhos, as publicações tinham como objetivo garantir a participação e a informação das mulheres em todas as áreas do governo. O con-

teúdo dos jornais era marcado por informes e matérias sobre a Constituinte, reforma agrária, mulheres negras, violência contra a mulher, educação, encaminhamentos das comissões oficiais voltadas para as mulheres, saúde, dicas de leitura, lazer e agenda, onde com frequência aparecem governadores, prefeitos e respectivas primeiras-damas inaugurando serviços dirigidos à população feminina.

É comum a presença de textos festejando vitórias pré-eleitorais e eleitorais dos partidos governantes e, conseqüentemente, apoiadores da publicação. É o caso do editorial do número zero do *Jornal Mulher*, publicado pelo Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo (SP), lançado no início da gestão de Orestes Quércia (1986-1990).

“Alerta Constituinte: as mulheres estão chegando!

Estamos apresentando ao público feminino de nosso Estado o primeiro número do jornal do Conselho Estadual da Condição Feminina. Ele chega em momento oportuno para falar da mulher, de suas lutas, de seus sonhos, de seus projetos e de seu futuro. [...]

Estivemos em Belo Horizonte [...] para participar de uma grande promoção da Federação de Mulheres Mineiras ao lançamento das pré-candidatas de todos os partidos [...]. E... surpresa! 46 mulheres de 11 partidos políticos desfilarão pela tribuna do auditório do Instituto de Educação, apresentando suas plataformas e programas políticos. Em São Paulo, as pré-candidatas do PMDB foram recebidas no dia 13 de junho pelo Exmo. Sr. Governador do Estado e... outra surpresa! Embora pertencentes às diferentes correntes políticas existentes no partido, elas deram extraordinária demonstração de unidade no desejo de que o PMDB apresente um compacto bloco de candidatas mulheres, inclusive aos cargos majoritários, aos pleitos eleitorais de 11 de novembro. [...]”

Na edição número 2 do mesmo *Jornal Mulher*, de novembro-dezembro de 1986, há entrevista com o governador sobre os temas que dizem respeito à mu-

lher. E no número 3, outubro de 1987, a principal chamada de capa é “Mulheres conquistam novos espaços no governo Quércio”.

O *Jornal Mulher*, do Conselho Estadual da Condição Feminina, não é um caso isolado, mas sim modelo para os demais jornais aqui classificados como estatais.

SAÚDE — O tema “saúde da mulher” sempre esteve presente nas publicações feministas, mas, com o início da segunda geração da imprensa feminista, voltada para a especialidade de temas e mais próxima do conceito de gênero feminino, deixou de ser coluna para ser jornal inteiro.

Do total de periódicos pesquisados, nove podem ser classificados na categoria saúde. É curioso perceber que, dos nove jornais, três foram fundados na década de 80 e os outros seis, durante a década de 90. Tal fato possibilita levantar a hipótese de que, quanto mais o conceito de gênero se sedimenta no movimento feminista, mais as publicações vão se especializando.

Os títulos em questão tratam de aborto, direitos reprodutivos, reprodução humana, aleitamento, educação e comportamento sexual, aids, menopausa, LER, planejamento familiar e violência contra a mulher.

Aborto, aids e direitos reprodutivos são os temas mais presentes. A sexualidade surge dentro da perspectiva de saúde da mulher e não como uma discussão comportamental sobre opções sexuais. Por isso o periódico *ChanacomChana* está classificado, dentro da categoria variados, como pertencente ao subgrupo sexualidade, e o *Fazendo Gênero* está classificado como saúde.

O jornal *Fazendo Gênero*, de Goiânia (GO), foi fundado em maio de 1997 e, segundo o acervo pesquisado, circulou até meados de 2001. A entidade por trás da publicação é a ONG Grupo Transas do Corpo, que se dedica à educação sexual de mulheres. O editorial do número 1 explica: “por que fazemos gênero? [...] O boletim originou-se da necessidade de difundir o

trabalho do grupo Transas do Corpo e de estimular o debate das questões de gênero no âmbito da educação sexual, dos direitos reprodutivos e da saúde da mulher”.

Vale notar que a presença da palavra “gênero” no título do periódico é sintomática da difusão do conceito no Brasil durante a década de 90.

Os jornais que compõem a categoria “saúde” têm vida longa — duraram mais de 10 anos e alguns ainda estão em circulação — e têm produção profissional — tanto de textos e imagens como de impressão. Os nove títulos mereceriam detalhamento individual, devido ao tempo de circulação e às altas tiragens, mas aqui destacaremos as publicações da RedeSaúde encontradas nos acervos pesquisados.

A Rede Nacional de Saúde e Direitos Reprodutivos (RedeSaúde),⁶ primeiro com sede em Recife (PE) e depois em São Paulo (SP), publicou durante toda a década de 90 o periódico *Jornal da Rede*. Fundado em maio de 1992, o *Jornal da Rede* circulou até 1997, no formato boletim, duas cores. A partir de 1997, a publicação muda para o formato revista, com o nome de *Jornal da RedeSaúde*, com até 52 páginas por edição, em papel *couché*. A periodicidade variou entre mensal e bimestral. E, simultaneamente, a entidade RedeSaúde editou o *Redefax*, uma espécie de *news letter*, enviada via fax, sem fotos ou ilustrações, com o resumo das principais notícias do setor de saúde da mulher (ainda hoje, julho de 2006, em circulação). A RedeSaúde, em 1997, reunia 130 grupos feministas e pesquisadoras que desenvolviam trabalhos políticos e profissionais na área da saúde da mulher e direitos reprodutivos. Em vários editoriais da publicação, aparecem seus objetivos: “a conceituação dos direitos reprodutivos e sexuais como direitos humanos; a retomada do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM) como referência para a otimização dos serviços e a luta pelo direito de decidir sobre o aborto”.

⁶ Atualmente, o nome da entidade é Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos.

UNIVERSITÁRIO — A pesquisa acadêmica e a militância feminista se entrecruzam nos vários núcleos de estudos feministas criados nas universidades brasileiras durante o período em questão, pós-1974. O fato ocorre porque, “quando o movimento feminista chega no Brasil, a partir de 1975, muitas das suas ativistas ou simpatizantes já estavam inseridas na academia e trabalhavam nas universidades” (Heilborn e Sorj, 1999).⁷

⁷ “O interesse acadêmico em pesquisar a situação das mulheres no país já se manifesta no início dos anos 70. Zahidé Machado Neto leciona, na Universidade Federal da Bahia, disciplina sobre família e relações entre os sexos em 1973; várias pesquisadoras brasileiras participam da Conferência sobre Perspectiva Feminina nas Ciências Sociais Latino-Americanas realizada em Buenos Aires em 1974; acadêmicas brasileiras estão presentes, também, na Wesley Conference on Women and Development em junho de 1976; o Coletivo de Pesquisa sobre Mulher da Fundação Carlos Chagas organiza um seminário, “A Contribuição das Ciências Humanas para a Compreensão do Papel das Mulheres”, na reunião da SBPC em 1975 e publicado no mesmo ano como um número especial do Caderno de Pesquisa. Algumas pesquisadoras já haviam publicado trabalhos tratando da questão das mulheres: Heileth Saffioti, Carmem Barroso, Neuma Aguiar e Eva Blay entre outras” (Heilborn e Sorj, 1999).

Tal quadro propiciou a publicação de inúmeros cadernos, revistas e periódicos feministas sob a responsabilidade de pesquisadoras, estudantes e professoras universitárias. Como já observado, este artigo incluiu as publicações de caráter noticioso-jornalístico, deixando de fora as publicações analíticas e de divulgação de textos científicos ou acadêmicos. Então, observando-se o acervo de 75 periódicos, percebeu-se a existência de um novo subgrupo: os universitários. Formada por oito títulos, essa categoria está localizada na segunda geração da imprensa feminista, e sete deles estão ligados a alguma universidade, em cinco casos, públicas e, em dois casos, privadas.

Os assuntos presentes nos jornais feministas universitários diferem dos demais periódicos ao abordar agenda de cursos, eventos e congressos acadêmicos sobre gênero, poesia, cinema, literatura, relatório de pesquisas desenvolvidas pelos grupos e participação de mulheres no movimento estudantil. Dos temas presentes no restante da imprensa feminista, creches aborto e violência contra a mulher também freqüentaram a pauta dos universitários.

Em termos de produção editorial, não há um padrão entre eles. Alguns com envolvimento de profissionais em edição e financiamento conseguiram tiragens significativas, impressão duas cores e circulação durante anos, como é o caso do *Núcleo de Estudos sobre a Mulher* (NEM), da PUC-RJ, que teve sua primeira edição em outubro de 1981 e, segundo dados encontrados na pesquisa de campo, circulou até 1989. Ou-

tros eram mimeografados e com vida curta, como o *Mulher Liberta Mulher*, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que teve sua edição de estréia em 1980 e, segundo dados do acervo pesquisado, parou de circular em 1982.⁸

No geral, os periódicos desse subgrupo foram criados para fortalecer os grupos de pesquisas que lhes davam suporte.

“O Boletim do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher foi criado com o objetivo de divulgar suas atividades, a bibliografia de trabalhos realizados na área, as pesquisas em andamento, assim como os estudos e trabalhos realizados pelo núcleo, no sentido de manter a comunidade universitária informada e sensibilizada em torno do debate da questão da mulher.” (Editorial do número zero do Boletim “Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher”, da Universidade Federal de Minas Gerais, de janeiro de 1985.)

TRABALHO — Para um movimento marcado pela teoria marxista e pela predominância da visão de que a exclusão da mulher do mercado de trabalho é chave para explicar a subordinação feminina, é, aparentemente, surpreendente que do acervo de 75 periódicos feministas apenas cinco sejam dedicados ao tema trabalho. Mas tal quadro pode ser explicado pelo fato de as feministas, após o racha com as esquerdas, marcado pelos II e III Congressos da Mulher Paulista, terem se afastado dessa linha de pensamento e de articulação, a ponto de menosprezar o tema trabalho diante, por exemplo, do tema saúde.

O subgrupo trabalho está localizado na segunda geração da imprensa feminista. Primeiro pela data de surgimento e, segundo, pelo fato de os jornais serem especializados. Mas o tema trabalho vem acompanhado da teoria marxista e da questão de classe, o que aproxima o conteúdo desses jornais da primeira geração da imprensa feminista.

É o caso da revista *Mulher em Movimento*, de Salva-

⁸ É difícil afirmar a data correta em que uma publicação parou de circular, pois geralmente a última edição não anuncia tal fato. Mesmo os grupos responsáveis pelos periódicos não sabiam que aquela seria a última edição, pois as dificuldades para a publicação são constantes, estabelecendo-se um padrão de incertezas e atrasos. De qualquer forma, estou tomando a última publicação encontrada nos acervos como sendo a última, ou uma das últimas, publicada. A afirmação está baseada na credibilidade e na eficiência dos arquivos estudados, já que são considerados os mais completos sobre movimentos sociais.

dor (BA), lançada em 1994, ligada ao Sindicato dos Bancários da Bahia. A publicação pertence ao Departamento para Assuntos da Mulher, cuja presidente, na época, era Rebecca Serravalle. No editorial da edição número 1, Serravalle afirma: “o problema não está necessariamente na relação homem/mulher. Está sim, numa estrutura social injusta que se reflete nos lares, nas pessoas, na educação que, dizem, nos prepara para a vida, [...], ou seja nos ensina reproduzir o ‘sistema’”. Um argumento típico da imprensa feminista da primeira geração.

Das cinco publicações, duas são no formato revista, com cuidadosa produção editorial, a *Mulher em Movimento* e a *Revista da Mulher Rural*, do Paraná (não se menciona a cidade), ligada à Federação dos Trabalhadores Rurais do Estado do Paraná, com lançamento em 1995. As demais publicações mantêm a linha semi-profissional (reproduzidas em copiadoras, datilogradas, pequenas tiragens).

RELIGIOSO — A relação entre Igreja Católica e feminismo merece uma discussão a parte, mas por agora vamos observar apenas que em nome de uma situação política e social (ditadura militar e crescente injustiça social), feministas e religiosos se uniram para atuar junto às mulheres, principalmente das periferias das grandes cidades. Esse pacto deixou de fora posições radicalmente contrárias no que diz respeito ao aborto, sexualidade, família, entre outros temas caros ao feminismo. Mas o fato é que a Igreja Católica atuou nesse campo híbrido (feminismo-catolicismo), e essa atuação está registrada em três periódicos católicos voltados para as mulheres, nos quais a Igreja discute os principais temas do feminismo, mas do ponto de vista de suas crenças religiosas. Duas das publicações são de alcance local. Porém a revista *Mulher — Libertação*, da Pastoral da Mulher Marginalizada, tem alcance nacional. Fundada em Lins (SP), em março de 1985, a revista se inicia como um boletim mimeografado,

com cerca de 10 páginas. Dez anos depois, a publicação ganha status de revista, com diagramação profissional, 32 páginas de miolo e profissionais contratados para sua edição.

Temas como prostituição, Constituição, violência doméstica, direitos humanos, saúde e agendas de encontros feministas e de mulheres católicas formavam a pauta das três publicações. Vale acompanhar um trecho de um artigo sobre aborto publicado no número 4 da *Mulher — Libertação* (janeiro-março de 1986) e outro sobre sexualidade, a fim de percebermos as idiosincrasias da parceria entre feminismo e Igreja Católica.

“Quem matou o bebê?”

[...] mas por que tantas mulheres, todos os anos abortam? Este seria um problema político, econômico e social. Quando a mulher recorre ao aborto, dificilmente, ela o faz feliz, tranqüila, satisfeita, para se livrar de um pequeno incômodo: a mulher normalmente se sente muito angustiada e sofre bastante com a decisão que tomou ou que foi obrigada a tomar.

[...] quais são os meios de se matar um bebê dentro de sua própria mãe? Há quatro maneiras — todas cruéis e desumanas — como o bebê será assassinado? Seja qual for a forma, ele vai sofrer.” [Seguem ilustrações e explicações sobre os métodos]. “sucção: o bebê é retirado em pedacinhos; curetagem: o médico simplesmente divide o bebê em pedaços dentro da mãe. [...]”

Na mesma edição há artigo sobre o comportamento sexual. “[...] a nós parece que não devemos rejeitar o homossexual ou a lésbica. E sim, aceitá-lo como ele é, a fim de ajudá-lo a vencer o homossexualismo (no homem) e o lesbianismo (na mulher) e encontrar a normalidade de sua pessoa. Uma vez que o homossexualismo não é normal na natureza humana.”

LEGISLATIVO — Anotamos três periódicos no subgrupo “legislativos”. Os três estão classificados na segunda geração da imprensa feminista e retratam a preocupação do movimento feminista com a circula-

ção das informações sobre as leis. Assim como no caso do *Fêmea*, que aborda exclusivamente projetos de lei e leis que dizem respeito às mulheres, no jornal *Nós e a Constituinte* — Boletim de Intercâmbio das Organizações Populares de Mulheres —, da Rede Mulher, fundado em fevereiro de 1986, o foco é nos pontos da Constituição referentes à mulher. O periódico, que circulou com média de quatro páginas e tiragem de cerca de 600 exemplares, também tinha uma característica de ferramenta de ação política da Rede Mulher:

“[...] Foi pedido à Rede Mulher que servisse de canal de comunicação sobre tudo o que está acontecendo nos grupos populares de mulheres. Este é o número 1 dos boletins que circularão entre as organizações populares de mulheres, de todo o Brasil, durante este ano. Tal como foi pedido, a Rede Mulher vai sistematizar tudo que receber de vocês, até chegarmos a propostas comuns, que defenderemos juntas”. (Editorial do número 1 do Nós e a Constituinte.)

VARIADOS — Do acervo de 75 periódicos, três não puderam ser classificados em nenhum dos sub-grupos. Todos pertencem à segunda geração da imprensa feminista. Um deles é o *ChanacomChana*, publicação lésbica-feminista, que na relação geral dos periódicos (Tabela 2) é indicado como variados-sexualidade. O segundo periódico isolado, de acordo com o acervo pesquisado, é o *Mulheres*, lançado em 1984, voltado exclusivamente para a educação. A publicação, datilografada e reproduzida por meio de copiadora, é editada por grupo de mulheres da Zona Sul da cidade de São Paulo, que se propuseram a acompanhar as políticas públicas do Estado na área de educação, na região onde moravam. O boletim aparece classificado como variados-educação.

O terceiro jornal fora das categorias anteriormente descritas é o *Nzinga Informativo*. Editado pelo Coletivo de Mulheres Negras, no Rio de Janeiro (RJ), com lan-

çamento em 1986, o *Nzinga* tratou dos temas exclusivos às mulheres negras. A publicação exemplifica a idéia de especialização presente na segunda geração da imprensa feminista e está classificado como variados-racial.

“Aqui estamos com o resultado concreto dos sonhos que sempre tivemos — o de divulgar as questões específicas da mulher negra. Esperamos que, de verdade, tenhamos conseguido criar mais um instrumento de comunicação da nossa causa. [...]”. (Editorial do número 1 do *Nzinga* Informativo.)

O *Nzinga* chega a ser publicado com 16 páginas e, segundo a pesquisa, parou de circular por volta de 1989.

Considerações

A pesquisa que originou este artigo nos revelou aspectos da imprensa feminista e, conseqüentemente, do feminismo no Brasil. Depois de irmos aos acervos, pesquisarmos os periódicos e entrevistarmos lideranças, podemos ampliar o leque de afirmações sobre o feminismo e suas publicações.

Uma das afirmações mais interessante é que a imprensa feminista é um fenômeno nacional e não restrito ao eixo Rio-São Paulo, como se poderia desconfiar devido à importância política-econômica desta região. O que de certa forma dá uma mostra da força, da organização e do alcance do movimento feminista no Brasil.

Outra afirmação possível, a partir dos resultados aqui apresentados, é que a imprensa feminista é um fenômeno contínuo e vigoroso socialmente, já que suas publicações são editadas ininterruptamente, desde 1974 até os nossos dias. Diferente da imprensa alternativa que desapareceu, segundos os motivos muito bem elencados por Kucinski, 1991.

Quanto às divisões em primeira e segunda gera-

Uma cartografia da imprensa feminista no Brasil

Tabela 1. Relação de periódicos feministas pesquisados

Título	Cidade	Ano fundação	Geração	Categoria
Boletim Associação de Mulheres do Grajaú	São Paulo/SP	1994	segunda	noticioso
Boletim Centro da Mulher Brasileira	não declarada	1979		noticioso
Boletim da Mulher	Curitiba/PR	1988	segunda	noticioso
Boletim de Movimento de Mulheres de Teresina	Teresina/PI	1982	segunda	trabalho
Boletim do CIM	São Paulo/SP	1983	segunda	noticioso
Boletim do Movimento de Luta por Creches	São Paulo/SP	1980		noticioso
Boletim Informativo Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher	Salvador/BA	1990	segunda	universitário
Boletim Informativo do Conselho Estadual da Condição Feminina/Voar é Preciso	São Paulo/SP	1992	segunda	estatal
Boletim Origem	Recife/PE	1988	segunda	saúde
Brasil Mulher	Londrina/PR – São Paulo/SP	1975		noticioso
ChanacomChana	São Paulo/SP	1981	segunda	variados- sexualidade
Correio da Mulher	Porto Alegre/RS	1981	segunda	noticioso- comercial
Direitos da Mulher	Santo André/SP	1998	segunda	estatal
Em Dia com a Mulher	Brasília/DF	1987	segunda	noticioso
Enfoque Feminista	São Paulo/SP	1991	segunda	noticioso
Espaço Mulher	São Bernardo do Campo/SP	1985	segunda	universitário
Fala Maria	São Paulo/SP	1984	segunda	noticioso
Fala, Mulher	João Pessoa/PB	1990	segunda	noticioso
Fazendo Gênero	Goiânia/GO	1997	segunda	saúde
Fêmea	Brasília/DF	1983	segunda	legislativo
Folha da Década	São Paulo/SP	1995	segunda	noticioso
Folha Feminista	São Paulo/SP	1984	segunda	noticioso
Folha Mulher	Rio de Janeiro/RJ	1992/n3	segunda	religioso
Força Mulher	Belo Horizonte/MG	1985	segunda	noticioso
Informação – Mulher	Campinas/SP	1987	segunda	noticioso
Informe Mulher	Brasília/DF	1987/n 3	segunda	legislativo
Jornal da Casa	Recife/PE	1993	segunda	trabalho
Jornal da Mulher	São Paulo/SP	1980		noticioso
Jornal da Mulher	Curitiba/PR	1986	segunda	estatal
Jornal da Mulher	Cabo/PE	1988	segunda	noticioso
Jornal da Mulher do Grajaú	São Paulo/SP	1983	segunda	noticioso
Jornal da Nova Família	São Paulo/SP	1988	segunda	noticioso- comercial
Jornal da Rede Saúde/ Jornal da Rede / Redefax	São Paulo/SP	1992	segunda	saúde
Jornal Mulher	São Paulo/SP	1986	segunda	estatal
Maria	Curitiba/PR	1984	segunda	noticioso
Maria – O Jornal da Maioria	Brasília/DF	1987	segunda	noticioso- comercial

Maria Brasileira	São Paulo/SP	1979		noticioso
Maria Maria	Salvador/BA	1984	segunda	noticioso
Mariação	Goiânia/GO	1981	segunda	universitário
Maria Maria	Brasília/DF	1999	segunda	noticioso
Mulher	São Paulo/SP	1991	segunda	estatal
Mulher	São Paulo/SP	1984	segunda	estatal
Mulher	Natal/RN	1987	segunda	estatal
Mulher ABC	São Bernardo do Campo/SP	1980	primeira	noticioso-comercial
Mulher – Libertação	Lins/SP	1988	segunda	religioso
Mulher e Saúde	São Paulo/SP	1993	segunda	saúde
Mulher e Saúde	Cuiabá/MT	1982	segunda	saúde
Mulher Liberta Mulher	Porto Alegre/RS	1980	primeira	universitário
Mulher Notícias	Belo Horizonte/MG	1987	segunda	estatal
Mulher Paulista	São Paulo/SP	1981	segunda	noticioso
Mulher Pernambucana	Recife/PE	1984	segunda	noticioso
Mulheres	São Paulo/SP	1984	segunda	variados- educação
Mulheres em Luta	Diadema/SP	1991	segunda	estatal
Mulher em Movimento	Salvador/BA	1994	segunda	trabalho
Mulheres em Movimento	Santo André/SP	1998	segunda	noticioso
Mulherio	São Paulo/SP	1981	segunda	noticioso
NEM – Núcleo de Estudos sobre a Mulher	Rio de Janeiro/RJ	1981	segunda	universitário
Nexo	São Paulo/SP	1988	segunda	noticioso
Nós e a Constituinte	São Paulo/SP	1986	segunda	legislativo
Nosotras	Paris/França	1975	primeira	noticioso
Nosso Elo	São Paulo/SP	1989	segunda	religioso
Nós Mulheres	São Paulo/SP	1976	primeira	noticioso
Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher	Belo Horizonte/MG	1985	segunda	universitário
Núcleo Mulher – CODAC/USP – Estudos Sobre Relações Sociais de Gênero	São Paulo/SP	1986	segunda	universitário
Nzinga Informativo	Rio de Janeiro/RJ	1985	segunda	variados- racial
Presença da Mulher	São Paulo/SP	1986	segunda	noticioso
Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos	Recife/PE	1992	segunda	saúde
Redir – Rede de Informação Saúde, Sexualidade e Direitos Reprodutivos	Juiz de Fora/MG	cerca de 1998	segunda	saúde
Revista da Mulher Rural	Paraná	1995	segunda	trabalho
Sempre Viva – Comitê de Mulheres de São Bernardo do Campo	São Bernardo do Campo/SP	1986	segunda	trabalho
Sexo Explícito / O Sexo Finalmente Explícito	Rio de Janeiro/RJ	1983	segunda	saúde
União de Mulheres de São Paulo (UBM)	São Paulo/SP	1985	segunda	noticioso
Via-Láctea	Natal/RN	1993	segunda	universitário
Vida Viva	Belo Horizonte/MG	1993	segunda	saúde
Vivência	Campinas/SP	anos Quécia/ Fleury 1987-94	segunda	estatal

ções e em categorias por assunto, além de facilitarem o entendimento da imprensa feminista como fenômeno histórico, político e de comunicação, nos possibilitaram uma visão panorâmica do processo de formação e de consolidação dessa mídia feminista, com a qualidade de agregar aspectos anteriormente desconhecidos em conjunto e apontar opções para futuras pesquisas que esmiúcem a imprensa feminista brasileira em seus detalhes e sutilezas.

Referências

- AVELAR, Lúcia. *Mulheres na elite política brasileira*. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer/Editora Unesp, 2001.
- BRUSCHINI, Cristina e COSTA, Albertina de Oliveira. *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos / São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.
- BUITTONI, Dulcília Schroeder. (1981) *Mulher de papel: a representação da mulher na imprensa feminina brasileira*. São Paulo (SP), Loyola. ———. *Imprensa feminina*. São Paulo: Editora Ática, 1986.
- GOLDBERG, Anette. Feminismo no Brasil contemporâneo: o percurso intelectual de um ideário político. In: *BIB*. Rio de Janeiro, n. 28, p. 42-70, 2. semestre, 1989.
- HEILNORN, Maria Luiza e SORJ, Bila. Estudos de gênero no Brasil. In MICELI, Sérgio (Org.). *O que ler na Ciência Social Brasileira (1970-1995)*. São Paulo: Editora Sumaré, ANPOCS, Brasília, DF, CAPES, 1999.
- KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Scritta, 1991.
- MIGUEL, Sônia Malheiros. *Um olhar para dentro: o movimento feminista no Rio de Janeiro*. Dissertação de mestrado apresentada no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Catarina, 1988.
- NEHRING, Maria Lygia Quartim de Moraes. *Família e feminismo: reflexões sobre papéis femininos na imprensa para mulheres*. São Paulo, tese de doutoramento em Ciências Políticas, apresentado ao Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1981.
- PRÁ, Jussara Reis e BRITO, Maria Noemi Castilho. *Movimento de*

Elizabeth da Penha Cardoso

mulheres no Sul do Brasil: 1975 a 1987. Mímio apresentado no XI Encontro da ANPOCS – Águas de São Pedro (SP) no GT Família e Sociedade, 1987.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

TELES, Maria Amélia de Almeida. *Breve história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1993.



O feminino retratado: fotografia e representação do corpo na pós-modernidade

Angela Prada de Almeida

Resumo: Este texto analisa trabalhos de artistas mulheres contemporâneas realizados em três suportes: fotografia, performance e vídeo. Para tanto, realizamos uma abordagem teórica multidisciplinar, combinando teorias da linguagem fotográfica com abordagens na área de gênero sobre a representação do corpo feminino.

Palavras Chave: Fotografia. Vídeo. Performance. Gênero. Corpo.

Abstract: This text focuses on works of art in photography, performance and video made by contemporary women artists. The approach is interdisciplinary, combining theories from photography and gender, specifically in the area of women's body representation.

Keywords: Photography. Video. Performance. Gender. Body.

Uma obra que nos parece um paradigma na história do pensamento artístico é certamente “A Câmara Clara” de Roland Barthes¹. Publicada na França, originalmente em 1980, as questões levantadas pelo autor são continuamente submetidas a análises por pesquisas contemporâneas². O vocabulário próprio da fotografia

Angela Prada de Almeida. Mestranda em História da Arte na UFRJ. Especialista em Jornalismo Cultural pela PUC-SP.

¹ BARTHES, R. *A câmara clara: nota sobre fotografia*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

² Como exemplos de alguns pesquisadores contemporâneos que se referem ao autor em suas pesquisas, salientamos: Philippe Dubois, Martine Joly, Rosalind Krauss e Cezar Bartholomeu (doutorando em Linguagens Visuais pelo PPGAV-EBA-UFRJ), entre outros. Sobre a discussão a respeito do realismo na fotografia, Dubois cita extensivamente Roland Barthes a este respeito. Ver: DUBOIS, P. *O ato fotográfico e outros ensaios*. Campinas: Papyrus, 1993. p. 36.

de Barthes estabelece novos rumos teóricos para analisarmos o retrato do feminino na pós-modernidade.

Logo no início de sua obra, Barthes se pergunta se, através de suas pesquisas, ele não poderia fundar o que chama de: “uma ciência nova por objeto”³. Para nós, a ciência do fotograma de Barthes revela-se em abstração teórica muito mais focada em um sujeito do que em um campo de conhecimento. Ora, para o autor, um realista ferrenho, dividido entre o sujeito e suas emanções luminosas fixadas em um papel, a essência da fotografia, seu “noema”⁴ está focado no sujeito: naquele que é fotografado⁵. Seria interessante salientar aqui uma concepção de Adorno⁶ a respeito da relação que possuímos com a arte contemporânea: a identidade das obras surge a partir da própria experiência com o objeto; ou no caso de Barthes, com o sujeito representado.

A concepção da fotografia como uma arte mimética, que relaciona a percepção de um sujeito à sua representação bidimensional leva Barthes a estabelecer que a mesma funciona como um “analagon”⁷ perfeito do que ela representa: como se houvesse uma contigüidade física entre o sujeito e a sua imagem representada.

É nesta perspectiva que esta obra nos serve como referência fundamental.

Phillipe Dubois⁸ vem complementar estas observações salientando que a fotografia encontra seu sentido em sua referência, implicando plenamente o sujeito retratado no processo fotográfico.

Desta forma, acreditamos na referência explícita à condição da figura feminina retratada nas obras analisadas. Quando nos referimos ao sujeito feminino, entendemos a questão da identidade representada de forma ampla. O que está em jogo aqui, não é somente a condição individual da artista representada e sim, questões culturais do universo de debates políticos, teorias feministas, papel do sujeito na pós-modernidade e a representação fotográfica. As emanções luminosas da identidade retratada se convertem também em um re-

³ A este respeito ver: BARTHES, R. *A Câmara clara*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984, p. 19.

⁴ O “noema” para Barthes é a própria essência da fotografia, aquilo que lhe dá singularidade em sua ciência característica.

⁵ Barthes crê fundamentalmente na emanção do sujeito em grãos de prata: a prova maior deste processo é o reencontro com sua mão já falecida na fotografia do Jardim de Inverno. Vejamos as palavras do autor: “... mas a fotografia do Jardim de Inverno, esta era bem essencial, ela realizava para mim, utopicamente, a *ciência impossível do ser único*” (grifo do autor). A este respeito ver: BARTHES, R. *Op. cit.* p. 106.

⁶ A este respeito, consultar: FREITAS, V. *Adorno e a Arte Contemporânea*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

⁷ Barthes utiliza o termo referindo-se precisamente à analogia, própria da fotografia, em representar a pessoa retratada, como se a fotografia fosse: “um certificado de presença”. A este respeito ver: BARTHES, R. *Op. cit.* p. 128.

⁸ A este respeito, consultar: DUBOIS, P. *O ato fotográfico e outros ensaios*. São Paulo: Papirus, 1993, p. 79.

flexo do contexto social representado.

Um dos principais temas deste trabalho é o que denominamos de: “o feminino retratado”; entendido como forma de representação inserida em um contexto histórico, político e cultural. Nesta pesquisa, a palavra retrato ganha uma importância peculiar como reflexo de pensamentos, modos de estruturação de uma sociedade pós-moderna; onde novas formas de representação expressam abordagens sobre o feminino em arte contemporânea. A palavra retrato, nasce no universo da representação artística, ganha status de identidade com a ciência da fotografia de Barthes e se dissolve em variadas interpretações teóricas sobre o papel do sujeito na pós-modernidade. Nosso desafio é discutir de maneira interdisciplinar, diferentes abordagens teóricas para o feminino retratado, com um enfoque principal nas relações de gênero.

Vejam, desta forma, algumas propostas de artistas nas áreas de performance, fotografia e vídeo que abordam múltiplas representações do feminino em arte contemporânea.

Performance

Patrick Talbot⁹, em palestra proferida na Escola de Belas Artes¹⁰ salienta sete aspectos que caracterizam a fotografia¹¹. Talbot salienta que o debate sobre a fotografia é antigo e ao mesmo tempo contemporâneo: indagações que nos trazem a origem da história da fotografia se desdobram em questões teóricas extremamente atuais. Talbot salienta o que ele denomina de: o “aspecto mágico da fotografia” trazendo o exemplo do santo sudário; o manto que teria recoberto o corpo de Jesus Cristo falecido. O sudário se configura como um pano de linho, sobre o qual a figura de Jesus Cristo estaria impressa. Ora, para Dubois, o Sudário representa: “a primeira foto de crime”¹². Diversas controvérsias se desenrolam sobre o sudário, misturando misticismo, fé, religião, ciência e fotografia¹³. Apesar

⁹ Patrick Talbot é diretor da “Ecole National de la Photographie”, localizada em Arles, França.

¹⁰ Escola de Belas Artes – Universidade Federal do Rio de Janeiro.

¹¹ Talbot salienta as seguintes características próprias da fotografia: seu caráter mimético, sua aparência mágica, seu enfoque técnico, abordagens da semiologia que a classificam como: referencial ou indicial, o fato de servir como um instrumento de conhecimento da realidade, as inter-relações com o universo da arte e, finalmente, a sua etapa numérica.

¹² A este respeito ver: DUBOIS, P. *O ato fotográfico e outros ensaios*. Campinas: Papyrus, 1993, p. 223.

¹³ Há inclusive um livro escrito em co-autoria por Lynn Picknett e Clive Prince (PRINCE, C. Turin Shroud: *How Leonardo Da Vinci Fooled History*. London: Time Warner Paperbacks, 2006) que advoga que o Sudário de Turim revela-se como a primeira imagem fotográfica na história da arte, feita por Leonardo da Vinci através de uma câmera escura. Para maiores informações consultar: <http://www.picknettprince.com/books/turinshroud/turin.htm>

Para se aprofundar um pouco mais nesta polêmica questão, sugerimos também a consulta: http://en.wikipedia.org/wiki/Shroud_of_Turin

O feminino retratado: fotografia e representação do corpo na pós-modernidade

de algumas experiências científicas terem datado o manto entre os anos de 1260 e 1390 d.C., o sudário ainda permanece como importante objeto de culto cristão. A emanção dos traços físicos do sujeito em um suporte bidimensional nos leva, novamente, à categoria fotográfica no “analagon” perfeito, recordando mais uma vez os escritos de Roland Barthes.



¹⁴ PHELAN, P. *Francesca Woodman's Photography: Death and the Image One More Time*. *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, Chicago, vol 27, n. 4, p. 979, 2002. Neste interessante artigo Phelan desenvolve considerações sobre o trabalho da fotógrafa americana Francesca Woodman, tendo como suporte Roland Barthes e Walter Benjamin. A fotógrafa se matou aos 22 anos de idade e a autora analisa suas fotografias comentando as relações entre morte e técnica fotográfica.

Interessante salientar aqui o texto de Peggy Phelan¹⁴ em uma passagem sobre a fotografia:

Nosso encontro com a fotografia reitera um encontro prévio entre o fotógrafo e o modelo. Portanto, o encontro com o retrato é sempre um reencontro; é uma experiência da repetição. A repetição

*fotográfica pode ter duas dimensões: a repetição que deriva da capacidade de fazer um número infinito de cópias do mesmo negativo e a repetição dos momentos literais (a medida uniforme da passagem do tempo) que ocorrem entre o momento em que a fotografia é tirada e o momento do (re)encontro do espectador com o que ocorreu.*¹⁵

Ora, sabemos que a fotografia se desdobra como uma peça fundamental em performances contemporâneas. Algumas diferentes questões que sua utilização enseja: debates sobre autoria, status de arte, documentação e reencontro com o ocorrido. Phelan complementa suas observações apontando:

*Na era da reprodução mecânica, não somente a arte, mas a própria experiência se torna vulnerável aos efeitos da cópia.*¹⁶

O santo sudário não seria a mais antiga peça bidimensional que nos transportaria diretamente ao reencontro de um dos mais importantes momentos/experiências (performance?) do cristianismo: a morte de Jesus Cristo?

A artista brasileira Fernanda Magalhães¹⁷ desenvolve um performance denominada: “Corpo Re-Construção Ação Ritual Performance” onde parece retomar estas inscrições. Seu resultado são traços de corpos impressos sobre mantos que os enlaçam.

¹⁵ A este respeito ver: PHELAN, P. *Francesca Woodman's Photography: Death and the Image One More Time*. *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, Chicago, vol 27, n. 4, p. 979, 2002.

¹⁶ Idem.

¹⁷ Fernanda Magalhães se auto-define como artista, fotógrafa, performer, professora da Universidade Estadual de Londrina e doutoranda em artes na Unicamp. Para maiores informações sobre o seu trabalho, acesse o site: <http://www.blogger.com/profile/16330759> e <http://mulheresgordas.comorgulho.blogspot.com>



O feminino retratado: fotografia e representação do corpo na pós-modernidade

¹⁸ Ana Mendieta é considerada uma artista fundamental para o movimento feminista americano. Falecida em 1985, as circunstâncias misteriosas de sua morte apontam para um provável assassinato em que o artista minimalista Carl Andre,

Por outro lado, vejamos o trabalho da artista cubana Ana Mendieta¹⁸. Considerada uma pioneira em arte ambiental e performance, Mendieta desenvolve durante a década de 70 uma série limitada de 24 fotografias denominadas “Silhuetas”, que ela denominou de “esculturas de terra-corpo”.



seu namorado, estaria envolvido. Acusado pela sua morte, Andre, uma personalidade influente no mundo da arte norte-americana foi absolvido; o que gerou protesto de grupos de artistas feministas nos Estados Unidos, dentre os quais destacamos: Guerrilla Girls. Um livro que esclarece maiores detalhes sobre o ocorrido é: KATZ, R. *Naked by the window: the fatal marriage of Carl Andre and Ana Mendieta*. New York: Atlantic Monthly, 1990.

Retratando suas experiências performáticas com o meio ambiente, seu trabalho evoca a imanência do corpo em um suporte bidimensional. Nos traços fotográficos de Mendieta reencontramos experiências místicas e existenciais da artista.

Vejamos agora, uma performance denominada “Longa Respiração” realizada no Parque Lage em 2006¹⁹, pela artista plástica Maria Laet²⁰.



Estas imagens evocam a relação entre o corpo da artista e o material utilizado durante a performance: um lençol com finas tramas²¹ que cobria um corpo repousando sobre uma cama. Claramente, a sensação de presenciar esta performance e depois a comparar com as fotografias, nos trazem algumas indagações. Assim como o trabalho de Magalhães e Mendieta, um dos suportes fundamentais que Laet utiliza é o corpo²².

Sua relação com as finas tramas que o cobrem, assim como a posição escolhida pela artista para realizar a performance nos trazem algumas indagações sobre imanência do corpo, suas possíveis inter-relações com o suporte fotográfico; as diferentes formas de percepção de uma imagem e uma experiência vivida²³.

O papel das fotografias nos três casos é, no mínimo, complexo: onde podemos situar a obra de arte? No momento da performance? No momento de seu reencontro com o espectador ao vislumbrar o ocorrido? As fotografias aqui adquirem o status de obras de arte ou documento?

Passemos adiante para o próximo tópico.

Fotografia

Nesta abordagem vamos priorizar trabalhos realizados somente sobre suporte fotográfico. É interessante salientar aqui um texto de Judith Butler²⁴ onde a autora aponta que o nosso corpo é concebido como um lugar cultural de significados de gênero, tornando-se portanto, obscuro quais os aspectos de nosso corpo são naturais ou isentos de marca cultural. Ora, além de um lugar cultural, nosso corpo também se desdobra enquanto um espaço intencional, de vivências íntimas, onde a cultura é inscrita.

A análise teórica destas fotografias também reforça seus códigos culturais: inseri-las em um sistema de significados construídos ao longo da história é atribuir sentido cultural aos traços em preto e branco.

Butler prossegue sua análise salientando Michel

¹⁹ Performance realizada durante a exposição: "A. H." (Arte Hoje) em Março de 2006 na Escola de Artes Visuais do Parque Lage. Para maiores informações sobre a escola, consultar: <http://www.eavparquelage.org.br>

²⁰ Nascida em 1982, Maria Laet expõe desde 2005.

²¹ O lençol e a fronha que cobriam o travesseiro eram feitos de gaze costurada.

²² É interessante ressaltar neste caso, que a concepção da performance é realizada por Maria Laet, que contratou uma modelo denominada Érica para realizar a performance: "... preferi observar de fora a experiência toda, por isso a modelo..." nos relata a artista por email.

²³ Vejamos as palavras da própria artista sobre a performance: "O pensamento inicial foi mesmo uma espécie de cura. O sono como um ritual diário de renovação. Um tempo, entre outros dois no qual se respira. Vejo a gaze aí como uma segunda pele (frágil e protetora) que respira junto com ela." Informação proveniente de email trocado com a própria artista.

²⁴ BUTLER, J. Variações sobre sexo e gênero. In: Cornell, D. Feminismo como crítica da modernidade. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1987.

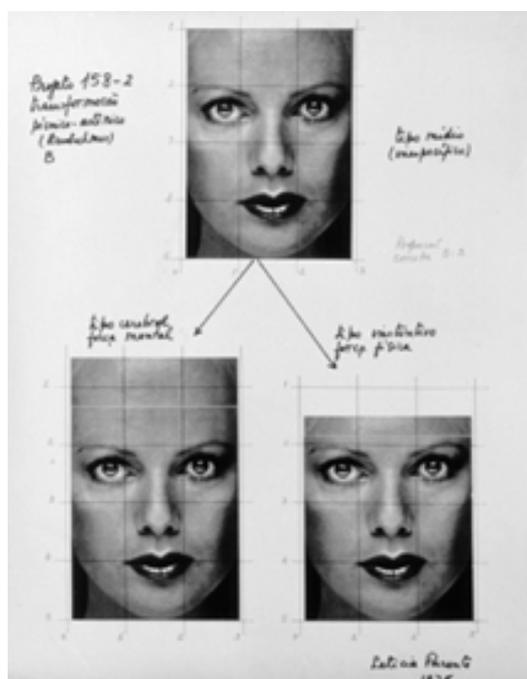
O feminino retratado: fotografia e representação do corpo na pós-modernidade

²⁵ A este respeito ver: FOUCAULT, M. *Vigiar e punir*: história da violência nas prisões. Petrópolis: Vozes, 1987.

²⁶ A artista baiana Letícia Parente expôs seus trabalhos principalmente no Ceará e Rio de Janeiro, em fotografia, vídeo, xerox e off-set. Uma de suas obras de maior impacto foi o vídeo “Marca Registrada”, onde costurou a expressão: “Made in Brazil” na sola do seu pé.

Foucault²⁵ que aponta o corpo feminino como um lugar de controle social. Em sua obra *Vigiar e Punir*, Foucault ressalta o papel do corpo feminino enquanto um corpo dócil e regulado, colocado a serviço das normas da vida cultural.

A obra da artista baiana Letícia Parente²⁶ parece evocar algumas destas questões, vejamos:



Nesta obra denominada “Transformação: Pícnico/Astênico”, a disposição das imagens, a trama quadrada que envolve as fotografias, parecem evocar as palavras de Foucault: com disciplinas rigorosas nos campos da dieta, vestuário e maquiagem, o corpo feminino é centrado para a auto-modificação, em busca de uma imagem exterior perfeita. Estas estratégias de controle social trabalham para que a auto-imagem feminina esteja sempre repleta de carência e insuficiência.

Nosso corpo procura continuamente, cumprir as exigências da ideologia contemporânea da feminilidade. Vejamos o trabalho fotográfico de Fernanda Magalhães denominado “A Representação da Mulher Gorda Nua na Fotografia”. Este trabalho aponta para estas questões de controle do corpo e da exclusão do corpo daquela que não se conforma às exigências rigorosas da imagem feminina contemporânea.



Simone de Beauvoir²⁷ salienta em sua obra: “O segundo sexo”, a escravização do feminino em relação aos seus corpos; as mulheres monopolizam a esfera corporal da vida, na medida em que *são* seus corpos (grifo nosso). Assim, as mulheres vivem seus corpos como projetos ou portadores de significados culturais; se tornando as emanações luminosas que refletem. Por outro lado, os códigos culturais masculinos apontam para uma alma incorpórea; os corpos masculinos sofreriam assim, uma espécie de desencarnação e os significados culturais do “eu” masculino seriam diferentes de seus traços corporais.

As fotografias de Magalhães nos apontariam uma vivência física completamente interligada com a sua representação bidimensional. O corpo aculturado e

²⁷ BEAUVOIR, S. *Segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

fotografado de Magalhães tem no gênero feminino um dos seus mais importantes significados culturais.

A escritura da imagem da mulher gorda torna-se, portanto, diversa daquela do homem gordo. Apontando para questões de exclusão, este trabalho também foca em uma exclusão no campo da arte feminista, já que, em grande parte dos trabalhos onde se apresenta a imagem das artistas produtoras das obras, privilegia-se fotografias agradáveis de serem olhadas: artistas jovens e em forma.

Passemos para o último tópico.

Vídeo

²⁸ Interessante salientar aqui que a publicação do importante texto de Benjamin ocorre originalmente, por volta de 40 anos antes da publicação da obra “A câmara clara” de Barthes.

²⁹ A este respeito ver: BENJAMIN, W. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. In: VELHO, G. *Sociologia da Arte IV*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969.

Walter Benjamin²⁸, em seu célebre texto: “A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica”²⁹ analisa a perda de aura trazida pela evolução dos meios de reprodução. Para Benjamin, a reprodução desvaloriza uma obra de arte na medida em que lhe fere no que tem de mais precioso: sua autenticidade. A perda de aura se efetiva de forma completa com o cinema. O autor compara o desempenho do ator no teatro e no cinema, salientando que, neste último, o intérprete se apresenta para um aparelho e não para o público. Assim, a mediação de um aparelho técnico esvaziaria atuação do ator de cinema, tornando-se uma imagem muda.

Benjamin cita Pirandello a este respeito:

os atores de cinema, sentem-se como no exílio. Não somente no exílio do palco, mas ainda, no exílio deles mesmos. Eles observam confusamente, com sua sensação de despeito, de vazijo indefinível e mesmo de fracasso, que seu corpo é quase utilizado, suprimido, privado de sua realidade, de sua vida de sua voz, do barulho que produz ao se mover, para se tornar uma imagem muda que tremula por um instante e desaparece em silêncio...A pequena máquina representará, diante do público com suas sombras, enquanto eles deverão contentar-se em representar diante da máquina³⁰ (grifo nosso).

³⁰ Benjamin apud Pirandello. A este respeito ver: PIERRE-QUINT, L. Signification du cinema. In: *L'art cinématographique*. Paris: 1927.

Quais seriam as colocações dos autores diante do vídeo?

Vejamos uma imagem da artista carioca Daniela Mattos³¹:



Esta imagem é um “still”³² de um vídeo desenvolvido pela artista denominado “Procura (r)-se” que a autora explica como: “investigação de silêncio forçado como possibilidade de troca com o outro”³³.

Inicialmente pensada enquanto performance, o vídeo produzido é um resultado da manipulação de imagens de vídeo e fotografia da artista que permanece em “silêncio forçado” por horas seguidas, mas interagindo com as pessoas que estão à sua volta³⁴.

Ora, a autora Susan Bordo³⁵ também abordando o pensamento de Foucault, salienta enquanto mais uma estratégia de controle social sobre o feminino, a questão da mudez. A autora aponta que a condição da mulher silenciosa representa um ideal da sociedade patriarcal. Neste vídeo, Mattos reafirma a condição asfixiante da falta de voz feminina através de seu estado de mudez. Estaríamos aqui em uma dupla condição de mudez: aquela do gênero feminino e da intermediação/substituição da voz da artista pela da máquina.

³¹ Daniela Mattos é artista, curadora, mestranda em Linguagens Visuais no PPGAV/EBA – UFRJ e trabalha com ênfase nas áreas de performance e vídeo.

³² A palavra “still” aqui significa imagem parada, retirada da seqüência de imagens que compõe o vídeo.

³³ Informações provenientes de emails trocados com a própria artista.

³⁴ Interessante salientar que o trabalho foi desenvolvido enquanto performance, vídeo e também fotografia. Sobre o trabalho em fotografia, a artista ressalta: “Como trabalho em fotografia ele foi realizado a partir de um still do vídeo, repetido na mesma impressão por três vezes, uma embaixo da outra, o que dá ao espectador uma impressão de movimento além de trazer ao trabalho uma referência ‘cinemática’.”

³⁵ BORDO, S. O corpo e a reprodução da feminidade: uma apropriação feminista de Foucault. In: BORDO, S. R. *Gênero, corpo, conhecimento*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

O feminino retratado: fotografia e representação do corpo na pós-modernidade

³⁶ O programa “Rumos Itaú Cultural”, realizado desde 1997 apóia produções nas áreas de: artes cênicas, visuais, musicais, interativas, audiovisuais, literárias e realiza exposições das mesmas. Para maiores informações acesse: http://www.itaucultural.org.br/index.cfm?cd_pagina=2465

Sobre o silêncio feminino gostaríamos de ressaltar outro trabalho que trata do mesmo tema, recentemente exposto na exposição “Rumos Itaú Cultural, 2007”.³⁶



Neste vídeo denominado “Olympia” realizado pela artista paulista Naiah Mendonça, um casal assiste, estático, à TV enquanto a garota deitada no sofá começa a sangrar continuamente por várias partes do corpo; o vídeo segue ininterruptamente e o casal não esboça nenhuma reação: os olhares continuam fixos voltados para a televisão.

³⁷ A este respeito ver: <http://netart.incubadora.fapesp.br/portal/Members/julmonache/2005/rumos> - 41k

A curadora Luisa Duarte³⁷ salienta: “Esta obra trata da emergência de sentimentos que passa despercebida, fala do entorpecimento das pessoas diante da TV e da incomunicabilidade entre as pessoas e entre os casais principalmente”.

Incomunicabilidades diante da perda de aura das novas imagens ou de mecanismos de controle social, as imagens tão caras a Roland Barthes nos falam muito, mesmo através de seu silêncio. Imagens mudas refletem seus significados silenciosos.

Uma fotografia aqui, equivaleria a mais de mil palavras?

Referências

- BARTHES, R. *A câmara clara: nota sobre fotografia*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- BORDO, S. R. *Gênero, corpo, conhecimento*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.
- DUBOIS, P. *O ato fotográfico e outros ensaios*. Campinas: Papirus, 1993.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- FREITAS, V. *Adorno e a Arte Contemporânea*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- KATZ, R. *Naked by the window: the fatal marriage of Carl Andre and Ana Mendieta*. New York: Atlantic Monthly, 1990.
- PHELAN, P. *Francesca Woodman's Photography: Death and the Image One More Time*. *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, Chicago, vol 27, n. 4, p. 979, 2002.
- PRINCE, C. *Turin Shroud: How Leonardo da Vinci Fooled History*. London: Time Warner Paperbacks, 2006.
- VELHO, G. *Sociologia da Arte IV*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969.



BIOGRAFIA



Biografia Leonor Schwindt: primeira miss de Uberlândia

Jane de Fátima Silva Rodrigues

Leonor Schwindt nasceu em 04 de outubro de 1898 na cidade de Jaboticabal, SP. Filha de Pedro Schwindt e de Maria Rita, que chegaram à Uberabinha¹ em meados da década de 1910. O pai veio dirigir a estação da Mogiana, tornando-se o seu primeiro chefe. De uma prole de 8 irmãos e mais três de criação, Leonor passou sua infância e adolescência na pequena Uberabinha.

Estudou apenas o primário na Escola Bueno Brandão. Na adolescência exerceu a profissão de costureira, sobretudo, a alta costura. A música constituía-se em uma de suas predileções e chegou a adquirir em São Paulo, um piano Players francês com o dinheiro auferido pela costura.

Além do ofício que executava com esmero e gosto, Leonor gostava de esportes e dança. Comparecia junto com os irmãos, irmãs, amigas e sua mãe, aos bailes oferecidos pelas famílias uberabinhense, pertencendo durante anos ao Bloco das Violetas.

Em dezembro de 1915, aos 17 anos foi eleita miss Uberabinha com 280 votos. A eleição foi proposta pelo Jornal O Comércio que em suas páginas veiculou a cédula que deveria ser preenchida com o nome do(a) votante e da pessoa a ser votada.

¹ Antigo nome da cidade de Uberlândia.

Jane de Fátima Silva Rodrigues. Doutora em História Social pela USP e integrante do Núcleo de Estudos de Gênero e Pesquisa sobre a Mulher, da Universidade Federal de Uberlândia. É estudante do 3º período do Curso de Direito da Uniminas, Instituição onde também é professora e Coordenadora da Pós-Graduação.

Leonor Schwindt: primeira miss de Uberlândia

Casa-se em 29 de junho de 1926 aos 28 anos, com Waldemar Carneiro, com o qual teve apenas um filho, Wilson Carneiro hoje, já falecido.

Com a doença e posterior morte de sua irmã Dolores, mais nova que Leonor, mas que se casaram no mesmo dia, criou a sobrinha Lygia como sua filha. Lygia² então com 4 meses passou a receber todos os cuidados de Leonor e Waldemar, chamando-os de mãe e pai.

² Agradeço à Lygia Carvalho, cujas informações foram valiosas para compor esta biografia.

Leonor e Waldemar moraram em várias cidades do Triângulo e Goiás, uma vez que como escriturário, a profissão exigia estas mudanças, até que por volta de 1940 voltaram definitivamente para Uberlândia.

Com o casamento e o zelo dedicado aos filhos Wilson e Lygia, Leonor abandonou a costura profissional e passou a dedicar-se inteiramente à família, afastando-se das festas e bailes da adolescência. Era muito criteriosa para se vestir, tinha preferência pelo azul marinho e cinza. Desde pequena recebeu o nome carinhoso de Lola, e, de acordo com o depoimento de Lygia, não gosta de ser chamada por Leonor.

O Jornal O Binóculo do dia 19 de março de 1916, em seu n. 4 trouxe uma poesia escrita por D'Aguiar Moreira, dedicada à Lola, que era assim que gostava de ser chamada. O título da poesia é:

Ouvindo-a

Para a gentilíssima senhorita Lola.

*Em cada peito um sentimento accorda
Em toda alma uma saudade geme
Quando toma o arco e fere a débil corda
Do violino, com as suas mãos de creme.*

*Fico a escutá-la; música recorda.
Doces momentos dum amor extreme,
Vejo o Passado — taça que transborda
De dor e as minhas mãos geladas fremem*

*Vae-se o Passado, eleva-se o Presente -
Sorrisos um noivado além a cruz
Mostrando, triste já o fim da vida
E com Mariposa a voar, demente,
As tontas, cegas, douda em torno à luz
Tomba aos seus pés minha alma seduzida!*

Este mesmo Jornal do dia 02 de março de 1916 n. 3, trouxe, sob o título Synthese, de Karirú, o seguinte comentário sobre Lola:

Si viessem aqui poetas e pintores para com as nossas bellas patricias se inspirarem nos seus poemas e telas, de certo ante tantas bellezas e perfeições, extasiariam e para suas telas e poesias certamente elegeriam os olhos e o coração de Lola.

Com uma saúde frágil e debilitada veio a falecer em Uberlândia em 27 de fevereiro de 1966.





NOTAS



Mortalidade de mulheres em idade fértil em Uberlândia-MG no período de 2001 a 2005

**Aloísio Gomide
Cláudia Rodrigues Pereira Roque
Hermínia Mendonça Pereira Resende
Rubia Pereira Barra**

Resumo: A mortalidade materna constitui um dos importantes problemas de saúde que afetam diretamente as mulheres. A investigação das causas desses óbitos é importante para a implementação de políticas sociais e de saúde que gerem ações que promovam a melhoria das condições de vida e saúde das mulheres como garantias de nascimento seguro e sobrevivência tanto para as mães como para seus filhos.

Palavras-chave: Mortalidade Materna. Óbitos em Idade Fértil. Saúde da Mulher.

Abstract: The maternal mortality comes to be one of the important health problems that affect strictly the women. the investigation of obit causes are important to

Aloísio Gomide. Médico Ginecologista Obstetrícia, Coordenador do Programa de Saúde da Mulher – SMS/Uberlândia-MG.

Cláudia Rodrigues Pereira Roque. Historiadora – UFU, Agente Sanitário – SMS/Uberlândia-MG.

Hermínia Mendonça Pereira Resende. Médica Sanitarista – SMS/Uberlândia e Hospital de Clínicas da UFU.

Rubia Pereira Barra. Dentista Sanitarista – UFU, Mestre em Geografia – UFU, Gerente de Informação e Divulgação em Saúde – SMS/Uberlândia-MG.

improve social and health politics that stimulate promotion actions to make better life and health conditions of women as a guarantee of safe and survival born to the mothers as well as to their children.

Keywords: Maternal Mortality. Obits in Fertile Age. Women's Health.

Introdução

As análises mais recentes sobre a mortalidade de adultos em países de Primeiro Mundo têm mostrado uma tendência de aumento na mortalidade de mulheres relacionadas, principalmente, às mudanças de comportamento e aos hábitos, como tabagismo, alimentação inadequada, uso de drogas, prática de sexo desprotegido, maior participação no mercado de trabalho, com predominância de doenças relacionadas a essas atividades. É importante dizer que uma assistência pronta, oportuna e adequada pode evitar a maioria dessas mortes. A morte materna, por sua vez, afeta diretamente um número grande de membros da família e da comunidade que dela depende.

A morte de mulheres por complicações na gestação, aborto, parto e puerpério é evitável e passível de prevenção em 90% das vezes, através de medidas eficientes de assistência à saúde, desde o planejamento familiar até os cuidados pós-parto, passando por todo o processo gestacional. Portanto, é considerada uma das mais graves violações dos direitos humanos dessas mulheres¹. São mulheres saudáveis, que se encontram no auge de suas vidas reprodutivas, com potenciais de vida que subitamente são surpreendidas com a morte prematura que têm causa, na maioria das vezes, evitável. A morte materna é um dos mais sensíveis indicadores das condições de vida de uma população e reflete, principalmente, a desarticulação, desorganização e qualidade inadequada da assistência de saúde prestada à mulher durante o ciclo gravídico-puerperal,

¹ São Paulo. Prefeitura Municipal. Secretaria de Saúde. *Vigilância da mortalidade materna*. Disponível em: <<http://www2.prefeitura.sp.gov.br/secretarias/saude/mulher/0007>> Acesso em: 23 nov. 2006.

pois a assistência pronta, oportuna e adequada pode evitar muita dessas mortes.

Desde a década de 1980 diversos organismos internacionais vêm divulgando as grandes diferenças nos números de mortes de mulheres no ciclo gravídico-puerperal, conforme a região e o grau de desenvolvimento do país. A inegável evolução científica e tecnológica da medicina atual tornou possível prevenir e evitar diversas doenças e, conseqüentemente, muitas mortes desnecessárias.

Quando se investiga as mortes de mulheres em idade fértil, tem-se a oportunidade de verificar as causas de óbitos da população feminina permitindo analisar suas causas e propor ações no sentido de evitá-las.

Nos casos específicos das mortes maternas, ao adentrarmos no seio de cada família pudemos constatar em sua grande maioria, a dor da perda, procurando uma resposta para a morte. Famílias desestruturadas, separadas, ainda em fase de reorganização com sentimento de abandono e órfãs de um sistema público e privado de saúde, não procuram um culpado, mas uma pergunta ainda continua a pulsar no coração da maioria das famílias. Será que, se o atendimento prestado (à minha filha, esposa, irmã ou tia...) fosse conduzido de outra maneira, hoje as Joanas, as Marias, as Terezinhas e outras poderiam estar entre nós?

O Sistema de Informação de Mortalidade

Todos os óbitos ocorridos nos municípios são inseridos no Sistema de Informação de Mortalidade (SIM) que foi criado pelo Ministério da Saúde em 1975 para a obtenção regular de dados sobre mortalidade, de forma abrangente e confiável, para subsidiar as diversas esferas de gestão do sistema para a análise de situação, planejamento e avaliação das ações e programas de saúde. Em Uberlândia, o SIM foi implantado em 1998, após treinamento de um técnico médico em codificação de causa básica de morte, o qual perma-

nece na função até os dias atuais. É gerenciado na Secretaria Municipal de Saúde, na Gerência de Informação e Divulgação em Saúde.

Todos os estabelecimentos de saúde possuem o formulário de Declaração de Óbito (DO) que deverá ser preenchido pelo médico, quando alguma pessoa chega ao óbito. As informações contidas na DO irão alimentar o SIM. À vista dos aspectos legais envolvidos, uma das recomendações aos médicos responsáveis pelo preenchimento da Declaração de Óbito (DO), é que os mesmos o façam com respeito aos preceitos legais e epidemiológicos vigentes, permitindo a identificação dos processos mórbidos (seqüência de doenças ou agravos que causaram os óbitos) e conduzindo ao conhecimento do perfil saúde-doença e permitindo análises de situação de saúde, essenciais para o planejamento e tomada de decisão em saúde². A falta de qualidade nas informações do SIM tem dificultado a identificação dos processos mórbidos não permitindo conhecer a realidade do perfil saúde-doença. Segundo Laurenti³, a dificuldade em se conhecer os níveis de mortalidade materna, particularmente nos países em desenvolvimento é devido à má qualidade dos registros vitais. Mesmo nas regiões ou países com bom Registro Civil, isto é, boa ou completa cobertura, tem-se observado que as causas de morte materna são as mais mal declaradas pelos médicos. De modo geral, estudos têm enfatizado a dificuldade no preenchimento da DO na sua parte VI que diz respeito ao atestado médico do óbito, sobretudo no que se refere à causa básica⁴.

Em Uberlândia, como na maioria das cidades de médio porte e capitais brasileiras, os registros de uma maneira geral são bons, sendo o problema a qualidade da informação da causa do óbito, principalmente relacionada aos óbitos maternos. Diante do fato a Gerência de Informação e Divulgação em Saúde, em parceria com o Comitê Municipal de Mortalidade Materna, no sentido de melhorar a qualidade das informações

² Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Disponível em: http://dtr2001.saude.gov.br/svs/sis/sis_sim.htm. Acesso em: 28 abr. 2006.

³ LAURENTI, R. *Medindo a mortalidade materna*. Dez 2001. Disponível em: http://dtr2001.saude.gov.br/svs/sis/pdfs/med_mort_matern.pdf. Acesso em: 28 abr. 2006.

⁴ BARROS, M. D.; XIMENES, R.; LIMA, M. L. CLIMA, M. L. C. *Preenchimento de variáveis nas declarações de óbito por causas externas em crianças e adolescentes no Recife, de 1979 a 1995*. Disponível em: <http://www.scielosp.org/pdf/csp/v17n1/4062.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2006.

do SIM adotou as seguintes medidas:

- Inquéritos sobre mortes em idade reprodutiva, consistindo na identificação do registro dos óbitos de todas as mulheres de 10 a 49 anos, fazendo entrevistas domiciliares e com o médico que assinou o atestado de óbito, bem como consultas aos prontuários médicos e relatórios de necropsias;
- Investigação no Instituto Médico Legal dos óbitos por causas externas, para identificar a causa básica, pois, na maioria dos registros, consta apenas a natureza da lesão;
- Investigação de parte dos óbitos por causas mal definidas.

O Comitê de Investigação de Morte Materna

O Comitê de Morte Materna é um importante agente na redução do óbito materno, contribuindo para melhoria do sistema de registro desses óbitos e, conseqüentemente, para o aumento da qualidade das informações disponíveis. Com base nesses dados, Estados e municípios podem estabelecer políticas mais eficazes de assistência à mulher no planejamento familiar, durante a gravidez, nos casos de aborto, no parto e puerpério.

A mortalidade materna em Uberlândia tem sido investigada e avaliada desde 1996, quando da criação dos Comitês Municipal e Regional de Morte Materna. São feitas visitas domiciliares para todo óbito de mulheres entre 10 e 49 anos, no intuito de identificar o provável óbito relacionado ao ciclo gravídico-puerperal. Através deste trabalho desenvolvido com os familiares, consegue-se identificar e modificar muitas causas de morte atestadas na Declaração de Óbito original. No entanto, os dados só são alterados quando os mesmos são confirmados pelo prontuário da unidade de saúde de tratamento/atendimento da paciente ou pelo laudo de necrópsia.

O trabalho do Comitê tem como objetivos a melho-

ria dos dados epidemiológicos; a detecção de todos os casos de morte materna (daqueles que por ventura não tenham sido informados na declaração de óbito) e das circunstâncias em que estas mortes ocorreram e do aperfeiçoamento das informações sobre a causa básica dos óbitos femininos neste período de vida.

O Comitê de Mortalidade Materna do Município de Uberlândia vem pesquisando a situação da cidade há mais de 10 anos, constatando que são as mulheres pobres, moradoras da periferia, com baixa escolaridade e com acesso restrito a serviços de saúde de qualidade as mais vulneráveis.

Conhecer os números de mortalidade, bem como as causas de morte destas mulheres residentes no município, contribuirá para o conhecimento dos problemas de saúde que mais repetidamente acometem este grupo de mulheres, sendo assim, possível trabalhar novas propostas de intervenção e melhoria das condições de vida e de saúde desta população.

A mortalidade de mulheres em idade fértil em Uberlândia

No período compreendido entre os anos de 2001 à 2005, foram notificados 857 óbitos de mulheres em idade reprodutiva, residentes no município. Destes, 853 óbitos foram notificações de ocorrência local, sendo que 4 (quatro) ocorreram em outras cidades. O Comitê investigou 95,70% destes casos. No segundo semestre de 2001 aconteceu uma interrupção nas atividades do Comitê, recomeçando em agosto de 2002, não tendo sido encontrado registros de 37 casos o que representa 4,30%. Com isso, foram modificadas as causas básicas em 8,07% das notificações o que representa 69 óbitos. Em relação ao ciclo gravídico-puerperal haviam sido acusados nas notificações 14 óbitos. Com a realização das investigações foram detectados mais 5 óbitos que não estavam relacionados como morte materna. Isto representa um acréscimo

de 42,85% no número de mortes diretamente ligadas à gravidez.

Com base no trabalho desenvolvido pelo Comitê Municipal de Mortalidade Materna de Uberlândia, em parceria com a equipe que gerencia o Sistema de Informação de Mortalidade (SIM), por meio das informações coletadas nas declarações de óbito e após investigação e conclusão do caso, ocorreu a modificação no sistema (SIM)

Os principais grupos de doenças (CID-10) que levaram estas mulheres à morte neste período são apresentados no Quadro 1.

Quadro1. Número de óbitos por capítulo da CID-10

Posição	Doença por capítulo (CID-10)	Uberlândia*	%	Brasil**	%
1º lugar	Ap. circulatório	183	21,40	50.497	19,69
2º lugar	Câncer	165	19,30	49.719	19,38
3º lugar	Causas externas	135	15,80	42.843	16,70
4º lugar	Doenças infecciosas	115	13,50	22.399	8,73
5º lugar	Aparelho respiratório	63	7,40	15.811	6,16
6º lugar	Indeterminada	50	5,80	27.971	10,91
7º lugar	Aparelho digestivo	43	5,00	11.819	4,61
8º lugar	Doenças endócrinas	23	2,70	9.344	3,64
9º lugar	Doenças do sistema nervoso	22	2,60	5.813	2,27
10º lugar	Gravidez, parto puerpério	19	2,20	6.489	2,53
11º lugar	Outros	37	4,30	13.777	5,37
Total		857	100,00	256.482	100,00

Fonte: * SIM/Comitê Municipal de Mortalidade Materna; ** DATASUS: MS/SVS/DASIS-SIM

A principal causa de morte foi o grupo de doenças cardiovasculares, como ocorre na mortalidade da população em geral, seguido pelos óbitos por neoplasia; em 3º lugar estão as mortes por causas externas, principalmente os acidentes de trânsito que corresponde a 28,8% das causas externas, onde as maiores vítimas são mulheres em sua plenitude dos 15 aos 39 anos (pedestres, ciclistas e motociclistas), somam um índice de imprudência, desrespeito às leis e sinalização e os homicídios 28,01% destes 11,85% acometidos por arma branca, que em sua maioria os agressores são ligados afetivamente com a vítima (marido, namorado, amasio, entre outros).

Mortalidade de mulheres em idade fértil em Uberlândia – MG no período de 2001 a 2005

As doenças pelo vírus da imunodeficiência humana adquirida, atuam como causa básica de óbito no período de 30 a 49 anos. O câncer de mama adquire importância a partir dos 30 anos, valendo ressaltar que o câncer de mama passou a ser a principal causa de morte por neoplasias, superando em duas vezes mais o câncer de colo uterino, a partir dos 40 anos. No Quadro 2 podemos observar a causa básica que levaram a óbito as mulheres de 10 a 49 anos em Uberlândia-MG, no período estudado.

Quadro 2. Causas de óbitos em mulheres de 10 a 49 anos investigados de 2001 à 2005 Uberlândia-MG

Posição	Causa Básica (CID-10)	Número	%
1º lugar	Acidentes Vasculares Cerebrais	71	8,28%
2º lugar	Acidente de Trânsito	66	7,70%
3º lugar	AIDS	55	6,42%
4º lugar	Indeterminada	49	5,72%
5º lugar	Câncer de Mama	40	4,67%
6º lugar	Homicídio	38	4,43%
7º lugar	Doenças de Chagas	38	4,43%
8º lugar	Pneumonia	36	4,20%
9º lugar	Infarto Agudo do Miocárdio	30	3,50%
10º lugar	Suicídio	30	3,50%
11º lugar	Câncer do colo do útero	18	2,10%
12º lugar	Diabetes Mellitus	13	1,52%
13º lugar	Outros	373	43,52%
Total		857	100,00%

Fonte: SIM/SMS/Comitê de Mortalidade Materna; Discutindo a Mortalidade Materna em Uberlândia-MG

A mortalidade materna é um indicador específico da mais alta relevância em saúde materno-infantil. Interferem nessa mortalidade desde aspectos considerados biológicos da reprodução humana, como as doenças próprias e associadas à gravidez, até características da própria população e da utilização de serviços de saúde como o acesso/freqüência ao pré-natal e a qualidade deste, proporção de partos hospitalares, qualidade da assistência ao parto, freqüência de abortos provocados, e outras. Dá, assim, uma visão muito clara de como está ocorrendo o processo reprodutivo e dos problemas/distorções/agravs/anormalidades que

estão se dando nesse processo e que têm como resultado final o óbito materno. Permite também apreciar, através, por exemplo, do estudo das causas de morte materna, qual o setor da assistência de saúde que deve receber uma atenção em nível prioritário⁵.

Vale lembrar que os índices de mortalidade materna nos países em desenvolvimento são alarmantes. Um estudo realizado pela Organização Mundial de Saúde estimou que, em 1990, aproximadamente 585.000 mulheres em todo mundo morreram vítimas de complicações ligadas ao ciclo gravídico-puerperal. Apenas 5 % delas viviam em países desenvolvidos, segundo o Manual dos Comitês de Mortalidade Materna – 2002. A mortalidade materna é sem dúvida um bom indicador da realidade socioeconômica de um país e da população que nela reside. Aponta determinação da nação (estados, prefeituras) em realizar ações de saúde coletivas e socioeconômica.

A mortalidade materna representou o décimo grupo de causas de morte em Uberlândia, com 2,2% do total de óbitos, bem próximo das doenças endócrinas e nervosas. No Quadro 3 foram relacionadas as mortes maternas ocorridas em Uberlândia no período de 2001 a 2005:

⁵ SIQUEIRA, A. A. Franco de et al. Mortalidade materna no Brasil, 1980. *Rev. Saúde Pública*, São Paulo, v. 18, n. 6, 1984. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89101984000600004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 26 Nov 2006.

Quadro 3. Número e causa básicas de mortes maternas ocorridas em Uberlândia no período de 2001 a 2005

Causa básica após investigação	Número	%
Eclampsia	5	26,31%
Embolia pulmonar na gravidez	1	5,26%
Doença aparelho circulatório complicando a gravidez	1	5,26%
Abortamento retido infectado	3	15,79%
Acretismo placentário	1	5,26%
Causa não especificada	1	5,26%
Descolamento prematuro de placenta	2	10,53%
Infecção saco amniótico de membranas.	1	5,26%
Neurofibromatose complicando a gravidez	1	5,26%
Placenta prévia	1	5,26%
Pneumonia complicando a gravidez	1	5,26%
Tuberculose Pulmonar complicando a gravidez	1	5,26%
Total geral	19	100,00%

Fonte: SIM/SMS/Comitê de Mortalidade Materna

Mortalidade de mulheres em idade fértil em Uberlândia – MG no período de 2001 a 2005

Quadro 3. Número e causa básicas de mortes maternas ocorridas em Uberlândia no período de 2001 a 2005

Causa básica após investigação	Número	%
Eclampsia	5	26,31%
Embolia pulmonar na gravidez	1	5,26%
Doença aparelho circulatório complicando a gravidez	1	5,26%
Abortamento retido infectado	3	15,79%
Acretismo placentário	1	5,26%
Causa não especificada	1	5,26%
Descolamento prematuro de placenta	2	10,53%
Infecção saco amniótico de membranas.	1	5,26%
Neurofibromatose complicando a gravidez	1	5,26%
Placenta prévia	1	5,26%
Pneumonia complicando a gravidez	1	5,26%
Tuberculose Pulmonar complicando a gravidez	1	5,26%
Total geral	19	100,00%

Fonte: SIM/SMS/Comitê de Mortalidade Materna

Das 19 mortes maternas ocorridas, 14 foram obstétricas diretas é aquela que ocorre por complicações obstétricas durante gravidez, parto ou puerpério devido a intervenções, omissões, tratamento incorreto ou a uma cadeia de eventos resultantes de qualquer dessas causas; 5 indiretas são complicações advindas de doenças que existiam antes da gestação ou que se desenvolveram durante esse período, não provocadas por causas obstétricas diretas, mas agravadas pelos efeitos fisiológicos da gravidez. A distribuição por Distrito Sanitário pode ser visto no Quadro 4.

Quadro 4. Número de mortes maternas obstétrica por distrito sanitário

Distritos Sanitários	Número de óbitos por causas obstétricas							Total
	Diretas					Indiretas		
	2001	2002	2003	2004	2005	2002	2004	
Norte	3	–	1	–	1	1	–	
Sul	2	–	–	1		–	2	5
Leste	–	–	–	–	1	2	1	4
Oeste	–	–	–	1	–	–	–	1
Central	2	–	1	–	–	–	–	3
Total	7	–	2	2	2	3	3	19

Fonte: Comitê de Morte Materna

Aloísio Gomide, Cláudia Rodrigues Pereira Roque,
Hermínia Mendonça Pereira Resende, Rúbia Pereira Barra

Após investigação e análise do Comitê sobre as Mortes Maternas de 2001-2005, fica evidente que a assistência prestada no pré-natal, durante o trabalho de Parto/ aborto foi adequada, mas que precisa de melhorias no período pós-parto ou puerpério. Através de medidas simples pautadas na informação, fica claro o quanto é necessário o incentivo ao pré-natal de qualidade, planejamento familiar e a atuação dos profissionais de saúde no esclarecimento do processo saúde-doença. O Quadro 5 apresenta a situação encontrada relacionada à assistência.

Quadro 5. Relação da assistência ao parto/aborto, pré-natal e puerpério

Assistência	Parto/Aborto	%	Pré-natal	%	Puerpério	%
Adequada	14	73,68%	9	47,37%	8	42,11%
Não adequada	1	5,26%	7	36,84%	1	5,26%
Inconclusivo	3	15,79%	2	10,53%	5	26,32%
Não houve	1	5,26%	1	5,26%	4	21,05%
Em branco	0	0,00%	0	0,00%	1	5,26%
Total geral	19	100,00%	19	100,00%	19	100,00%

Fonte: Comitê de Morte Materna

Cerca de 26% das mortes por causa materna em Uberlândia nos anos de 2001-2005, foram inevitáveis e 32% evitáveis, 42% provavelmente evitáveis mediante a adoção de medidas relativamente simples, obtidas pela melhoria da qualidade da assistência e garantia de acesso aos serviços de saúde, impedindo novas mortes e contribuindo para a redução da mortalidade.

As desigualdades sociais ainda presentes na sociedade brasileira ficam evidenciadas quando comparamos alguns indicadores sociais entre mulheres negras, pardas e brancas. De nove mortes investigadas que se encaixam na faixa de 1 a 2 salários mínimos de renda familiar, 6 eram de cor negra ou parda, enquanto 3 eram de cor branca. Na faixa de 2 a 6 salários mínimos foram encontradas 6 mortes, sendo que dessas seis apenas 1 era de cor negra. Na faixa de renda acima de

Mortalidade de mulheres em idade fértil em Uberlândia – MG no período de 2001 a 2005

6 salários mínimos de um total de 3 mortes todas eram de cor branca. O perfil social perante o número encontrado após investigação neste período, mostra que ainda estamos longe de ser uma sociedade justa e igualitária e que muito ainda precisa ser feito para minimizar essas desigualdades. Informações essas apresentadas no Quadro 6.

Quadro 6. Número e porcentagem de óbitos relacionados a cor e renda familiar

Renda familiar	Cor				%
	Branca	Preta	Parça	Total	
1 a 2 salários	3	3	3	9	47,37%
2 a 3 Salários	4	0	0	4	21,05%
4 a 6 Salários	1	1	0	2	10,53%
Mais de 6 Salários	3	0	0	3	15,79%
Não Sabe	1	0	0	1	5,26%
Total	13	4	3	19	100,00%

Fonte: Comitê de Mortalidade Materna

Analisando a mortalidade materna foram obtidas informações sobre a escolaridade de 94,74% dos casos, onde 15,79% eram de nível universitário, 31,58% de segundo grau, 36,84% de primeiro grau e 10,53% de pacientes sem nenhuma escolaridade.

Quadro 7. Número e porcentagem de óbitos relacionados a escolaridade e a faixa etária

Escolaridade	Faixa etária			Total	%
	10-19	20 -29	30-39		
Não freqüentou	0	1	1	2	10,53%
1º grau incompleto	0	3	3	6	31,58%
1º grau completo	0	1	0	1	5,26%
2º grau incompleto	1	1	0	2	10,53%
2º grau completo	0	2	2	4	21,05%
Superior	0	1	2	3	15,79%
Superior incompleto	0	0	0	0	0,00%
Não sabe	0	0	1	1	5,26%
Total	1	9	9	19	100,00%

Fonte: Comitê de Mortalidade Materna

Aloísio Gomide, Cláudia Rodrigues Pereira Roque,
Hermínia Mendonça Pereira Resende, Rúbia Pereira Barra

O Coeficiente de Mortalidade Materna é o número de óbitos de mulheres por causas maternas ocorridas no ano, por 100.000 nascidos vivos no mesmo ano; o método deve englobar os óbitos maternos de residentes. Lembrando que, um número elevado de mortalidade materna pode estar diretamente ligado aos esforços eminentes de cada equipe em melhorar a qualidade da informação. Ressaltando que, de acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), taxas acima de 20 óbitos maternos por 100mil nascidos vivos são consideradas elevadas e acima de 50, inaceitáveis. No Quadro 8 apresentamos o Coeficiente de Mortalidade Materna em Uberlândia-MG, comparando-o com a Região Sudeste.

Quadro 8. Coeficiente de Mortalidade Materna em Uberlândia e Região Sudeste

Ano	Uberlândia*	Região Sudeste**
2001	83,78	47,64
2002	37,01	48,98
2003	24,36	43,18
2004	59,49	—
2005	23,94	—

Fonte: *Comitê Municipal de Mortalidade Materna; ** MS/SVS/SINASC

É importante relatar que todos os óbitos maternos ocorridos em 2004 não estavam declarados e foram identificados após investigação, o mesmo ocorrendo com um dos três óbitos de 2005.

Algumas conclusões importantes

A investigação dos óbitos em mulheres de idade fértil tem produzido uma significativa melhora na qualidade dos dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade, fundamental para a produção de estatísticas de mortalidade e a construção dos principais indicadores de saúde. O conhecimento e divulgação dessas informações são de fundamental importância para que muitas vidas sejam salvas, impedindo muitas

vezes que crianças sejam privadas do convívio de suas mães. Os anos estudados são apenas retratos de uma realidade em movimento. Mas os caminhos da investigação necessitam um início. Só se consegue avançar se houver disponibilidade para começar. Não tivemos a pretensão de investigar o complexo universo da determinação da mortalidade materna, mas os resultados aqui encontrados podem contribuir para ações futuras.

Por isso é de vital importância que os profissionais de saúde, a sociedade civil organizada busquem políticas sociais e de saúde que levem a ações que promovam a melhoria das condições de vida e saúde das mulheres como garantias de nascimento seguro e sobrevivência tanto para as mães como para seus filhos.

Referências

- BARROS, M. D; XIMENES, R.; LIMA, M. L. CLIMA, M. L. C. *Preenchimento de variáveis nas declarações de óbito por causas externas em crianças e adolescentes no Recife, de 1979 a 1995*. Disponível em: <http://www.scielo.org/pdf/csp/v17n1/4062.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2006.
- Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Disponível em: http://dtr2001.saude.gov.br/svs/sis/sis00_sim.htm. Acesso em: 28 abr. 2006.
- LAURENTI, R. *Medindo a mortalidade materna*. Dez 2001. Disponível em: http://dtr2001.saude.gov.br/svs/sis/pdfs/med_mort_matern.pdf. Acesso em: 28 abr. 2006.
- São Paulo. Prefeitura Municipal. Secretaria de Saúde. *Vigilância da mortalidade materna*. Disponível em: <http://www2.prefeitura.sp.gov.br/secretarias/saude/mulher/0007> Acesso em: 23 nov. 2006.
- SIQUEIRA, A. A. Franco de et al. Mortalidade materna no Brasil, 1980. *Rev. Saúde Pública.*, São Paulo, v. 18, n. 6, 1984. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89101984000600004&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 26 nov. 2006.

AOS COLABORADORES(AS)

Das normas para apresentação de originais

O *Caderno Espaço Feminino* é uma revista **multidisciplinar** que mesmo possuindo seu Conselho Editorial, não se responsabiliza pelos conteúdos de cada texto publicado, à medida em que o objetivo é polemizar e nunca enquadrar os artigos dentro de uma única perspectiva teórico-metodológica.

Seguindo a premissa anterior da multidisciplinaridade, é necessário que cada colaborador(a) trabalhe conceituando em nota de rodapé, ou no próprio texto, esclarecendo o(a) leitor(a) o que necessariamente não pertence à área do(a) autor(a).

Ao aceitarmos artigos inéditos para a publicação, exigimos que os mesmos venham revisados quanto à ortografia e sintaxe.

O material para publicação deverá ser encaminhado para a Coordenação do Setor de Publicações do CDHIS em duas vias impressas em papel A4, digitadas em **espaço 1,5, fonte Times New Roman, tamanho 12** e obedecendo, para **margens**, as **medidas: direita e inferior: 2,5cm; superior: 3cm; esquerda: 4cm**; acompanhado de diskete ou encaminhado para o e-mail: cdhis@ufu.br.

Os trabalhos digitados devem estar de acordo com aspectos formais segundo técnicas e procedimentos científicos, bem como padrões atualizados da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas).

As colaborações a serem publicadas na Revista

Caderno Espaço Feminino poderão ter os seguintes formatos:

a) Artigos que apresentem contribuição inteiramente nova ao conhecimento e que estejam relacionados com trabalhos na área de gênero e afins. Incluem-se aqui os resumos de trabalhos com resultados parciais e/ou finais originados de projetos de pesquisa. Devem conter: Títulos, Referências Bibliográficas.

b) Os trabalhos devem conter resumo em português e em inglês, com o máximo de 04 linhas; palavras-chave em português ou inglês (mínimo de três e máximo de cinco); referências bibliográficas e notas no pé de página. Os trabalhos não devem exceder a vinte e cinco laudas, incluídos anexos.

c) Artigos considerados de relevância para a área ainda que não tenham caráter acadêmico.

d) Resenhas que devem conter um mínimo de 03 e um máximo de 05 páginas e respeitar as seguintes especificações técnicas: dados bibliográficos completos da publicação resenhada no início do texto, nome(s) do(s) autor(es) da resenha com informações, no pé da página, sobre a formação e a instituição a que esteja vinculado; referências bibliográficas e notas no pé de página.

e) Biografias

f) Entrevistas

Em folha à parte, em envelope lacrado, o(a/s) autor (es/as) deverá(ão) apresentar as seguintes informações:

- a) título de trabalho;
- b) nome completo do(a)(s) autor(a)(es/as);
- c) titulação acadêmica máxima;
- d) instituição onde trabalha(m) e a atividade exercida na mesma;
- e) endereço completo para correspondência;
- f) telefone para contato;
- g) endereço eletrônico, se for o caso;
- h) apontar(caso julgue necessário) a origem do tra-

balho, a vinculação a outros projetos, a obtenção de auxílio para a realização do projeto e quaisquer outros dados relativos à produção do mesmo.

Ao enviar o material para publicação, o(a)(s) autor(a)(es) está(ão) automaticamente abrindo mão de seus direitos autorais, concordando com as diretrizes editoriais.

Todos os artigos serão apreciados pelo Conselho Editorial. A simples remessa dos originais, implica em **autorização para a publicação** do mesmo.

Os originais submetidos à apreciação do Conselho Editorial não serão devolvidos. A Revista *Caderno Espaço Feminino* compromete-se a informar os autores(as) sobre a publicação ou não de seus textos.

